

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ELAINE MARTINS MOREIRA

**O ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS NO CONTEXTO DA
REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: QUAL REFORMA HOJE?**

RIO DE JANEIRO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ELAINE MARTINS MOREIRA

O ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS NO CONTEXTO DA REFORMA
AGRÁRIA NO BRASIL: QUAL REFORMA HOJE?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.
Orientador: Prof. Dr. Marildo Menegat.

Rio de Janeiro - RJ
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

ELAINE MARTINS MOREIRA

PROF. DR. MARILDO MENEGAT (ORIENTADOR)

O ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS NO CONTEXTO DA REFORMA
AGRÁRIA NO BRASIL: QUAL REFORMA HOJE?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Presidente:

Prof. Dr. Marildo Menegat
Escola de Serviço Social - UFRJ.

Prof^ª. Dra. Maria das Graças Osório Pitombeira Lustosa
Escola de Serviço Social - UFF.

Prof^ª. Dra. Maristela Dal Moro
Escola de Serviço Social - UFRJ.

Aprovada em: _____ de agosto de 2009.
Rio de Janeiro.

MOREIRA, Elaine Martins. O Assentamento Ireno Alves dos Santos no contexto da Reforma Agrária no Brasil: Qual Reforma Hoje? Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RESUMO

Este estudo se constitui numa análise da reforma agrária no Brasil, em seus momentos mais marcantes no século XX sobretudo, bem como suas possibilidades de realização nos dias atuais. Para concretizar tal análise buscamos: compreender a experiência do Assentamento Ireno Alves dos Santos localizado no município de Rio Bonito do Iguazu/PR; identificar os atos do poder executivo federal durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva no que tange à reforma agrária; avaliar qual é a direção política dessas ações e apontar elementos para a análise da conjuntura do campo brasileiro para a partir disso considerar as possibilidades e a viabilidade de realização da reforma agrária. Por meio da pesquisa de campo pudemos construir um panorama sócio-econômico do assentamento e do território em que se localiza, revelando dados que apontam para o incremento de benefícios e serviços sociais públicos para o município, e especialmente, o acesso a direitos sociais básicos pelas famílias beneficiárias dessa ação de assentamento. Entretanto, a concentração fundiária permanece inalterada ao longo das décadas. Essa política de assentamentos implantada a partir da reabertura democrática não tem sido realizada de forma massiva, mas sim apenas voltada a “acalmar” as áreas de conflito. A reforma agrária não está colocada na agenda política do Estado brasileiro, ao contrário, o projeto neoliberal implementado desde o início dos anos 90 como uma alternativa de reprodução do capitalismo, acentuou um cenário de inviabilização de reformas no interior da ordem burguesa. É tendo nítida essa condição do capitalismo contemporâneo que intelectuais têm definido a reforma agrária como uma luta anti-capitalista sobretudo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST – e neste sentido incorporado a luta pela terra à outros temas como a questão educacional, ambiental, a soberania e a construção do poder popular, entende-a no horizonte da transformação da sociedade capitalista como um todo, das condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade.

Palavras chave: reforma agrária; assentamento; poder popular.

MOREIRA, Elaine Martins. O Assentamento Ireno Alves dos Santos no contexto da Reforma Agrária no Brasil: Qual Reforma Hoje? Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

ABSTRACT

This study if it constitutes an analysis of the agrarian reform in Brazil, at its marcantes moments in century XX over all, as well as its possibilities of accomplishment in the current days. To materialize such analysis we search: to understand the experience of the Ireno Nesting Alves Dos Santos located in the city of Pretty River of the Iguaçu/PR; to identify to the acts of the federal executive during the government of Luis Inácio Lula Da Silva in what he refers to to the agrarian reform; to evaluate which is the direction politics of these actions and to point elements with respect to the analysis of the conjuncture of the Brazilian field stops from this considering the possibilities and the viability of accomplishment of the agrarian reform. By means of the field research we could construct a partner-economic panorama of the nesting and the territory where if it locates, disclosing given that they point with respect to the increment of benefits and public social services for the city, and especially, the access basic the social rights for the beneficiary families of this action of nesting. However, the agrarian concentration remains unchanged throughout the decades. This politics of nestings implanted from the democratic reopening has not been carried through of is massiva, but yes only come back “to calm” the conflict areas. The agrarian reform is not placed in the agenda politics of the Brazilian State, in contrast, the implemented neoliberal project since the beginning of years 90 as an alternative of reproduction of the capitalism, accented a scene of inviabilização of reforms in the interior of the bourgeois order. It is having clear this condition of the capitalism contemporary that intellectual has defined the agrarian reform as an anticapitalist fight over all Movement of the Agricultural Workers Without Land - MST - and in this incorporated direction the fight for the land to the other subjects as the educational, ambient question, the sovereignty and the construction of the popular power, understands it in the horizon of the transformation of the society capitalist as a whole, of the conditions of life of the workers of the field and the city.

Words key: agrarian reform; nesting; to be able popular.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento de fechamento de mais uma etapa de estudos quero agradecer:

O apoio irrestrito da minha família, pelo incentivo, colaboração e muito mais... Especialmente ao meu pai por me ensinar a ser uma pessoa comprometida, à importância da organização, a militância e à minha mãe pela sua sensibilidade, generosidade e defesa intransigente da educação. Também as minhas irmãs por assumirem como se fossem seus os projetos da minha vida, pelo amor e carinho que nos une. Aos meus sobrinhos, alegria da nossa família. Ao Anderson e ao Valdecir pela amizade.

Pessoas que foram muito importantes para que eu chegasse ao mestrado: a Esther por me apresentar a UFRJ e o Rio; o Elemar pelo estímulo e sugestão da orientação; e ao Alfredo pelas sugestões no projeto de seleção do mestrado e o apoio de sempre.

Às amigas do Paraná: Adriana, Bruna, Carol, Fran, Gil, Rafa e Sô. Também ao Sandro, a Mila e Cris (prof. e amiga querida). Mesmo a distância vocês me acompanham.

A turma de mestrado/2007 pelos estudos compartilhados, em especial a Andreza, Roberth, Dani Taha, Antonio, Dani Horta, Débora, Karla, Fernanda. Às agregadas, Marcela e Ivy.

Também aos colegas da representação estudantil da Pós 2007-2008 pelo aprendizado das atividades desenvolvidas juntos.

Aos amigos queridos com que vivi no Rio: a Sol, essa pessoa boníssima, de muita atitude; e o Gus, um grande amigo, companheiro de tantas conversas... Ao Javier e a Mariela pelo carinho: Vocês quatro fizeram mais feliz minha vida no Rio.

Agradeço também a Escola de Serviço Social da UFRJ por meio do Programa de Pós Graduação, professores, funcionários e colegas, especialmente ao professor Marildo Menegat pela sensibilidade, carinho e atenção. Também às professoras Maristela Dal Moro e Maria da Graças Lustosa Pitombeira por terem aceitado participar da banca de defesa do projeto e dissertação.

Ao Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa do Ensino Superior (CAPES) e a Fundação de Apoio a Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo subsídio da bolsa de estudos.

Quero agradecer também, de forma especial, às pessoas, organizações, instituições que contribuíram com entrevistas, informações e demais materiais para esta pesquisa, sobretudo as famílias do assentamento Ireno Alves dos Santos e os amigos do MST Verinha, Danilo, Nelson Preto e Neguinho: Muito obrigada!

SUMÁRIO

<u>RESUMO.....</u>	<u>04</u>
<u>ABSTRACT</u>	<u>05</u>
<u>SUMÁRIO.....</u>	<u>07</u>
<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>09</u>
<u>1 OS DESCAMINHOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL</u>	<u>17</u>
1.1 A REVOLUÇÃO DE 1930 E O “PROBLEMA AGRÁRIO” BRASILEIRO	22
1.2 A REFORMA AGRÁRIA EM PAUTA	27
1.3 DITADURA MILITAR E A ELABORAÇÃO DA PRIMEIRA LEI DE REFORMA AGRÁRIA.....	39
1.4 A REFORMA AGRÁRIA NA REABERTURA DEMOCRÁTICA	50
1.5 OS ANOS 1990 E OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA NEOLIBERAL PARA O CAMPO.....	53
<u>2 O ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS NO ESTADO DO PARANÁ: UMA EXPERIÊNCIA PARTICULAR DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL</u>	<u>60</u>
2.1 O ESTADO DO PARANÁ E A LUTA PELA TERRA EM SEU TERRITÓRIO.....	62
2.2 A COLONIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ ESPECIALMENTE DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU.....	70
2.3 A CHEGADA DOS SEM TERRA.....	73
2.4 A CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS.....	77
2.5 O MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU APÓS O ASSENTAMENTO.....	97
<u>3 HÁ REFORMA AGRÁRIA SOB O GOVERNO LULA?</u>	<u>105</u>
3.1 A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL.....	118
3.1.1 MONOCULTIVO, TRANGENIA E MONOPÓLIO NO CAMPO	122
3.1.2 A DISPUTA PELOS RECURSOS NATURAIS E A CRISE NO ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS.....	125
3.2 REFORMA AGRÁRIA, PODER POPULAR E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO	126
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>144</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>149</u>

<u>ANEXO A</u>	<u>158</u>
<u>APÊNDICE A</u>	<u>160</u>
<u>APÊNDICE B</u>	<u>161</u>
<u>APÊNDICE C</u>	<u>162</u>

INTRODUÇÃO

A história da sociedade brasileira tem no centro de muitas disputas econômicas e políticas o chamado “problema agrário”. Com a colonização europeia teve início o processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. Desde o princípio realizou-se de forma absolutamente concentrada, sob domínio de um pequeno número de proprietários¹, o que motivou ao longo dos séculos rebeliões, revoltas e movimentos espalhados pelo interior do país, na luta pela democratização da posse e dos frutos obtidos com o trabalho na terra.

Na história do país são inúmeros os conflitos registrados entre a classe proprietária e a classe que vive do trabalho; sejam elas sem-terras, camponeses pobres, populações tradicionais. Desde as rebeliões indígenas e dos negros contra a escravidão até chegar ao século XX-XXI com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros menos expressivos.

Mesmo com essa contradição histórica, a reforma agrária pensada como uma política pública de Estado é uma temática referente ao século XX no Brasil. Tem nas décadas de 1950 a 1960, tem seu “ponto alto”; com análises significativas no âmbito do pensamento social brasileiro que apontavam sua relevância e eficácia sócio-econômica para o país, com mobilização social e debate intenso em torno do tema, por organizações sociais e políticas, tendo inclusive, uma sinalização do governo federal favorável a sua concretização.

Entretanto, com o golpe militar de 1964 essa conjuntura propensa à reforma agrária é alterada. Os movimentos políticos organizados são reprimidos, lideranças perseguidas, presas, desaparecidas ou exiladas e a política do novo regime, apoiada pela potência norte-americana (pós-segunda Guerra Mundial) executa uma reversão deste processo, colocando a “modernização” da agricultura e a colonização de novas áreas como a

¹ Segundo informações históricas foram 12 ou 13 famílias que receberam as capitâneas hereditárias, uma das medidas de distribuição da terra adotada pela Coroa portuguesa no início da colonização do Brasil.

solução do “problema agrário” sem necessidade, portanto de realizar uma reforma na estrutura fundiária que democratizasse o acesso a terra no país.

Ao final do século XX, a produção realizada pela grande propriedade brasileira é considerada um êxito: os ganhos produtivos obtidos por meio da intensificação do uso de tecnologia em sementes, máquinas, insumos químicos e a expansão das fronteiras agrícolas no território nacional são responsáveis por boa parte da exportação nacional e seus proprietários reverenciados pelos governos brasileiros (neoliberais). O cultivo extensivo de grãos, através da monocultura, alcança todas as regiões do país, do sul ao norte, considerado a “última fronteira”.

Conhecido como *agronegócio*, esse modelo produtivo desloca a imagem da grande propriedade rural do latifúndio improdutivo, do modelo arcaico de produção no campo, e se coloca como um setor fundamental para o país, devido a sua produção voltada a exportação e aos negócios que gera com a indústria de implementos e insumos agrícolas. Tem se revelado com uma capacidade imediata de adesão às novidades da área, como o uso das sementes transgênicas, por exemplo, tudo em nome do aumento da produção. Politicamente este setor conquista apoios para além da tradicional bancada ruralista, usufruindo do discurso de “sustentador da economia nacional”.

É bem verdade que nesta conjuntura, para diversos setores da política e/ou do pensamento nacional, falar em reforma agrária parece coisa totalmente ultrapassada... Será esta uma constatação evidente e irreversível? Ou andar por este Brasil com a bandeira vermelha reclamando por reforma agrária (*e outras coisas mais...*) ainda faz algum sentido? E, se sim, que sentido é este? A quem interessa?

Estes questionamentos movem este estudo em particular, com certeza já mobilizaram muitos outros... E, especialmente, movem organizações comprometidas com a transformação brasileira. O objetivo, porém, não é apresentar respostas definitivas a todas

essas questões, mas trazer mais uma contribuição, fomentar este debate na Academia e, apesar dos limites, contribuir com os sujeitos envolvidos nos processos de reivindicação pela reforma agrária.

O interesse por esta temática, como objeto de estudo, é recente, teve início com o projeto de pesquisa do mestrado. Entretanto, o contato com ela é anterior. Deu-se em primeiro momento por meio da militância (familiar) no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e no Partido dos Trabalhadores, onde se defendia a necessidade de efetivar uma reforma no campo, como forma de combater a desigualdade social e econômica. Além disso, o que animou fortemente o interesse por estudos nesta área foi a intervenção como assistente social, entre os anos de 2005 até início de 2007 no município de Rio Bonito do Iguaçu no estado do Paraná, caracterizado pela presença de dois assentamentos e acampamentos em seu território.

Apesar de estar juridicamente vinculada como assistente social do Departamento de Bem Estar Social, as ações desenvolvidas ultrapassaram a política de assistência social, necessitando atuar também nas áreas da saúde, educação, segurança alimentar, entre outras políticas sociais, na cidade e principalmente no campo, haja vista que o município possui um grau de urbanização mínimo (13% segundo o IBGE).

O Serviço Social não tem no meio rural um espaço privilegiado de atuação. Historicamente, as políticas em que seus profissionais atuam, majoritariamente, têm como público alvo os habitantes da cidade, sobretudo a política de assistência social tem essa característica. Situação semelhante ocorre com as organizações do terceiro setor. A pobreza do campo, apesar de em números absolutos ser menor do que da cidade, é mais intensa. O pobre do campo sofre mais devido a invisibilidade da miséria no interior desse país. É bem verdade, que a urbanização da grande maioria da população de nosso país é um fato consolidado e logicamente qualquer categoria profissional terá nas cidades maior atuação. Esta consideração quer dizer que, trabalhar no meio rural, com especificidade da luta pela

terra movida por meio de projetos de assentamentos e junto a eles acampamentos de diferentes organizações², não poderia deixar de ser uma experiência profissional interessante e especialmente instigadora.

Portanto, são três momentos diversos e com características singulares: passando de uma causa, uma bandeira pela qual se tem simpatia, solidariedade política e colaboração espontânea em algum momento, também motivada por referências familiares; para um segundo momento onde, como profissional, deve atuar e intervir usando suas competências e habilidades em um projeto de reforma agrária e nas repercussões que este engendra. E no terceiro e atual momento, o qual baseado nos dois anteriores e nas referências teóricas do pensamento social crítico brasileiro, estamos refletindo sobre esta questão que tem atravessado séculos da história deste país sem justa resolução.

Destes momentos com certeza, o segundo é o mais rico. Vivenciar e interagir em um território marcado pela luta no campo; um município dividido entre os estigmatizados assentados e os não assentados, e entre seus antigos habitantes e “os sem-terra” não é uma tarefa simples. É bem verdade que entre os “antigos moradores” há determinados indivíduos, organizações e entidades que se solidarizam com a causa dos Trabalhadores Sem-terra e inclusive colaboram, contribuem e apóiam. Mas isso não exclui o grande número que rejeitam e desconhecem o “assentamento” e os que lá vivem, sem falar nos grupos políticos de direita, ruralistas e imprensa que reforçam essa situação.

A atuação profissional nesta realidade possibilitou a interação com a população integrante dos assentamentos e acampamentos, a intensificação da relação com a militância do

² Na ocasião, além de dois assentamentos já consolidados o município possuía em seu interior dois acampamentos. Um com cerca de 30 famílias militantes do MST que aguardavam uma área para ocupação definitiva e por enquanto estavam em um lote no Assentamento Ireno Alves dos Santos e outro acampamento com mais de 50 famílias que se organizavam em torno de um líder, na época era vereador do município inclusive, estavam em uma área pública, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A área posteriormente (2007-08) constitui um novo assentamento “13 de Maio”, o terceiro do município. Algumas das famílias que ocupavam a área foram selecionadas como beneficiárias, mas a maioria saiu ou foi despejada depois de mais de 02 anos de disputa na Justiça entre estas famílias “independentes” e o INCRA. Isso demonstra, um pouco, a situação latente da questão agrária no município, o que não difere da região do estado em que se localiza, mas isso tratará com mais ênfase o segundo capítulo.

MST na região, fato este que, diante da possibilidade de entrada em um programa de Pós-Graduação, indicou o estudo da reforma agrária como uma contribuição teórica e política - possível e necessária. Esse propósito, no entanto, não deixa de ser um desafio por se tratar da primeira aproximação intelectual sobre o tema. A reforma agrária esteve sempre presente na atuação militante e posteriormente no campo da intervenção profissional, mas sem um rigoroso estudo e crítica em relação à mesma. Essa tem sido a tarefa dos últimos anos.

Sendo assim construímos a proposta de estudo baseada na pesquisa empírica da experiência concreta do Assentamento Ireno Alves dos Santos, buscando identificar e analisar os impactos que esta ação trouxe para o município em termos de desenvolvimento social, econômico, político, humano, etc, e relacioná-la a luta geral (nacional) que reivindica uma efetiva e eficaz reforma agrária. Neste trabalho objetivamos:

- Compreender a experiência de Assentamento realizada no município de Rio Bonito do Iguazu/PR tendo-a como base para análise da situação e dos rumos da reforma agrária no Brasil;

- Identificar os atos do poder executivo federal durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva no que tange à reforma agrária, para: avaliar de que direção política estas ações são consequente e o que as mesmas têm representado/significado para a classe trabalhadora;

- Analisar a conjuntura do campo brasileiro e a partir dela considerar as possibilidades da realização da reforma agrária e qual o seu sentido;

A reforma agrária é recolocada como uma questão nacional importante no período de redemocratização do Brasil. No processo de elaboração da constituição aprovada em 1988 ela é um tema chave, alvo de disputas dos setores que a defendem e daqueles setores da política nacional que a negam.

Antes disso, é ainda no interior do regime ditatorial que se gesta o germe do que viria se constituir na década de 80 no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Através de ocupações promovidas pelos “Sem-terra” a reforma é novamente destaque na questão agrária brasileira e reconhecida por segmentos da intelectualidade nacional como uma dívida ainda não paga ao povo brasileiro.

A atuação efetiva do MST o consolida como o maior movimento social do país nas últimas décadas. O movimento tem reconhecimento dos partidos políticos de esquerda, de organizações sindicais e demais organizações sociais progressistas, entretanto, a principal causa por ele defendida não tem grandes avanços. A reforma agrária não é assumida pelos governos democráticos da década de 1990, e a esperança de progresso nesta área com o presidente do Partido dos Trabalhadores, conforme veremos adiante, é frustrada.

Para dar conta dos objetivos desse trabalho organizamo-lo em três momentos. No primeiro capítulo faremos uma exposição sobre os caminhos da reforma agrária no Brasil a partir de seus momentos principais no século XX, especialmente a partir da Revolução de 30, como no período pré-64, na redemocratização e no processo constituinte até chegar a ofensiva neoliberal dos anos 90 e seus rebatimentos no campo. Para isso nos basearemos nas elaborações dos estudiosos brasileiros vinculados a teoria social crítica, buscando extrair desses momentos-chaves, contribuições para o entendimento da atual situação e os limites à realização da reforma agrária.

A experiência concreta de um assentamento rural será o objeto de nosso estudo no segundo capítulo. Nele fazemos uma introdução contextualizando historicamente a luta pela terra no estado do Paraná e em seguida a caracterização da região em que acontece a ocupação que vai resultar no Assentamento Ireno Alves Santos. No estudo do assentamento vamos abordar assuntos como: a ocupação da terra em 1996, a situação sócio-econômica das 934 famílias assentadas, além dos impactos para o município de Rio Bonito do Iguaçu decorrentes desta ação de reforma agrária realizada pela União em virtude da pressão promovida pelo MST.

Para tal fim recolhemos dados e indicadores sociais, econômicos e políticos sobre a população integrante do Assentamento Ireno Alves dos Santos e a respeito do município de Rio Bonito do Iguaçu/Pr que já se encontrem sistematizados por órgãos públicos de pesquisa, fundamentalmente o Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatísticas – IBGE e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. No caso das informações do município procuramos analisar de alguns indicadores sociais entre o período que antecede a constituição do assentamento e posteriormente a este acontecimento para verificar se houve alguma mudança significativa. Este objetivo pode ser realizado, mas não sem uma limitação: devido a criação recente do município (1991) o mesmo participou de um número reduzido de Censos, além disso, a ocupação deu-se decorridos pouco mais de 04 anos de emancipação de Rio Bonito do Iguaçu, tendo um número relativamente reduzido de informações oficiais do município antes desse fato.

As informações específicas do assentamento foram identificadas por meio da utilização de dois recursos: entrevista com as famílias assentadas e também por meio da visita a órgãos públicos, que atuam neste território, sendo eles o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Prefeitura Municipal, além da Central de Associações do Assentamento Ireno Alves dos Santos (CACIA). O objetivo das visitas foi obter dados referentes a totalidade das 934 famílias assentadas, os quais foram fundamentais para a construção do panorama social, econômico, organizacional e político do assentamento.

Ainda como fonte da pesquisa, contamos com o depoimento de lideranças do movimento, com as quais buscamos identificar a discussão realizada pelo MST a respeito dos assentamentos rurais e os caminhos da reforma agrária hoje.

No terceiro capítulo desse trabalho assumimos a tarefa de analisar a situação da reforma agrária na conjuntura brasileira, suas condições e caracterização especialmente durante a gestão do presidente Lula. Para cumpri-la, identificamos as medidas oficiais

tomadas pelo governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, tais como Decretos, Leis, Medidas Provisórias e Resoluções, examinando o conteúdo relacionado à reforma agrária. Também nos referenciamos em análises publicadas em meio escrito impresso e eletrônico por críticos do tema.

Posteriormente fizemos o exame de todas as informações alcançadas apoiando-se na experiência profissional desenvolvida no assentamento, no debate que o MST vem traçando com diferentes segmentos da sociedade e traçamos a análise a luz do conhecimento construído historicamente pela teoria social crítica brasileira no que tange a luta pela reforma agrária. Também problematizamos nesta etapa do trabalho a luta pela reforma agrária e sua relação com o processo de transformação da sociedade brasileira contemporânea, na perspectiva de sua democratização, e quiçá, construção do socialismo.

Mesmo com a idéia corrente entre setores políticos e econômicos de que com a modernização da agricultura, implantada a partir da década de 70, a reforma agrária é uma demanda ultrapassada no Brasil, ela continua presente na luta de milhares de trabalhadores organizados e pode se constituir ainda em uma alternativa dentro do processo de transformação social deste país.

Entretanto, se ainda há condições materiais em que caberia a realização de uma reforma no campo brasileiro - isto é, terras concentradas e trabalhadores dispostos em nelas trabalhar e viver -, politicamente ela tem se colocado como uma demanda exclusiva dos trabalhadores, por isso situada nitidamente no centro da luta de classes presente na sociedade. É sobre questões como estas que vamos discorrer na sequência deste trabalho.

1 OS DES-CAMINHOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Uma questão que ocorre frequentemente quando se estuda a sociedade brasileira é: “*por que não se fez a reforma agrária no Brasil*”? Porque a reforma agrária não foi efetivada pelo estado burguês brasileiro como uma política pública própria de seu desenvolvimento?

Realizada em diversos países do mundo, a reforma significou, predominantemente, uma política de distribuição da propriedade da terra realizada pelo Estado. Com o desenvolvimento do capitalismo, as burguesias industriais percebem limitação no mercado em consumir as mercadorias por elas produzidas, isso se devia ao fato da maioria da população residir no campo na condição de camponês pobre ou sem-terra e, portanto, não ter renda para consumir.

A estratégia encontrada pela burguesia, com apoio do Estado, foi reformar a estrutura da propriedade das terras de maneira que estas pessoas se tornassem camponeses autônomos com acesso à renda, e com ela adquirissem condição de consumidores, aproveitando da movimentação camponesa que ocorria na Europa neste período. O monopólio da terra então, foi visto como um entrave para o desenvolvimento de mercado interno e da expansão da indústria.

Essas lutas e reivindicações da massa camponesa existentes na Europa, de longa data, encontraram sua grande oportunidade somente na fase de transição para o capitalismo, quando as aspirações camponesas se somaram aos objetivos gerais da burguesia, e se traduziram, no plano econômico, pela penetração das relações capitalistas no campo. A reforma que se propõe aí, em correspondência e continuação à luta camponesa, será a transformação do latifúndio feudal em exploração capitalista, e a substituição do senhor feudal pelo camponês capitalista. Isso pela abolição dos privilégios e direitos daquele primeiro, a fim de permitir ao camponês seu livre desenvolvimento econômico e transformação em produtor capitalista (PRADO JUNIOR, 1978:44).

Esta ação de distribuição da propriedade da terra com fins de dinamizar o mercado interno foi realizada pelo estado em diversos países, primeiramente na Europa Ocidental onde

havia maior desenvolvimento do capital industrial. Na Europa Central e Oriental logo após a Primeira Guerra, e depois da Segunda, no Japão e Coréia. Nos Estados Unidos, apesar de não ter o nome de Reforma, em 1860 se fez uma Lei de colonização que realizou processo de distribuição de terras nesta mesma perspectiva (STÉDILE, 2000: 183-184).

Estas experiências de reforma se deram nos marcos do sistema capitalista como forma de assegurar sua expansão, inclusive. Por outro lado, temos experiências sociais onde a reforma agrária se dá em outra perspectiva: visando uma transição socialista.

O governo popular cubano instituído depois de derrubar o ditador Batista, em 1959, tinha entre suas principais aspirações distribuir terra para os trabalhadores do campo. Antes mesmo da vitória da Revolução, o exército rebelde adotou a reforma agrária como sua principal bandeira. Em posse do governo de Cuba, ela se tornou a medida de maior alcance dos revolucionários; ela materializou a política pregada pela revolução (FERNANDES, 2007:174).

A reforma agrária promovida pela Revolução Cubana, se deu de forma processual. Promulgada em 17 de maio de 1959, ela tinha por objetivo recuperar a soberania nacional de Cuba e extinguir a base econômica das estruturas coloniais. Para isso a Lei se baseou em três metas centrais: *eliminar o latifúndio* (improdutivo – e estabeleceu critérios de produtividade tanto para a cana, quanto para o arroz, a criação de gado); *corrigir os minifúndios*; *proibir a propriedade da terra à estrangeiros*.

A concentração da propriedade da terra em Cuba nesta época era alarmante. Apenas 1,5 % dos proprietários possuíam mais de 46% das terras, enquanto que 70% das propriedades não alcançavam de 12% da área total (FERNANDES, 2007:174).

Segundo Fernandes, a Lei era radical na mudança que pretendia, mas moderada em seu conteúdo porque mantinha a propriedade privada da terra e indenizava os proprietários

que tivessem terras expropriadas. Para viabilizar a reforma, criou o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), as cooperativas agrárias e as zonas de desenvolvimento agrário.

O INRA tinha como atribuição criar e administrar (inicialmente) as cooperativas, as quais eram formadas por camponeses e trabalhadores agrícolas e se localizavam no interior de uma das “zonas de desenvolvimento agrário” (uma subdivisão feita pelo INRA para facilitar a realização da reforma). As medidas da Lei transferem para o Estado nacional o controle central da economia cubana que estava nas mãos do setor privado, além de beneficiar milhares de camponeses e trabalhadores que buscavam melhores condições de trabalho.

Entretanto, se por um lado a Lei de reforma agrária foi uma forma de materializar o ideário político da revolução, ela também provoca a contra-revolução promovida pela burguesia cubana e estadunidense, e pelo governo dos estados Unidos.

Neste sentido, o conflito desencadeado pelas classes possuidoras e pelos Estados Unidos graduou a reforma agrária, insuflando o governo revolucionário a ir cada vez mais longe, como recurso extremo de autodefesa, até que, finalmente, a reforma agrária transbordou da “revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 2007: 175).

O governo revolucionário responde com a efetivação de duas medidas durante o ano de 1960. A primeira confiscou as terras e as centrais açucareiras de propriedade estrangeira que ainda havia no país, e a segunda, nacionalizou as empresas privadas e confiscou terras e centrais de açúcar que estavam nas mãos da burguesia cubana.

Apesar destas medidas complementares a Lei de 59, o poder econômico da burguesia ainda era forte, e as emendas provocaram ainda mais a pressão contra-revolucionária.

Em outubro de 1963, o governo popular cubano toma mais uma medida com o objetivo de dissolver a pressão contra-revolucionária. Cria uma segunda Lei de Reforma Agrária, a qual confiou ao estado cubano todas as propriedades rurais com área superior a 05 *caballerias* (67 hectares). Com isso o estado incorporou, a mais, cerca de 1,8 milhão de

hectares e ficou com 60% das terras. Ao governo coube a tarefa de conduzir a reforma agrária para uma experiência de socialização da agricultura (FERNANDES, 2007:184).

As mudanças no campo também são efetivadas pela Revolução Russa. Uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi o Decreto da Terra, redigido por Lênin e apresentado no Congresso dos Sovietes em outubro de 1917. Este documento aboliu imediatamente a propriedade privada da terra - sem indenização - de todos os latifúndios, os quais foram colocados a disposição dos Comitês da Terra locais. Como dirigente do país, Lênin propõe para o programa agrário do partido que na divisão da terra o tamanho dos lotes seja definido de acordo com a localidade e a necessidade dos camponeses. A questão agrária foi uma preocupação primordial da revolução russa, já que naquele momento o país contava com 80% da sua população no meio rural, sendo camponeses pobres a maioria absoluta deles (GOMES, 2006:187-188).

A reforma agrária, portanto, foi adotada sob governos com distintas concepções políticas, socialistas e capitalistas. Diante disso, cabe uma reflexão: se a mesma foi realizada em diversos países nos marcos do capitalismo - como propulsora de desenvolvimento e fortalecimento do mercado interno – por que no Brasil não foi assim?

Caio Prado Junior, em sua obra “A Revolução Brasileira” analisa esta pergunta e destaca a inviabilidade no Brasil de realizar a aliança com a burguesia para a realização de reformas, diferentemente do que ocorreu nos países europeus. Faz também uma crítica à esquerda comunista brasileira que compreendia a revolução socialista no Brasil ainda tendo necessariamente que passar por uma etapa democrático-burguesa que eliminasse os “restos feudais” de nossa sociedade, assim como se sucedeu em experiências com reforma agrária em outros países. Para cumprir esta primeira fase seria necessária uma aliança com a burguesia nacional.

Em sua análise da realidade nacional, o autor discorda desta compreensão, e afirma: “transportou-se para cá, encaixando arbitrariamente e sem nenhum espírito crítico na evolução histórica brasileira, a situação da Europa egressa da Idade Média e do feudalismo” (PRADO JUNIOR, 1978:78). Estas são diferenças fundamentais em relação à nossa sociedade, a classe camponesa pobre daquele continente, que compunha uma estrutura econômica e social constituídas de pequenos produtores familiares voltadas essencialmente para a produção de subsistência com inserção subsidiária ao mercado, também se difere daqui.

A economia agrária brasileira não se constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constitui assim uma economia e classe, camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava (PRADO JUNIOR, 1978:78-79).

Com a instituição do trabalho livre a estrutura agrária não é alterada, em certos casos, segundo Caio Prado Junior, a grande propriedade se expande ainda mais, como é o caso da cana-de-açúcar no nordeste onde os antigos engenhos foram substituídos pelas usinas. No Brasil, portanto, o capitalismo se expande sem alterar a concentração fundiária. Por isso a reforma agrária no Brasil não se fez necessária para abrir espaço para a economia mercantil no campo, assim como foi no continente europeu onde precisou integrar as populações camponesas às relações mercantis, logo não é uma prioridade da classe burguesa.

A reforma agrária no Brasil tem sido, desde o início, muito mais uma questão política do que meramente econômica. Terra é sinônimo de poder, por isso desconcentrá-la, distribuir sua posse e utilização, e alterar as relações sociais no campo representam um desafio para a esquerda brasileira.

A forma como somos inseridos no contexto de expansão do capitalismo comercial europeu também elucidada a questão acima. A organização produtiva do país, a partir da

colônia, voltada para o mercado externo caracterizada pela grande propriedade rural monocultora, exportadora e latifundiária consolidou-se como o modelo produtivo para o Brasil e tendo os grandes proprietários rurais como representantes da elite econômica e política.

Desde o século XVI que se forma, socialmente, uma elite agrária voltada para a produção do açúcar. Nos séculos seguintes, acrescentam-se a ela outras camadas dedicadas à economia do cacau, do café, da borracha, da pecuária e de outros interesses agrários ou extrativos. [...]. A dependência e o destino colonial – traduzidos pelas doutrinas mercantilistas e imperialistas – nos atem às potências dominantes [...]. A classe, através de seus diversos modelos produtivos, ou os variados modelos históricos, baseia sua presença em quatro características: o latifúndio, a monocultura, o mercado externo e o regionalismo (CARONE, 1989: 13-14).

A oligarquia agrária é responsável pelo abastecimento de matérias-primas para o mercado mundial e de produção de superávit comercial para atender as necessidades de importação do mercado externo. Esta hegemonia da atividade econômica agrária no total da produção brasileira perdura até meados do século XX, mas a legitima politicamente até os dias atuais.

1.1 A REVOLUÇÃO DE 1930 E O “PROBLEMA AGRÁRIO” BRASILEIRO

Com a crise mundial deflagrada no início do século, o modelo agro-exportador brasileiro sofre um importante impacto. Os efeitos da crise chegam rebatendo na comercialização da produção de café, dependente do mercado internacional, e representante de 3/4 da exportação nacional.

A economia e a política brasileiras – fundadas na fazenda do café – quando atingidas pela crise internacional entram em colapso: além dos imensos prejuízos financeiros para a oligarquia rural/cafeeira, da escassez de produtos para abastecer o mercado interno, se

deparam também com o descontentamento de setores médios urbanos (funcionários públicos, militares³, profissionais liberais, empregados do setor de serviços) devido a política de interesses exclusivistas do setor cafeeiro (TRONCA, 1982:08).

Nas eleições presidenciais de 1930 a oligarquia agrária se divide (encerra a política até então vigente, de articulação entre o setor cafeeiro paulista e a pecuária mineira). O candidato apoiado pelo então presidente Washington Luís, Julio Prestes (paulista) vence Getúlio Vargas, que era o candidato da oposição, formada pela Aliança Liberal, liderada por Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A oposição não aceita o resultado eleitoral, alegando fraude. Organizam a reação da Aliança Liberal, coordenada por Vargas vindo do sul e apoiada por tenentes jovens. Washington Luís é deposto, antes de dar posse de Julio Prestes.

Getúlio Vargas é indicado para ser presidente da república pelo movimento que realizou a ‘Revolução de 1930’ com a promessa de restaurar o regime republicano para reconstrução nacional (SKIDMORE, 1982:23).

As pressões dos grupos urbanos também favoreceram a reação da Aliança Liberal. Por não possuir independência material em relação à grande propriedade agrária, precisaram estabelecer acordo com outras forças oligárquicas (lideradas por Getúlio Vargas) para remover do poder a oligarquia cafeeira⁴.

Pelo mesmo motivo, viu mais tarde poucas de suas aspirações liberais democráticas efetivadas. A dependência à oligarquia se manifestou também no campo ideológico, já que estes setores não conseguiram elaborar um programa político diferenciado (Tronca, 1982:10). O máximo que conseguiram foi reproduzir os mesmos princípios teóricos das próprias oligarquias, falando em democracia e liberalismo.

³ O segmento dos “tenentes” lidera diferentes movimentos armados como a revolta do Forte de Copacabana (1922), que motivou outros movimentos tenentistas em diferentes estados.

⁴ Entretanto, a própria necessidade de estabelecer tal compromisso indicaria a fraqueza relativa desses grupos “revolucionários”: as classes médias, por serem dependentes das oligarquias; a oligarquia afastada do poder, por estar debilitada pela crise do café; e as “novas oligarquias”, com Vargas à frente, de mãos atadas, porque, embora tivessem tomado o poder em 30, a economia do país continuava ainda a depender do café (TRONCA, 1982:10).

Quanto a classe trabalhadora, articulavam-se nesta época diversas correntes políticas progressistas no interior do proletariado emergente no Brasil: anarquistas, comunistas e socialistas. Entre os anos 1917 e 1920, os trabalhadores urbanos (localizados, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo) realizam uma onda de greves, sob a liderança anarquista.

A fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922 e a formação da Coluna Miguel Costa – Prestes, sobretudo a Coluna, vêm a contribuir para o crescimento da inicial organização dos trabalhadores⁵. Todavia, o proletariado que foi alvo de dura repressão e manipulação do Estado devido a realização das greves, e ainda dividido entre as diversas correntes, neste momento não representava mais do que uma “*ameaça potencial*” ao regime dominante (TRONCA, 1982:12).

A Revolução de 1930 abre a “Era Vargas” no Brasil. A partir daí praticamente todas as características do sistema político e da estrutura administrativa foram modificadas⁶. A intervenção do Estado se deu em setores como em infra-estrutura, siderurgia, expansão do crédito, abastecimento e re-organização político-administrativa quando Vargas, por exemplo, federaliza serviços e tributos que antes eram incumbidos aos estados ou municípios (LINHARES & SILVA, 1981:38).

Para Francisco Oliveira, a Revolução de 1930 marca o fim da hegemonia agro-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial no Brasil, mesmo que esta predominância só se concretize a partir da década de 50, quando a

⁵ Apesar de não ser socialista a Coluna, causa temor. Percorreu 25 mil quilômetros em cerca de dois anos de combate, atravessou treze estados brasileiros reclamando pela integração nacional e denunciando injustiças ocorridas no país. Luiz Carlos Prestes, líder da Coluna, se exila na Bolívia em 1927. Em 1928 vai para a Argentina onde ingressou no Partido Comunista. Depois do contato com o marxismo, funda a Liga de Ação Revolucionária e por enquanto não se filia ao Partido Comunista Brasileiro. Foi convidado a participar da aliança liberal que comandou a Revolução de 1930 no Brasil, mas não aceitou. Recuou na idéia da Liga e se entrosou com os Comunistas. Em 1931 vai para Moscou para assimilar a doutrina marxista-leninista e preparar seu ingresso no PCB. Em 1935 retorna ao Brasil com o objetivo de lutar pela revolução proletária (KONDER, 2003; p 53-56).

⁶ SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

renda da indústria tem participação superior à renda da agricultura na economia nacional (OLIVEIRA, 2003: 35).

A oligarquia agrária atuou na captação de dólares estrangeiros para articular o setor industrial, pode-se dizer que ela financiou a industrialização. Este fato garante uma articulação direta entre o setor agrícola e industrial, esta relação estrutural faz parte da lógica do desenvolvimento capitalista em nosso país. A articulação do movimento político visando o desenvolvimento da indústria nacional não rompeu com a oligarquia agrária, e conseqüentemente não deflagrou nenhuma alteração na estrutura fundiária⁷.

Ainda conforme Oliveira, este período coloca uma nova correlação de forças na sociedade brasileira, até então sob hegemonia da economia agro-exportadora. A reformulação da ação e do aparelho estatal e a regulamentação das leis que dirigem a relação entre o capital e o trabalho são fatores essenciais para tal situação. O papel do Estado é de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial possa se desenvolver, as Leis Trabalhistas é uma das medidas⁸.

Outro fator decisivo nesta conjuntura foi o papel da agricultura.

Esta tem uma nova e importante função, não tão importante por ser nova mas por ser qualitativamente distinta. De um lado, por seu subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens e capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; [...] De outro lado, por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e

⁷ A partir de então, a propostas de intervenção do estado na questão agrária aparecem freqüentemente nas cartas constitucionais. A Constituição de 1934 voltou a reconhecer os direitos dos posseiros que haviam sido negados na Lei de Terras em 1850, reduziu os impostos para a pequena propriedade e garantiu terra às nações indígenas. Mas com o estabelecimento do Estado Novo em 1937 veio o retrocesso. A política autoritária do Estado sob o comando de Vargas, dilui a mobilização política existente. Na Constituição de 1946 institui a possibilidade da lei promover a distribuição da propriedade com igual oportunidade a todos (VEIGA, 1986:19). Mas essas regulamentações não se concretizam em uma política de reforma agrária e a estrutura fundiária não sofre alteração significativa no interior do país.

⁸ A aprovação das Leis Trabalhistas em 1943, vai neste sentido. Francisco Oliveira chama a atenção para o objetivo principal da Legislação. Garantir interesses corporativistas ou a tutela do Estado não é sua objetivação central. Ela fez parte de um conjunto de medidas que garantiu instaurar o novo modo de acumulação, isso se deu pelo rebaixamento do preço da força de trabalho. O salário mínimo foi interpretado rigorosamente como salário de subsistência, isto é, de reprodução apenas (OLIVEIRA, 2003).

não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial (OLIVEIRA, 2003:42).

Para a agricultura camponesa couberam dois papéis: fornecer contingente de força de trabalho para a indústria nascente ou produzir alimentos para abastecer o mercado interno, composto, sobretudo pelo incipiente proletariado industrial (OLIVEIRA, 2003: 47). Isso viabilizado pelo controle dos preços efetuado pelo Estado, permitia aos operários acesso a cesta básica apesar de seus baixos salários.

Segundo José de Souza Martins outro rebatimento na agricultura decorrente da situação do Brasil neste período, é o alargamento e difusão da propriedade familiar, sobretudo em São Paulo. Com a crise de 1929, o colono das fazendas de café teve a possibilidade de se tornar proprietário de terra. O fazendeiro endividado, não teve alternativa senão a de retalhar suas fazendas e repassar a terra aos colonos, os quais por meio de pecúlios e créditos viabilizou finalmente sua propriedade. No nordeste também tem rebatimentos: se expande os sítios de foreiros no interior de fazendas de açúcar (MARTINS, 2003:168-169).

Quem não esteve nesta situação, se encaminhou para as cidades, principalmente São Paulo para trabalhar na indústria. A política do governo de compra e queima dos cafés absorveu um contingente de trabalhadores agrícolas excedentes⁹. Essa política funcionou até meados da década de 1950. Foi um período de “pacto” onde a grande lavoura foi o fundamento da acumulação capitalista e da diversificação econômica:

Grande propriedade que, no modelo econômico de então, não raro fez do proprietário um empresário e não apenas um latifundiário, no sentido tradicional da palavra. [...] ambos aqui se fundiram. Isso dá aspectos muito especiais à nossa questão agrária, o que faz dela não só uma questão residual da questão da escravidão, mas também uma questão residual do modelo de acumulação capitalista que esse consórcio nos impôs historicamente. E estamos falando de um passado que é nosso presente, que está vivo entre nós e atual (MARTINS, 2003:170-171).

⁹ Martins (2003) cita obra de Celso Furtado (Formação Econômica do Brasil) onde este avalia que o primeiro governo de Vargas querendo salvar o café acaba por estimular a indústria, por meio desta medida de compra e queima do Café. Segundo Furtado, objetivando assegurar o fluxo de renda no país, Vargas inaugura a política keynesiana antes de Keynes (Martins, 2003:169).

No contexto internacional, pós-segunda Guerra Mundial, tem-se a ascensão dos Estados Unidos da América como potência capitalista. No Brasil, está forte o debate de idéias sobre as condições de atraso do desenvolvimento capitalista do país e as possibilidades de superação (LINHARES & SILVA, 1981).

1.2 A REFORMA AGRÁRIA EM PAUTA

A compreensão de que o subdesenvolvimento do país era devido ao atraso da agricultura foi o que orientou o debate político nacional nos anos 50. O problema de abastecimento dos centros urbanos, escassez de alimentos para suprir o mercado interno, era tido como decorrente da estrutura fundiária (latifúndio x minifúndio) e das relações de produção rurais ultrapassadas. Isto também afetava o desenvolvimento urbano, que era atrapalhado pelo atraso do campo, e a reforma agrária o instrumento decisivo para romper com o atraso do latifúndio.

A transformação da sociedade brasileira se faria por meio da aliança burguesia nacional e proletariado urbano, com a mudança da situação arcaica do campo, evidentemente. Essa análise era compartilhada pelo Partido Comunista.

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais¹⁰.

¹⁰ “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”. Resolução do Comitê Central do PCB, publicada no jornal *Voz Operária* em 22 de março de 1958. Disponível em: (SANTOS, 2007).

Para o PCB o desenvolvimento do capitalismo, nesta conjuntura, interessava ao “proletariado e a todo o povo”. A contradição presente na sociedade brasileira não exigia ainda uma solução radical: “a revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”, afirmava o mesmo documento¹¹.

A questão agrária estava no centro das lutas sociais deste período. Desde a década de 1940 crescia a organização dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais, os quais vão adquirindo conteúdo político, organizando-se por meio das Ligas Camponesas, logo depois pelos sindicatos e outros movimentos mais localizados, os quais irão mobilizar-se em torno dessa questão.

A luta pela terra tem grande repercussão e organização. Não apenas como uma necessidade verificada na análise da realidade brasileira feita por setores intelectuais e/ou políticos progressistas, mas nitidamente como uma demanda popular. São várias as lutas espalhadas pelo Brasil, do sul ao nordeste¹² neste período. Algumas foram mais organizadas e duradouras, outras se caracterizaram como revoltas localizadas com demandas específicas¹³. Ainda na década de 50, surge as Ligas Camponesas como a principal organização dos trabalhadores do campo.

¹¹ Análise destoante desta oficial do PCB elaborou-se pelo comunista Caio Prado Junior em seu livro “A Revolução Brasileira” crítica enfaticamente a análise do Partido sobre como se faria a revolução no Brasil. Segundo ele, a teoria marxista brasileira pensou a revolução com conceitos formulados *a priori*, sem considerar os fatos de forma adequada; procurando posteriormente adequá-los a estes conceitos. Como consequência disso, a política revolucionária ficou exposta ao sabor das circunstâncias imediatas, oscilando continuamente entre os extremos do sectarismo e do oportunismo. A teoria da revolução brasileira não fez a revisão necessária para atuar em uma realidade, onde faltava experiência política e se tinha um nível baixo da consciência das massas trabalhadoras, particularmente no campo cujo papel em um país como o Brasil é fundamental (PRADO JUNIOR, 1978:29-30).

¹² Entre estas revoltas pode-se destacar a Revolta de Porecatu, no Paraná; Revolta de Trombas e Formoso em Goiás e a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense (Martins, 1981: 73-75).

¹³ São organizadas também a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). A ULTAB foi organizada a partir de 54, no sul e São Paulo sob influência do Partido Comunista Brasileiro e tinha por objetivo coordenar associações camponesas e criar condições para uma aliança entre camponeses e operários (MARTINS, 1981: 84). O MASTER organizado no final da mesma década, no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de 300 famílias posseiras. Em 1962 chegaram a realizar ocupações de terras obtendo conquistas no estado governado pelo trabalhista Leonel Brizola (MORISSAWA, 2001:94).

A história do surgimento das Ligas Camponesas se inicia com a resistência pela posse da terra, na época, muitos dos antigos engenhos de cana em Pernambuco estavam concedidos a foreiros. Eles eram agricultores que trabalhavam em terras abandonadas pelo dono e em troca pagavam uma espécie de aluguel. Em 55, os donos do engenho decidiram aumentar o preço do foro, os agricultores então passaram a se mobilizar contra isso. O advogado e deputado Francisco Julião do Partido Socialista Brasileiro passou a representá-los. Com poucos anos as Ligas estavam organizadas em diversos municípios de Pernambuco e demais estados da região nordeste do país.

O final desta década é marcado pelo governo de Juscelino Kubstchek, eleito em 1956. Com seu programa de ação estatal centrado no desenvolvimento industrial do país, o Estado investe em infra-estrutura de estradas, energia elétrica, silos, portos, etc, com o objetivo de implantar indústrias de bens duráveis e apoiar a expansão da fronteira agrícola com obras rodoviárias. Entretanto, a garantia deste programa custa um alto endividamento do Estado Brasileiro. Esse endividamento externo logo tem repercussão na economia.

Os anos 60 iniciam marcados pelo aprofundamento da luta política, devido articulação dos trabalhadores urbanos por causa dos baixos salários e, sobretudo, pela mobilização dos camponeses em torno da luta pela terra. Neste período, já não faltava mão-de-obra no Brasil e crescia o número de trabalhadores sem-terra e sem trabalho, devido ao êxodo rural já existente nesta época; registram-se também neste período os primeiros contingentes de bóias-frias.

Diante disso, a reivindicação popular pela realização da reforma agrária ganha força. O governo de Jânio Quadros cria uma Comissão para elaborar um projeto de lei referente a reforma agrária, mas o mesmo nem chegou ir para o Congresso (VEIGA, 1986: 20). Depois de menos de um ano de governo, Jânio renuncia e seu vice João Goulart toma posse sob intensa crise política e econômica. Antes disso, Goulart foi pressionado por

ministros militares para que abrisse mão. Essa pressão gerou reação de lideranças estaduais como do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola que articulou o movimento “Rede da Legalidade” que vindo do sul se espalhou pelo país e conquistou aliados da posse do então vice-presidente.

A crise política se “arrefeceu” com a votação pelo Congresso de uma Emenda Constitucional instituindo o regime parlamentarista. Os problemas colocados à posse de Jango (como ficou conhecido) se devem a sua rejeição junto aos setores de direita por ser herdeiro político do populismo de Vargas, contudo o parlamentarismo durou pouco, por meio de plebiscito Jango restaurou o presidencialismo. Mas seu governo continua marcado pela crise política: o presidente “não tinha suficiente credibilidade aos olhos da esquerda, em geral, mas irritava as forças de centro e direita” (KONDER, 2003: 72).

Segundo Konder, a crise se manifestava também na economia. A proposta nacional-reformista de Goulart de manter as taxas de crescimento reduzindo a inflação com a realização das “reformas de base”¹⁴, tinha limites econômicos sérios: a volta da inflação e a elevação da dívida externa brasileira. Diante disso, o crescimento industrial verificado na década de 50 não tinha o mesmo ritmo.

Propostas por Jango, as reformas encontram forte resistência nos setores da burguesia. A maior parte dela havia intensificado suas relações com o capital internacional, portanto, abria mão da solução nacional-popular, e o setor de proprietários rurais sentia-se ameaçado pela ascensão dos movimentos populares e pela política estatizante dos governos nacionalistas.

¹⁴ As “reformas de base” eram parte do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado sob responsabilidade do Ministro do Planejamento, Celso Furtado. Referiam-se a uma série de reformas (agrária, bancária, educacional-universitária, eleitoral, entre outras, as quais deveriam ser combinadas com o combate a inflação e o crescimento econômico (FAUSTO, 2001:251). Consideradas básicas para o desenvolvimento de um capitalismo nacional progressista as reformas de base tinham a reforma agrária como destaque.

As reformas de base não se destinavam a implantar a sociedade socialista. Eram uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país a partir da ação do Estado. Isso porém implicava uma grande mudança, a qual as classes dominantes opuseram forte resistência. O governo e os grupos de intelectuais de classe média que se mobilizavam pelas reformas de base supunham poder contar com o apoio da burguesia nacional no combate contra o imperialismo e pela reforma agrária. Na realidade os membros da burguesia preferiram seguir outro caminho (FAUSTO, 2001:247).

Em 1962 as Ligas Camponesas organizaram encontros e congressos com a participação significativa das “Ligas locais”, nesta altura, além da resistência pela permanência nas terras, realizaram ocupações com o lema “reforma agrária na lei ou na marra” (MORISSAWA, 2001:92). As Ligas faziam análise de que no Brasil não havia contradição essencial entre burguesia e latifundiário, por isso defendiam uma reforma radical e não aquela por etapas e esperando uma aliança com a burguesia nacional como era o caso do PCB.

Para as ligas, ao contrário, a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à propriedade camponesa, inclusive a estatização da propriedade. Isso significa a recusa da política de frente única preconizada pelo Partido Comunista e que também era adotada pelo governo Goulart (MARTINS, 1981:89).

As ligas reivindicavam uma reforma agrária radical. Um setor das Ligas, partindo dessas posições, seguiu para o processo de preparo e treinamento de guerrilha.

É deste período histórico também, a regulamentação da sindicalização dos trabalhadores rurais pelo presidente João Goulart, até este momento não existiam sindicatos legais. Quando Jango assumiu o governo já existia uma “organização” sindical montada, o que faltava era a legalização; depois dela a fundação oficial dos sindicatos foi disputada pelo PCB e pela Igreja Católica. Outro avanço importante na esfera legislativa foi a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que garantiu direito a carteira profissional, jornada de trabalho, a garantia do salário, repouso semanal e férias remuneradas (FAUSTO, 2001:243).

Com o reconhecimento do governo o sindicalismo se desenvolve rapidamente no nordeste, na área da cana. Isso gera uma baixa nas Ligas Camponesas, fazendo que Julião publique um documento explicando a possibilidade de participação nas duas organizações.

O problema, entretanto, estava na disputa entre as ligas, de um lado, e o Partido Comunista, de outro [...]. A disputa, envolvia na verdade, a diferença das propostas políticas. As Ligas dirigiam-se para uma proposta de revolução camponesa, enquanto que a estratégia do Partido Comunista caminhava na direção de uma coexistência pacífica com a burguesia, que deveria resultar numa revolução democrático-burguesa (MARTINS, 1981:78).

O documento do PCB (já citado neste trabalho) destaca o papel central do sindicato para o movimento nacional democrático.

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento conseqüente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. [...] Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e organização é aquela que permite alcançar êxito para as massas¹⁵.

Esta declaração do PCB confirma a diferença de análise entre o Partido e as Ligas Camponesas. Apesar da diferenças entre os setores da esquerda, o avanço dos movimentos sociais é nítido neste período no Brasil. A mobilização popular pela concretização da reforma agrária também. Grupos camponeses pressionam o governo, e o “problema agrário” é inevitável para o estado brasileiro.

A crise econômica enfraquece o governo de Jango, a situação financeira era grave. O Plano Trienal lançado em 1963 não tem adesão dos setores influentes na sociedade: os beneficiários da inflação alta não tinham interesse no sucesso das medidas propostas, os inimigos de Jango desejavam sua ruína, o movimento operário por sua vez, se recusava a

¹⁵ Disponível em: SANTOS, 2007.

aceitar restrição salarial. Enquanto isso a inflação crescia passando de 26,3% em 1960 para 54,8 em 1962 (FAUSTO, 2001:252).

Economicamente o país encontra-se sem impulso, e politicamente dividido. A reforma agrária está no centro do debate político e as posições começam a se radicalizar:

No campo, os proprietários rurais, que encaravam a reforma agrária como uma catástrofe, começam a se armar. Por outro lado, o movimento das Ligas, a sindicalização rural e a invasão de terras ganharam ímpeto. A opção por iniciativas á margem da legalidade se reforçou quando, em outubro de 1963, o Congresso rejeitou a emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização (FAUSTO, 2001:252).

Se por um lado a esquerda reclamava das vacilações do governo na área social, no encaminhamento das reformas, entre os meios militares cresciam as conspirações contra Jango. Alegando-se uma intervenção defensiva, sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha promovem ocupação de edifícios públicos; o grupo é contido, mas o clima de instabilidade já estava instalado, a solução dos conflitos pela via democrática foi sendo paulatinamente descartada pelos diferentes grupos políticos.

O presidente também optou por medidas excepcionais. A idéia era começar a realizar as reformas de base por meio de decreto, para contornar o Congresso, se apoiaria em dispositivos militares e sindicais, e anunciaria as medidas governamentais em grandes atos públicos.

No primeiro deles Jango anuncia, em comício na Central do Brasil, a desapropriação das refinarias de petróleo e a assinatura do Decreto n 53.700 de 13 de março de 1964, que desapropria as terras localizadas as margens de grandes rodovias e ferrovias brasileiras bem como, terras que circundam obras de saneamento da União.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da Supra¹⁶. Assinei-o, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior

¹⁶ Superintendência de Política Agrária.

da nossa pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. [...] Mas é o primeiro passo. [...] Sem a reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica. [...] Graças a colaboração patriótica e técnica das nossas Forças Armadas, em convênios realizados com a Supra, graças a essa colaboração, meus patrícios, espero que dentro de menos de 60 dias comecem ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios ao lado das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da nação¹⁷ (apud STÉDILE, 2005:103).

O presidente declara publicamente a sua disposição para realização da reforma agrária. Sugere ainda em seu discurso, que enviará ao Congresso alterações na Constituição Federal para viabilizar a efetivação da reforma agrária para além do que consta no Decreto da Supra.

E não se diga, trabalhadores, que há meio de fazer a reforma sem mexer a fundo na Constituição. Em todos os países do mundo civilizado já foi suprimido do texto constitucional aquela parte que obriga a desapropriação, por interesse social, a pagamento prévio, a pagamento em dinheiro. [...] A reforma agrária é uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar sua produção para sobreviver. [...] A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo¹⁸ (apud STÉDILE, 2005:104-105).

O primeiro Ato público promovido pelo governo para encaminhar as reformas não tem o efeito esperado. Autoridades políticas, militares, religiosas, a elite bem como as camadas médias da sociedade reagem intensamente ao pronunciamento feito pelo presidente diante dos cerca de 300 mil trabalhadores que o ouviam na Central: “As bandeiras vermelhas pedindo a legalização do PC, as faixas exigindo reforma agrária, etc, foram vistas pela televisão, causando arrepios nos meios conservadores” (FAUSTO, 2001:253).

Seis dias depois do comício na Central, a realização da “Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade” reúne cerca de 500 mil pessoas na cidade de São Paulo, lideradas

¹⁷ Trecho do discurso do presidente João Goulart no comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: STÉDILE, J, P. **A questão agrária no Brasil. Programas de reforma agrária: 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

¹⁸ Idem.

pelas associações de senhoras católicas ligadas a Igreja Conservadora, alegando o temor diante da possibilidade de “cubanização”¹⁹ do país, com apoio do empresariado.

As Forças Armadas que já tinham em seu interior setores contrários a Jango antes mesmo de sua posse, neste momento, viam setores moderados das Forças também manifestarem oposição a radicalização das reformas propostas pelo presidente, e se negarem a apoiar esquema de defesa militar do governo para garantir as reformas. No dia 20 de março, uma semana após o comício de Jango, o General Castelo Branco emite uma Instrução Reservada às Forças Armadas declarando a negação à defesa militar ao governo.

Em 31 de março o presidente é deposto do governo por meio de golpe e as forças de esquerda caem diante da ação organizada dos militares. Leonel Brizola ainda tentou promover uma resistência vinda do sul, como fez em 61 para garantir a posse de Jango. Mas não obteve êxito. Acabou exilando-se no Uruguai onde o presidente deposto já se encontrava. Mas que aconteceu com o governo de Goulart? Por que a confiança em dispositivos militares e sindicais não se sustenta?

Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer, instaurando um regime autoritário. [...] É certo que a maioria da oficialidade brasileira preferira, ao longo dos anos, não quebrar a ordem constitucional. Mas havia princípios mais importantes para a instituição militar: a manutenção da ordem social, o respeito a hierarquia, o controle do comunismo. Quebrados estes princípios, a ordem se transformava em desordem e a desordem justifica a intervenção (FAUSTO, 2001:255).

Entre o setor civil ocorre fato semelhante ao militar, a parcela da população de posição política moderada assustada pela ameaça do comunismo propagada pelo grupo conservador se une a este último para “defender” o país. A cúpula do governo de Jango faz uma análise política equivocada quando define a tomada de ações excepcionais pelo governo, pensando que este teria apoio incondicional do segmento sindical e militar.

¹⁹ A Revolução Cubana recém acontecida influenciava as forças de esquerda na América Latina e por outro lado, causava horror a direita, por esta razão.

Por sua vez, a classe sindical tinha capacidade de mobilizar os trabalhadores ligados ao Estado, não mais que isso. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) ainda tentou mobilizar os trabalhadores para uma greve geral, mas não teve adesão pela massa assalariada vulnerabilizada pela inflação (FAUSTO, 2001:256). Embora fosse considerável o avanço dos movimentos sociais, nesta conjuntura Jango ficou isolado politicamente e a classe operária sem condição de reação.

O golpe militar trava um processo potencialmente revolucionário no Brasil, segundo estudiosos como Caio Prado Junior e Roberto Schwarz, os quais analisam o que representou esse período para a possibilidade da revolução brasileira.

As forças revolucionárias vêm adquirindo no Brasil, sobretudo a partir da última Grande Guerra, um impulso considerável. Não somente em termos de agregação e acumulação de potencialidades, mais ainda de consciência coletiva do processo em curso e em que tão claramente se evidencia a necessidade de reformas substanciais e profundas de nossas estruturas políticas, econômicas e sociais. [...] Não é por acaso, nem por simples exibicionismo que o golpe de 1º de Abril de 1964 se enfeitou do nome de “revolução” (PRADO JUNIOR, 1978:22).

Schwarz tem análise semelhante, segundo a qual, a ditadura instalada no Brasil em 1964 visava garantir o predomínio do capital e afastar o continente do socialismo. Com o recuo do frágil governo de Jango a direita instaura seu regime.

O povo, na ocasião, mobilizado mas sem armas e organização própria, assistiu passivamente à troca de governos. Em seguida sofreu as consequências: intervenção e terror nos sindicatos, terror na zona rural, rebaixamento geral dos salários, expurgo especialmente nos escalões baixos das Forças Armadas, inquérito militar na Universidade, invasão de igrejas, dissolução das organizações estudantis, censura suspensão de hábeas corpus, etc, (SCHWARZ, 2005: 07)²⁰.

Um dos fatores para a derrota da esquerda e da possibilidade de um período revolucionário no Brasil se deve muito a ausência de uma teoria revolucionária, conforme esclareceu Caio Prado Junior.

²⁰ Utilizamos a publicação recente, mas a análise foi escrita entre os anos 1969-1970.

Uma revolução agrária, anti-feudal, antiimperialista... Que não se tratava nada disso, verificou-se amargamente quando uma simples passeata militar bastou para deitar por terra a aventura e dispersar sem maior esforço os iludidos pseudo-revolucionários. Mas enquanto a aventura durou, foi a ilusão alimentada por grosseiros erros de interpretação teórica da realidade brasileira (PRADO JUNIOR, 1978:27).

A estratégia defendida pelo PCB de aliança com a burguesia nacional e de luta dentro dos limites legais, como exemplo a luta sindical, foi equivocada:

Formou-se em consequência uma espécie desdentada e parlamentar de marxismo patriótico, um complexo ideológico ao mesmo tempo combativo e de conciliação de classes, facilmente combinável com o populismo nacionalista então dominante, cuja ideologia original, o trabalhismo, ia cedendo terreno. O aspecto conciliatório prevalecia na esfera do movimento operário, onde o PC fazia valer sua influência sindical, a fim de manter a luta dentro dos limites da reivindicação econômica. E o aspecto combativo era reservado a luta contra o capital estrangeiro, à política externa e à reforma agrária (SCHWARZ, 2005: 10).

O aspecto da luta antiimperialista promovido pelo PCB tem difusão na sociedade brasileira, é uma campanha coerente e bem sucedida, chegando às massas. Entretanto, a conformação da revolução brasileira tendo este aspecto como predominante é também a causa de seu fracasso.

O aliado principal do imperialismo, e portanto inimigo principal da esquerda, eram os aspectos *arcaicos* da sociedade brasileira, basicamente o latifúndio, contra o qual deveria erguer-se *o povo*, composto de todos aqueles interessados no progresso do país. Resultou no plano econômico-político uma problemática explosiva mas burguesa, de *modernização e democratização*; mais precisamente, tratava-se da ampliação do mercado interno através da reforma agrária, nos quadros de uma política externa independente. (SCHWARZ, 2005:14).

Essa interpretação equivocada do marxismo possibilitou que setores dos governos populistas que antecedem ao golpe se identifiquem com sua ideologia, sobretudo o período de Jango. Entretanto, não tardará para que quadros de governo, técnicos, estudantes, vanguardas operárias se perguntem sobre a aplicação do marxismo feita pelo PC: “Um marxismo especializado na inviabilidade do capitalismo, e não nos caminhos da revolução”

(SCHWARZ, 2005:16). Também não tarda a compreensão de que as reformas necessárias ao país não seriam possíveis nos limites do capitalismo e, portanto do populismo.

Enquanto isso, o período da ditadura é marcado pela repressão aos movimentos políticos de esquerda, muitas lideranças destes movimentos são presas e condenadas, os estudantes que tinham um papel de relevo na política da época foram os primeiros a passarem pela repressão.

As Ligas Camponesas também é alvo preferencial dos militares, o líder Julião, depois de preso, exilou-se. Com a perseguição o movimento ficou sem comando e se dispersou, sem contar o terror da coerção. “A repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo, sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas” (FAUSTO, 2001:258).

Nas cidades, houve intervenção em sindicatos, federações de trabalhadores e prisão de dirigentes sindicais e no campo a repressão calava o movimento camponês. As lutas sociais no pós-golpe, em decorrência dessa situação de repressão, passam a viver um momento de regressão:

Para conceber o tamanho dessa regressão, lembre-se que no tempo de Goulart o debate público estivera centrado em reforma agrária, imperialismo, salário mínimo e voto de analfabeto, e, mal ou bem, resumira não a experiência média do cidadão, mas a experiência organizada dos sindicatos, operários e rurais, das associações patronais ou estudantis, da pequena burguesia mobilizada, etc. Por confuso e turvado que fosse, referia-se a questões reais e fazia-se nos termos que o processo nacional sugeria, de momento a momento, aos principais contendores. Depois de 1964, o quadro é outro (SCHWARZ, 2005:23).

Conforme o autor é a partir de 1968 que finalmente se reconhece a existência de uma guerra revolucionária no Brasil. O policiamento se torna verdadeiramente pesado, com delação estimulada e protegida, além do crescimento abusivo da tortura.

Em relação ao “problema agrário” o regime militar encontrará a solução sem precisar mexer na estrutura da propriedade da terra, aproveitando a oferta de mão-de-obra e de

terras, o Estado viabilizará a infra-estrutura necessária para a modernização da agricultura e a colonização de novas terras, na Amazônia principalmente.

1.3 DITADURA MILITAR E A ELABORAÇÃO DA PRIMEIRA LEI DE REFORMA AGRÁRIA

Durante o regime de ditadura é promulgada a primeira lei brasileira de reforma agrária em 30 de novembro de 1964, denominada Estatuto da Terra.

A elaboração do Estatuto – que ocorre durante o governo do primeiro presidente do período militar, o General Castelo Branco - contou com participação de diferentes vertentes para sua confecção. Um grupo ligado as idéias cepalinas²¹, que defendia a reforma agrária como forma de desenvolver as forças produtivas e o capitalismo no Brasil, e outro movido pela influência das idéias do presidente americano John Kennedy que defendia a necessidade de reestruturar a propriedade da terra no continente americano para a consolidação do capitalismo, e como uma estratégia de coibir a influência da Revolução Cubana na região²².

O Marechal Humberto Castelo Branco, que tinha feito formação nos Estados Unidos, pactuava com as idéias de Kennedy e, portanto, considerava necessário alguma forma de reforma agrária, especialmente no nordeste. Quando da elaboração do Estatuto foi informado sobre a existência de técnicos que haviam sido formados na Costa Rica. Eles foram

²¹ Assim ficou conhecido o grupo de intelectuais brasileiros que atuaram na Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em 1948, com sede no Chile. Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico na região latino-americana.

²² A proposta de Kennedy, denominada de “Aliança para o Progresso” foi defendida durante uma reunião em Punta del Este, em 1961. Após a reunião criou-se a Organização dos Estados Americanos e de um Instituto que formasse técnicos aptos a criar as condições técnicas para realização da reforma agrária como mecanismo de desenvolvimento do capitalismo. O Instituto foi criado, com sede na Costa Rica. Técnicos de diversos países foram enviados; o Brasil também enviou seus representantes (STÉDILE, 2005:149-150).

chamados então a participar da elaboração da Lei e também se utilizaram estudos que já existiam no Ministério de Planejamento.

O Estatuto da Terra, além de ser a primeira legislação de reforma agrária no país, teve um conteúdo importante. Pode-se destacar a proposição de cadastro de todas as propriedades rurais; a criação de um Instituto Nacional especificamente voltado para a colonização e desapropriação de terras e o condicionamento da propriedade da terra conforme sua utilização²³.

Ao Estado coube o poder de agir em nome da sociedade, com a responsabilidade de promover o acesso dos trabalhadores a terra; garantia da propriedade a quem já possuía - desde que estivesse cumprindo com sua função social -; permanência do agricultor na terra cultivada e direito a posse das populações indígenas.

Em relação a estrutura da propriedades, criou uma classificação baseada no tamanho, na produção e na utilização das terras. Definiu um *imóvel rural* como uma área contínua que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada. Foi considerado *minifúndio* o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar; por sua vez a *propriedade familiar*, o imóvel rural explorado direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, onde é absorvida toda a sua força de trabalho. Tem como características importantes a garantia da subsistência, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

²³ Aqui destacamos o conteúdo da Lei: “Art 2. É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem” (Brasil, 1964).

Outra classificação foi de *empresa rural* caracterizada como o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural de modo a gerar lucro; esta seria a propriedade ideal pela lógica do Estatuto.

A propriedade classificada como *latifúndio*, é definida tendo-se em vista as condições ecológicas e os sistemas agrícolas regionais, com duas formas de manifestação: latifúndio por exploração - medido pela produtividade - e latifúndio por extensão, independente da produção.

O Estatuto previu o minifúndio e o latifúndio como os imóveis passíveis de desapropriação, o pagamento das áreas desapropriadas se daria por meio de títulos da dívida pública, sendo pago em dinheiro as benfeitorias que o imóvel possuísse, afim de que ambos se convertessem em *empresa rural* (MARTINS, 1981:95) A Lei também instituiu o Imposto Territorial Rural – ITR.

A lei gerou estranheza: os grupos mais combatidos no início da ditadura eram as Ligas Camponesas, os sindicatos e lideranças que defendiam a reforma agrária e as reformas de base, deste modo uma Lei “progressista” para o campo contradizia com a repressão e perseguição política aplicadas pelo regime. Entretanto, mais que isso, o Estatuto provocou reações conservadoras antes mesmo de ser promulgado em 30 de novembro, considerado incompatível com os propósitos dos militares de combater os comunistas.

Em 1965 o presidente, baixa o Ato Institucional nº. II, onde fica nítido que o golpe militar se fixara como regime, restringiu a liberdade de expressão, instituiu as eleições indiretas para presidente da república e extinguiu os partidos políticos criados desde o Estado Novo, fixando a existência de dois partidos apenas: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) da situação e o Movimento Democrático Brasileira (MDB) da oposição. A sucessão de Castelo Branco foi encarada pelo Alto Comando Militar como uma questão de Segurança Nacional. O indicado para tanto era o General Costa e Silva, ministro de Castelo

Branco. A ARENA que sustentava o regime militar no Congresso elege o General (FAUSTO, 2001:262).

A repressão promovida pela ditadura endurece ainda mais. O Estatuto da Terra é esquecido. Suas ambigüidades, por outro lado, asseguram a legalidade do avanço do capital nas terras brasileiras. Como por exemplo, a colonização das áreas da Amazônia – garantida na Lei – que levou um fluxo de migração para a região: de trabalhadores que serão explorados e de capitalistas que vão aplicar o programa da “empresa rural”. Faz-se uma propaganda governamental para os colonos irem para regiões menos habitadas, por exemplo, a região amazônica, uma saída encontrada pelo Estado brasileiro para aumentar o contingente populacional da região.

Entretanto essa estratégia não priorizou a reforma agrária, mas a exploração dos recursos naturais comandados por empresários nacionais e internacionais (MORO, 2002:30-31). Os trabalhadores sem-terra vão trabalhar para as empresas.

Ao Estado, além da Lei e da Propaganda, cabe a realização de obras, como a rodovia Transamazônica, para favorecer o desenvolvimento da colonização. Para Freitas, o regime favoreceu a empresa colonizadora através da venda de terras públicas por meio de concorrência pública com direito de preferência ou concessões com dispensa de licitações, deixando nítidas as intenções do Estatuto, já que a princípio havia esperança na lei supostamente “progressista”, que é de estabelecer a mentalidade empresarial moderna no campo.

O minifúndio deveria obrigatoriamente se transformar em empresa, dando oportunidade ao latifúndio de se desmembrar, enquadrando-se na mesma figura jurídica. A terra improdutiva participaria da reforma, primeiramente, por uma tributação, sendo a desapropriação, uma solução residual, efetuada somente em áreas de tensão social. Logo, a lei faz com que a reforma agrária seja um instrumento para desmobilizar a luta camponesa, já que só utiliza a desapropriação em áreas de conflito (FREITAS, 2005:14).

Outra constatação que permite compreender o caráter de facilitador da lógica empresarial no campo, refere-se à titulação das terras aos camponeses pobres.

A título de exemplificação, o governo militar realizou apenas 08 desapropriações por ano, em média, no período de 1965 a 1981, demonstrando que a criação do referido diploma tinha como objetivo amarrar a luta e a efetivação da Reforma Agrária, bem como possibilitar a entrada das empresas no campo (FREITAS, 2005:14).

Segundo Stédile, o Estatuto da Terra, tem seu uso limitado a privatização de terras e a propaganda da colonização. As forças políticas que apóiam o golpe de 1964 orientam uma linha de desenvolvimento capitalista para o Brasil independente da transformação do campo por meio da reforma agrária. A estratégia utilizada se viabiliza também pelo fim das restrições à participação do capital estrangeiro na economia nacional e pela abolição de mecanismos reguladores de preços (LINHARES & SILVA, 1981:41).

O pressuposto da reforma agrária como único caminho para o desenvolvimento do país é superado pela política econômica do regime militar, favorecida pelo contexto internacional na nova etapa do imperialismo²⁴.

É uma política conjugada com o interesse da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas e com a indústria transformadora das matérias-primas agrícolas, setores nos quais predominam amplamente as grandes multinacionais imperialistas (GORENDER, 2002:37).

²⁴ Esse momento ficou caracterizado pela internacionalização do mercado interno, ou seja, o centro do capitalismo decide participar diretamente do processo de industrialização que vinha se efetivando nos países subdesenvolvidos, não mais vai se satisfazer pela importação de matérias-primas e produtos agrícolas e exportação de manufaturas (RIBEIRO, 2007). Politicamente isso vai levar a derrota das correntes nacional-populistas. Na economia o sucesso inicial dessa política chega a ser chamado de “milagre econômico” (entre os anos 1968-1973). Aproveitando-se da disponibilidade de recursos mundial o Brasil abre-se para os investimentos estrangeiros, a indústria automobilística é o exemplo mais forte disso; a ampliação do crédito ao consumidor e os subsídios às exportações fazem do Brasil menos dependente de um único produto, [como fora no passado recente] o café. A capacidade do governo de arrecadar tributos cresceu e isso repercutiu na redução da inflação. Segundo FAUSTO (2001), o “milagre” teve um preço: dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, acumulação de capital para uma classe, redução de salários dos trabalhadores menor qualificação, ou seja, concentração de renda. Outra consequência dessa política foi a defasagem do investimento estatal na área social em relação a economia, explicada na metáfora “é preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo” atribuída ao Ministro Delfim Netto.

Para Jacob Gorender a partir da década de 70 essa política estatal foi acentuada extraordinariamente, através da política de preços mínimos, créditos a juros baixos ou negativos para investimentos, eliminação de impostos para aquisição de tratores e máquinas, subsídios para compra de insumos, além de realização de estudos por institutos públicos sobre variedades de sementes e assistência técnica para a grande propriedade.

Essa política vai repercutir na adoção de um conjunto de técnicas que passarão a ser utilizadas em sementes (híbridas), insumos, fertilizantes, agrotóxicos, e no incremento da mecanização no processo de trabalho agrícola. Em suma: significou na intensificação da produção e uso de diversas tecnologias - um complexo de novas práticas agrícolas, muitas delas questionáveis do ponto de vista ambiental - utilizadas sob a justificativa de aumento da produtividade necessária a produção de alimentos para abastecer o mercado mundial.

Toda essa idéia de modernização não tem apenas objetivos técnicos, mas também políticos. O próprio nome dado a esse processo no campo “revolução verde” é uma resposta à Revolução Vermelha dos camponeses na China. Contará com os avanços tecnológicos da Segunda Guerra Mundial, apesar de se realizar a partir da década de 70. Essa política de *modernização*, sob alegação técnica, subordina o trabalhador do campo cada vez mais à lógica do capital, sob seu modelo produtivo, tecnológico e ideológico, já que todo esse processo está longe de ser neutro.

Karl Marx, em “O Capital” obra crítica do modo de produção capitalista, projetou a penetração do capital na agricultura como uma consequência inevitável, inclusive com o objetivo de superar o atraso relativo da produtividade agrícola em relação à produtividade industrial. Essa análise foi ressaltada por Mandel:

Pero Marx, quien insistió en ese atraso relativo, observó que no era una característica fija y final del modo capitalista de producción, sino algo que podía ser superado más tarde o más temprano. Pero cuando la agricultura se vuelve cada vez más industrializada, cuando la substitución del trabajo vivo por trabajo muerto (maquinaria, fertilizantes, etc.) se aplica en escala cada vez mayor en ese ramo la

producción, cuando surge la *agroindustria* contemporánea, la diferencia en la composición orgánica del capital agrícola comparado con el capital industrial tiende a desaparecer (MANDEL, 1985:219).

Para confirmar a projeção de Marx, o autor destaca dados referentes ao desenvolvimento deste processo nos Estados Unidos, o país que conta com o setor agrícola completamente mecanizado e produtivo.

La extensión de este proceso de industrialización de la agricultura puede medirse por los siguientes hechos referentes a los Estados Unidos. Entre 1915-1919 y 1973-1977 la productividad del trabajo en la producción de trigo y frijol de soya se multiplicó por diez. [...] El ingreso per cápita disponible por trabajador agrícola, sin embargo, sólo se multiplicó por menos de tres, y *la mitad de ese aumento* se originó en fuentes exteriores a la agricultura propiamente dicha. Los salarios de la mano de obra alquilada apenas se duplicaron en el mismo período. Buen índice del aumento de la composición orgánica del capital si los hay! (MANDEL, 1985:219)

Segundo Mandel apesar da tendência atual de eliminação da estrutural dual entre propriedade da terra e da empresa agrícola, para o conjunto do capital (nacional) uma preocupação se refere ao acesso a alimentos de forma mais barata, já que este é elemento essencial na reprodução da força de trabalho.

Diante disso, países semi-coloniais ou semi-industrializados (como é o caso do Brasil na terminologia do autor) podem manter dentro de sua estrutura fundiária um segmento de minifundistas que por produzir uma parcela da alimentação necessária a sua subsistência permitem a diminuição do valor do salário para baixo do mínimo. Outro rebatimento da manutenção desse grupo vulnerável envolve, inclusive, questões políticas: manutenção de uma base eleitoral facilmente manipulável, menos sindicalizável ou organizável por partidos políticos (MANDEL, 1985: 221).

Essas tendências projetadas pelo autor (tendo por base seu estudo da obra de Marx neste caso mais especificamente o livro III de “O Capital”), podem ser identificadas nitidamente na sociedade brasileira: a modernização por um lado e a conservação de

minifúndios por outro, como forma de barateamento da força de trabalho. Quanto ao cunho político da última medida, também não nos é estranho, vide a forma “clientelista” das relações desenvolvidas historicamente no interior do país.

A realização da modernização na agricultura - já prevista por Marx e comprovada por Mandel – é considerada patológica por Martins (2003). Subsidiada pelo Estado, ela ocorre mais rapidamente do que a capacidade da sociedade em criar alternativas de trabalho para os trabalhadores que ela descarta e recusa.

Até os anos cinqüenta, até a era Kubitschek, na verdade final da era Vargas, o modelo econômico funcionou bem: excluía no campo e incluía na cidade, impedindo que a questão agrária se tornasse evidente como problema social. [...] É significativo que, nesse mesmo momento, a questão agrária surja como questão de trabalho, com a difusão da sazonalidade do trabalho rural e sua terceirização, tanto no Nordeste canavieiro quanto no sudeste cafeeiro. O que deu novas e problemáticas características à pobreza rural, nas figuras humanas do “clandestino” e do “bóia-fria” e dos migrantes sazonais, tanto para o campo quanto para a cidade (MARTINS, 2003:171).

A política efetivada pela ditadura contribuiu para o inchaço das cidades em um curto período de tempo, sobretudo pela aglomeração das populações pobres nas periferias das cidades industriais.

O entrelaçamento entre a grande propriedade da terra e o grande capital efetua-se neste período em uma escala inédita. Politicamente reverte um problema fundamental da burguesia, a necessidade da realização da reforma agrária como forma de aperfeiçoar o capitalismo brasileiro, a expansão da fronteira agrícola suspende a transformação da estrutura fundiária. No âmbito das relações de trabalho essa política tem gerado diversas formas de escravidão, e ainda, disputas entre grandes proprietários e posseiros deixando muitos desalojados (GORENDER, 2002:40-41).

Enquanto isso os agricultores da pequena propriedade tem que suportar o cerceamento do latifúndio, a falta de crédito estatal, além das dificuldades por localizarem-se,

geralmente, em terras menos férteis, sem estruturas adequadas e aperfeiçoamento técnico (GORENDER, 2002:41).

Apesar da promessa de, ser uma alternativa para combater a fome nos países pobres, a “Revolução Verde”, como foi denominada, gera um efeito divergente do alegado: excedente de mão-de-obra assalariada rural sem trabalho devido a diminuição dos empregos decorrentes da substituição de trabalhadores pelas máquinas, e ainda, a “expulsão” de agricultores de suas terras para dar lugar a agricultura “moderna”, mecanizada e altamente produtiva.

A análise de Maria da Conceição Tavares sobre a “modernização” destaca a consolidação de um marco político-ideológico no pós-60 que conduziu a um progressivo reducionismo na concepção da reforma agrária. “A revolução agrícola [...] desativou o significado econômico clássico da reforma (a formação do mercado interno), contribuindo assim para a afirmação da concepção reducionista” que passa a ser adotada pelo Estado: a reforma agrária foi redefinida como “política de terras” (apud: LEITE & PALMEIRA, 1998:105). Conforme a autora as transformações que se realizaram, de base técnica e econômica, não avançaram em outros planos:

A terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão de fronteiras e dos interesses agrários tradicionais [...]. A confluência no campo de dois processos – a modernização conservadora da produção e o agravamento dos fatores de exclusão nas áreas tradicionais e de fronteira – tendem a tornar mais crítica **a questão da terra** (apud, LEITE & PALMEIRA, 1998:105. grifo nosso).

É neste contexto de agravamento da “questão da terra” que se dá a reação dos trabalhadores. Diversas organizações que vão sendo revitalizadas, ou criadas, juntamente com a abertura democrática percebem essa problemática. O combate ao êxodo rural é uma preocupação de entidades sociais, sindicatos dos trabalhadores rurais, pastorais da Igreja

Católica, entre outras, já que este se torna um fenômeno que explode, acelerando intensamente a urbanização do país.

Contudo, daquela política decorre o fenômeno dos *sem-terra*, os expropriados da terra que também não conseguem ser incluídos no processo descontrolado e não-planejado da urbanização e do trabalho urbano. Muitos voltam a trabalhar no campo mesmo morando nas periferias das cidades, os chamados “bóias-frias”.

Apesar dos sucessivos diagnósticos feitos no início da década de 80 sobre a dinâmica da modernização da agricultura brasileira como elemento indicativo de que a questão agrária no Brasil estaria superada e que a reforma agrária seria uma medida fora de lugar e descolada de seu tempo histórico, os conflitos por terra se perpetuam por todo o Brasil durante a década de 70, embora de forma nem sempre visível e tendo por marca a resistência a diferentes formas de expropriação de trabalhadores (MEDEIROS & LEITE, 1999:08).

É ainda sob o regime militar, já em sua fase final, que outro importante movimento político camponês brasileiro tem sua gênese: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sua fundação data da década de 80, mas as condições que vão estimular a criação do MST, como se pode ver, vêm se pondo desde a década de 70.

O Movimento Sem-Terra resulta do período de rearticulação das lutas sociais no Brasil, juntamente com a fundação da Central única dos Trabalhadores (CUT) e com o Partido dos Trabalhadores (PT), os quais se consolidam na década de 80 como as três principais forças políticas da esquerda brasileira, com intensa articulação entre si.

Segundo Morissawa, a semente do MST se dá com a ocupação da Fazenda Macali em 1979, no Rio Grande do Sul. “Muitas outras lutas, neste estado e em todo o país, foram gerando lideranças, incrementando a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a reforma agrária” (MORISSAWA, 2001:123).

No caso do MST, muitos camponeses que perderam suas terras ou emprego em decorrência da “modernização” passam a resistir e se organizar em diferentes estados do país,

sobretudo no sul e sudeste, apoiado por setores da Igreja Católica principalmente, a Pastoral da Terra (CPT), e também da Igreja Luterana.

Em 1981 a CPT organizou diversos encontros pelo país para discutir a luta pela terra. Dois deles serão os que mais influenciarão na formação do MST, realizados em 1982, um em Medianeira (PR) e o outro em Goiânia (GO). No encontro em Medianeira estavam presentes representantes dos três estados do sul, mais São Paulo e Mato Grosso do Sul, na oportunidade foram avaliadas as lutas realizadas nos estados para perceber seus limites. Decidiu-se como encaminhamento maior articulação entre os movimentos de sem-terras espalhados por diferentes regiões do País.

Em Goiânia, além dos estados presentes em Medianeira, participaram mais 12 outros estados. Neste evento cresceu a idéia de se compor um movimento nacional; alguns pensavam que poderia ser no interior da própria CPT, já outros defendiam que os trabalhadores rurais deveriam ter seu próprio movimento. Na oportunidade foi elaborada uma carta com os objetivos desse novo movimento.

Em janeiro de 1982 realiza-se em Cascavel (PR) o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras, a data da fundação efetiva do MST. Estiveram presentes lideranças Sem-terras de 12 estados, e entidades apoiadoras como a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a CUT, CPT, a Comissão Indigenista Missionária e a Pastoral Operária. O Encontro também organizou um manifesto conclamando aos trabalhadores a somarem-se na luta pela terra. O lema foi: “Terra para quem nela trabalha e vive!” (MORISSAWA, 2001:138).

A mobilização social em busca da redemocratização do país tem grande participação e organização dos trabalhadores, muitos deles trabalhadores do campo, assim a reivindicação da reforma agrária é destaque e será tema de debates intensos no processo da

Constituinte. Isso se deve a retomada da organização sindical e dos movimentos sociais no país, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Eventualmente o Estatuto da Terra, esta lei cheia de ambigüidades, foi “invocado” pelos governos com a promessa de realizar desapropriações de terras em áreas de conflito. No início da década de 80, o agravamento dos conflitos pela posse da terra, na região Norte do país, levou à criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins - GETAT, e do Baixo Amazonas - GEBAM.

O balanço das realizações desses três órgãos, no entanto, é pobre, com registro de alguns poucos milhares de títulos de terra de posseiros regularizados. Nos últimos seis anos do governo militar (1979-1984), a ênfase de toda a ação fundiária concentrou-se no programa de titulação de terras. Foram assentadas 37.884 famílias, todas em projetos de colonização, numa média de apenas 6.314 famílias por ano no período 1964-1984²⁵.

Mas esta estratégia não elimina as lutas que vinham se organizando no campo e fazendo ressurgir a luta massiva pela terra no Brasil (STÉDILE, 2005:152).

1.4 A REFORMA AGRÁRIA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Com a transição democrática do país inicia-se o processo de construção de uma nova Constituição. Tancredo Neves que fora eleito presidente do país pelo Colégio Eleitoral, morre logo em seguida a realização do pleito, e quem assume a presidência é seu vice José Sarney - integrante da elite agrária nordestina/brasileira. Os movimentos populares que vinham de um processo de rearticulação e de mobilização nacional, organizam-se para propor demandas à Constituinte, entre elas destaca-se a reforma agrária.

Este momento é bem definido por MARTINS,

²⁵ Dados disponíveis: BRASIL, Governo Federal. Reforma agrária: compromisso de todos. Presidência da Republica, 1997.

A Constituinte decidirá sobre o direito de propriedade, podendo alterá-lo substancialmente se os trabalhadores participarem dela e se unirem em torno de determinados objetivos, como esse. Da Constituinte poderá sair um Brasil renovado, uma ordem política democrática avançada, que quebre de vez o pacto tenebroso da terra com capital e que tem sido responsável pela marginalização política dos trabalhadores do campo e da cidade. Mas isso só acontecerá se os trabalhadores conseguirem participar da constituinte ativamente. De qualquer modo, seria imprudência não levar em conta que as classes dominantes com o pacto de 84 e a vitória eleitoral de 85 deram uma demonstração de força e capacidade política. É muito pouco provável que, por isso, ocorram transformações radicais (MARTINS, 1986:31).

Enquanto a esperança de mudanças significativas diminui em relação à Constituinte, a preocupação exposta pelo autor se realiza. Uma mobilização da direita, do qual resulta a criação da UDR (União Democrática Ruralista) representante do conservadorismo do campo. É com apoio financeiro dos membros da UDR que muitos deputados serão eleitos para legislar na criação da nova constituição federal.

Nesta conjuntura a reforma agrária não tem avanços significativos na Constituição de 1988. Ela fica “dividida” entre o artigo 5º que prevê a *função social* da propriedade, sendo que o não cumprimento desta estaria sujeito a desapropriação, e a emenda aprovada que cria a condição para desapropriação da terra no caso de *latifúndio improdutivo*²⁶.

Como na Constituição não se chegou a uma conclusão sobre a *função social* da propriedade, gerou uma visível perda para a reforma agrária dentro da ordem legal do estado brasileiro.

Os elementos que constituem a função social são trazidos no art. 186 da CF, entendendo-se que a lista disposta é exemplificativa, de forma que outras ocorrências podem ser interpretadas como atinentes ao cumprimento deste princípio, como vêm entendendo os tribunais acerca do não recolhimento de impostos como prática que fere a observação da função social [...]. Assim, a estrutura criada para restringir o acesso à terra encontra-se erigida, de fato, de maneira que sua transposição depende de uma séria de articulações conjuntas. Tornam-se

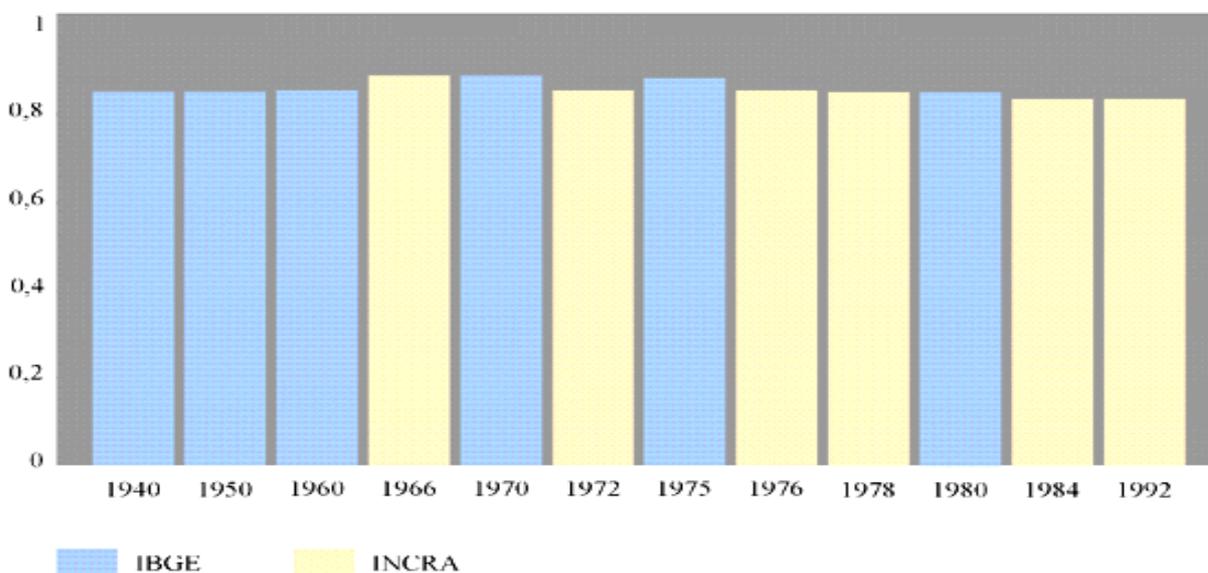
²⁶ A lei versa sobre o latifúndio qualificado como improdutivo, sendo que aqueles que forem improdutivos, mas que estejam dentro de algum projeto que venha a torná-los produtivos foram excluídos. Essa designação também excluiu o latifúndio por extensão do projeto de reforma agrária. “O conceito de improdutivo é abstrato, amplo e complexo, o que dá margem para que o latifundiário recorra ao judiciário e impeça a desapropriação” (FREITAS, 2005:15).

necessárias, modificações do disposto em lei, como também, a transformação da consciência dos atores sociais - juízes, promotores públicos (FREITAS, 2005: 14).

A definição concreta da questão sobre a função social ficou a cargo de uma Lei complementar, que só foi promulgada em 1993, durante o governo de Itamar Franco, cinco anos depois da Constituinte.

Outra perda registrada na carta Magna foi em relação a caracterização das propriedades: as duas categorias latifúndio e minifúndio são substituídas por “grande” e “pequena” propriedade.

Passada a euforia da redemocratização, o cenário do campo brasileiro não muda. Os números do índice de Gini do Brasil, entre os anos de 1940 a 1992, confirmam esta situação, em nenhum dos períodos o número foi inferior a 0,8, quando o ideal é zero.



Fonte: IBGE – INCRA.²⁷

²⁷ Nos primeiros 15 anos de vigência do Estatuto da Terra (1964-1979), o capítulo relativo à reforma agrária, na prática, foi abandonado, enquanto o que tratava da política agrícola foi executado em larga escala. No total, foram beneficiadas apenas 9.327 famílias em projetos de reforma agrária e 39.948 em projetos de colonização. O índice de Gini¹ da distribuição da terra, no Brasil, passou de 0,731 (1960) para 0,858 (1970) e 0,867 (1975). Esse cálculo incluiu somente a distribuição da terra entre os proprietários. Se forem consideradas também as famílias sem terra, o índice de Gini evidencia maior concentração ainda: 0,879 (1960), 0,938 (1970) e 0,942 (1975). Na verdade, em 50 anos, as pequenas alterações que ocorreram, em termos de concentração de terra, no Brasil, foram para pior (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1997).

A realidade do campo é que a modernização proposta pelo governo militar não acabou com o latifúndio improdutivo, apesar do incentivo para o campo adotar a perspectiva empresarial; por outro lado, a pequena propriedade que progrediu no século XX, não chegou a representar alteração significativa na estrutura fundiária do país e as desapropriações de terras também não tiveram expressão no período.

Em 1985, o governo do Presidente José Sarney elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, com metas extremamente ambiciosas: assentamento de 1 milhão e 400 mil famílias, ao longo de cinco anos. No final de cinco anos, porém, foram assentadas cerca de 90.000 somente²⁸.

1.5 OS ANOS 90 E OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA NEOLIBERAL PARA O CAMPO

A questão colocada nos últimos anos para estudiosos da questão agrária e/ou militantes políticos de organizações que reivindicam a reforma agrária, para além do dilema entre atualidade *x* superação da luta por reforma agrária, é, qual o seu sentido? Que direção tomará? Há ainda justificativa econômica para sua defesa ou se trata fundamentalmente de uma luta social e política? Por que, no século XXI, ainda é importante lutar por reforma agrária? Estas questões são determinantes na identificação dos trabalhadores do sentido da reforma agrária para a continuidade da luta pela construção de outra forma de sociabilidade no Brasil.

O contexto em que estas questões se inserem é de complexificação das relações sociais no campo, não só no Brasil, na maioria dos países da América Latina. O capitalismo

²⁸ Dados disponíveis: BRASIL, Governo Federal. Reforma agrária: compromisso de todos. Presidência da República, 1997.

em sua fase de predomínio da ideologia neoliberal intensifica a ação da burguesia no campo, aliando a elite agrária tradicional com o capital financeiro internacional, fazendo com que o espaço para realização da reforma agrária seja cada vez mais ínfimo no interior do Estado burguês, assim como ocorre em outras políticas públicas.

O governo de Fernando Collor de Melo deu início ao programa de ajustes e reformas institucionais que vinham sendo propagadas pelos organismos internacionais desde meados da década de 80. Especificamente na questão agrária extinguiu o Ministério da Reforma Agrária e subordinou o INCRA ao Ministério da Agricultura. O Programa de assentamentos foi paralisado e não cumpriu com as metas de assentamento. Durante os dois anos de governo Collor não foi realizada nenhuma desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (MORO, 2002:49-50).

Com o impeachment de Collor assume a presidência seu vice Itamar Franco, porém não efetivou mudanças substanciais na política para a agricultura. Foi em seu governo, no ano de 1993 que ocorreu a sanção da Lei 8.629 a qual regulamentou os dispositivos relativos a reforma agrária na Constituição de 1988. O governo de Itamar Franco (1992-1994) retomou os projetos de reforma agrária, neste período foi aprovado um programa emergencial para assentar 80 mil famílias. Deste total estimado foram atendidas apenas 23 mil famílias com a implantação de 152 projetos e uma área desapropriada de 1 milhão 229 mil hectares²⁹, representando aproximadamente ¼ do número anunciado pelo governo.

Na sucessão da presidência da república (1994-2002) Fernando Henrique Cardoso intensificou a adesão do Estado brasileiro a política neoliberal. A reforma agrária fez parte do pacote sob orientação do Banco Mundial com uma política para o campo denominada de 'Novo Mundo Rural'. Entre outras ações propunha a compra e venda de terras em

²⁹ Dados disponíveis: BRASIL, Governo Federal. Reforma agrária: compromisso de todos. Presidência da República, 1997.

substituição a desapropriação, que é o instrumento legal garantido constitucionalmente. Essa orientação do BIRD foi denominada *reforma agrária de mercado*.

Criada para substituir a reforma agrária redistributiva funciona por meio da compra de terras por trabalhadores rurais com esquemas de financiamento. Foi considerada mais barata, eficiente e politicamente viável para sociedades desiguais como o Brasil. O modelo de *reforma agrária de mercado* do Banco Mundial encontrou, no Brasil, a partir de 1996, as condições ideais para sua implementação, as quais abarcaram desde uma coalizão de poder interessada em promover uma contra-reforma radical do Estado (diminuindo gastos com políticas sociais e descentralizando responsabilidades), até a necessidade de criar políticas governamentais capazes de conter a pressão social advinda das lutas históricas por acesso a terra (SAUER, S & PEREIRA, J, M, M, 2003:173).

Os interessados em adquirir terras poderiam fazer um cadastro e então receberiam financiamento do governo para tal, sem necessidade de participar de qualquer organização coletiva; os trabalhadores têm até 20 anos para pagar pela propriedade, entretanto os latifundiários recebem pagamento a vista. Este projeto foi rejeitado pelos movimentos sociais e em pouco tempo demonstrou seus danos³⁰. Diversos autores apontam a quem favorece esta política:

Aumento do valor da terra e pagamento a vista, como forma de premiar o latifúndio. A compra da terra é feita por associações de trabalhadores, sem autonomia na escolha das áreas. Essas associações muitas vezes são organizadas pelos próprios latifundiários e políticos locais. Inviabilidade econômica, impossibilidade do pagamento dos empréstimos e endividamento dos trabalhadores rurais. As áreas adquiridas, muitas de má qualidade, não reuniram condições de permitir a geração de renda suficiente para o pagamento da dívida (RESENDE & MENDONÇA, 2004).

³⁰ O “Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio a Pobreza” – mais conhecido como Cédula da Terra – foi executado entre 1997 e 2002. Várias pesquisas evidenciaram os resultados sofríveis deste processo, entre eles a dificuldade de sobrevivência das famílias nas terras adquiridas e geração de renda para efetuar o pagamento das dívidas contraídas com a compra (SAUER, S & PEREIRA, J, M, M, 2003).

Além dos problemas citados, o que norteia esta proposta é a tentativa de desmobilizar politicamente os trabalhadores Sem-terra que vêm tendo crescimento significativo desde a década de 80. Esta intencionalidade fica expressa pelo lema da campanha publicitária do programa, vinculado nos meios de comunicação de massa em todo o território nacional: “*Pra quê romper a cerca, se a porteira está aberta*”. Fazendo ainda a convocatória aos cidadãos para se cadastrarem e aguardar em suas casas os demais passos do programa até chegar a terra.

Diante disso aos trabalhadores organizados em movimentos sociais a “política” foi de repressão. Confrontos entre, sem-terras e polícia e sem-terras e jagunços de fazendeiros, deixam a década marcada por muitas mortes e prisões de homens e mulheres do campo³¹.

Com o capitalismo mundial sob a ideologia neoliberal coube aos estados nacionais garantir politicamente a consolidação deste processo. Esta política também tem favorecido a entrada do capital financeiro no campo. O controle da produção de alimentos e dos recursos naturais é o objetivo central desta expansão, sendo compreendidos como os eixos principais para garantir e ampliar os lucros do setor.

A conjuntura do campo demonstra alterações nas características do capitalista agrário. Este não está mais representado apenas pela figura do grande fazendeiro, do latifundiário, do coronel (apesar destas figuras continuarem a existir), mas por um bocado de homens de negócio, com uma empresa organizada, eficiente tecnicamente e principalmente rentável do ponto de vista econômico.

A atividade rural a partir de então é transformada no chamado *agronegócio*. Este é o novo nome dado a agropecuária capitalista. Além de representar uma nova fase de entrada

³¹ Mesmo assim o MST se consolida na década de 1990 como a força política do campo e o movimento social de maior mobilização do país. Dá passos importantes e tem êxito em diversos deles: promove formação massiva de seus membros, cursos, palestras, mobilizações; organização na forma de produção, de comercialização através de algumas experiências de cooperação; o incentivo a educação nos acampamentos e assentamentos, desde a educação básica até a educação superior; o movimento possui milhares de militantes organizados em toda a área nacional (SILVA, 1996: 180).

do capital no campo também tem por objetivo separar-se da imagem latifundista dos grandes proprietários, da exploração, concentração, coronelismo. Mesmo com a adjetivação, latifúndio produtivo, não foi suficiente para garantir a superação dessa figura representativa do atraso econômico e político. Neste sentido a ideologia do agronegócio, propagada a partir da década de 1990, é um sucesso.

Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado (FERNANDES, 2007:3).

O campo se tornou num espaço particular de investimento de conglomerados internacionais, setores estes que sequer tinham contato com espaço rural. Tornou-se um mercado em expansão: com monopólio de sementes, insumos agrícolas, agrotóxicos, fertilizantes, máquinas com alta tecnologia, assistência técnica especializada e subserviente a produtividade elevada.

É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. [...] O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração (FERNANDES, 2007:3)

Com a propaganda de sua eficiência produtiva o agronegócio tem se colocado como o responsável pela produção do que se consome no Brasil e ainda como o sustentáculo das exportações, passando a idéia que este é o único modelo de desenvolvimento viável para o campo.

Diante disso, a pequena propriedade caracterizada historicamente pela garantia de produção dos alimentos necessários ao consumo humano, se vê acuada pelos grandes grupos de investidores e seu forte poder político e econômico e frequentemente encurralada por um “monstro que a engole”. Aliás, mais do que ficarem acuados os pequenos agricultores são compelidos a inserir-se neste modelo. De forma subordinada, obviamente.

Por toda essa ideologia que o sustenta, o agronegócio tem se constituído no principal inimigo dos camponeses e trabalhadores rurais. Mas sobre isso, aprofundaremos mais a diante.



*Era impressionante a coluna dos sem-terra formada por mais de 12 mil pessoas, ou seja, 3 mil famílias, em marcha na noite fria daquele início de inverno no Paraná. [...] Pelo rumo que seguia a corrente não era difícil imaginar que o destino final fosse a Fazenda Giacometti, um dos imensos latifúndios tão típicos do Brasil. Corretamente utilizados, os 83 mil hectares da Fazenda Giacometti, poderiam proporcionar uma vida digna aos 12 mil seres que marchavam, naquele momento em sua direção. Anda rápido um camponês: vinte e dois quilômetros foram cobertos em menos de cinco horas, quando chegaram lá, o dia começava a nascer. A madrugada estava envolta em espessa cerração, que pouco a pouco, foi se deslocando da terra sob o efeito da umidade do rio Iguaçu que corre ali bem próximo, pois o rio de camponeses que correu pelo asfalto noite adentro, ao desembocar de frente a porteira da fazenda pára e se espalha como as águas de uma barragem. As crianças e as mulheres são logo afastadas para o fundo da represa humana, enquanto os homens tomam posição bem na frente da linha imaginária para o eventual confronto com os jagunços da fazenda. Ante a inexistência de reação por parte do pequeno exército do latifúndio, os homens da vanguarda arrebatam o cadeado e a PORTEIRA se escancara; entram; atrás, o rio de camponeses se põe novamente em movimento; foices, enxadas e bandeiras se erguem na avalanche contida das esperanças nesse reencontro com a vida - e o grito reprimido do povo sem-terra ecoa uníssono na claridade do novo dia: reforma agrária uma luta de todos!*³²

³² Foto e depoimento do fotógrafo Sebastião Salgado. Disponíveis no livro “Terra” de sua autoria e textos de Chico Buarque. Editora Companhia das Letras, 1997.

2 O ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS NO ESTADO DO PARANÁ: UMA EXPERIÊNCIA PARTICULAR DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL.

O estudo que vimos realizando envolve a questão da reforma agrária no Brasil. Uma questão não resolvida, ou mal-resolvida, ao longo da história do país, e que continua presente. Para expressar ou demonstrar essa situação nos propusemos a estudar uma experiência de assentamento realizada nos últimos anos, localizada no estado do Paraná, decorrente da ocupação da terra promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Por meio dessa ação concreta de luta pela terra pretendemos: apresentar como se encontra a realidade do município de Rio Bonito do Iguçu/Pr, que abriga o assentamento; a condição dos beneficiários dessa ação de assentamento; refletir sobre a luta pela reforma agrária em nossa sociedade contemporânea, sua apreciação pelo governo federal, bem como, características, disputas e enfrentamentos presentes na realidade do campo e suas possibilidades atuais.

Organizamos esta apresentação baseada em alguns eixos: contextualização de algumas experiências anteriores da luta pela terra no estado do Paraná; caracterização da região e do município onde se encontra o Assentamento Ireno Alves dos Santos; recuperação (breve) da trajetória da ocupação; identificação dos impactos decorrentes de sua criação para os beneficiários e para a realidade local; e finalmente, fazer alguns apontamentos sobre a possibilidade de ações localizadas como esta, se tornarem nacionalmente em efetiva política pública de reforma agrária.

No que diz respeito a realização da pesquisa de campo, no primeiro momento recolheremos dados e/ou indicadores sociais, econômicos e políticos sobre a população integrante do Assentamento Ireno Alves dos Santos e a respeito do município de Rio Bonito

do Iguazu/Pr já sistematizados por órgãos públicos, fundamentalmente o Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatísticas – IBGE, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA -. No caso das informações do município procuramos fazer uma análise de alguns indicadores sociais no período que antecede a constituição do assentamento e posteriormente a este acontecimento para analisar as mudanças ocorridas (podemos aqui destacar os números relativos a população, eleitores, números de Índices de Desenvolvimento Humano, emprego, entre outros).

Noutro momento desenvolvemos entrevista com as famílias assentadas, buscando outros elementos para compor o panorama social, econômico, organizacional e político do assentamento. Com questões relativas a origem, moradia, produção, organização e renda. A escolha dos entrevistados se deu de forma aleatória simples, tendo apenas como critério contemplar as diferentes comunidades do assentamento (16 no total) que integram a Central de Associações do Assentamento Ireno Alves – CACIA.

Para compor o conteúdo das categorias que formaram esse panorama do assentamento e do município também buscamos informações junto a Prefeitura Municipal (Secretarias de Saúde e Educação e o Departamento de Bem Estar Social) e Núcleo Regional de Educação.

Também realizamos entrevistamos com uma liderança do Movimento Sem Terra para identificar a discussão realizada pelo MST a respeito dos assentamentos rurais e da reforma agrária hoje³³. Com questões versando assuntos como a análise da organização sobre o desenvolvimento dos assentamentos; a organização e mobilização política na base; o debate do movimento em relação ao sentido da luta pela reforma agrária na atualidade; a relação com

³³ Os instrumentais utilizados para entrevista encontram-se em anexo “A”.

o governo federal e os desafios a serem enfrentados pelos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária.

As informações relativas a reforma agrária nos atos do governo federal sob o comando do Presidente Lula foram obtidas por meio da internet e diretamente na Unidade Avançada do INCRA no município de Cascavel/PR. Entre as fontes de pesquisa estão os relatórios do INCRA, pesquisas do IBGE, e ainda: Leis, Resoluções, Medidas, Atos, Planos e Instruções elaborados neste período.

Os elementos levantados junto a esta atividade de pesquisa serão apresentados no segundo e terceiro capítulo, sendo no último exposta a análise sobre a reforma agrária durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva e a conjuntura em que está inserida a luta pela reforma hoje.

2.1 O ESTADO DO PARANÁ E A LUTA PELA TERRA EM SEU TERRITÓRIO

O estado do Paraná tem história recente no contexto brasileiro³⁴. Sua ocupação iniciou-se no século XVII, no contexto do ciclo do ouro, quando os exploradores portugueses instalaram os primeiros povoamentos no litoral e no Primeiro Planalto do Estado, mas seu interior ficou por tempo, desconhecido pelos colonizadores ou pouco explorado.

Nas áreas interioranas teve início a implantação de Missões conduzidas por padres jesuítas espanhóis. O interesse dos colonizadores portugueses na ampliação das fronteiras e na captura de indígenas para o trabalho escravo levou à destruição das Missões ainda no século XVIII. No entanto, permaneceram as trilhas para o interior, as quais foram utilizadas mais tarde.

³⁴ O estado só tem emancipação política do estado de São Paulo em 1853. Com a Proclamação da República intensificou-se a povoação do estado. A construção da estrada de ferro, que avançava no sentido às terras rochas do norte do estado, aumentou o número de cafeicultores paulistas e mineiros que vêm para o Paraná criar suas fazendas e com isso fundam diversas cidades.

O combate e o aldeamento dos índios funcionaram como um vetor importante no processo de ocupação do território paranaense. O início do século XIX é marcado pela guerra declarada aos indígenas, sob a alegação de que eles impediam a fixação e o trânsito de pessoas, porém estes ofereceram resistência até meados do século.

A história paranaense é marcada pela luta pela terra, seja na resistência dos indígenas, dos posseiros ou caboclos. Dentre estas tem importante destaque a Guerra do Contestado, a Revolta dos Colonos e a Guerrilha de Porecatu.

Os problemas em relação a posse da terra no estado são decorrentes ainda do Império e tem como motivação a política de concessão de grandes quantidades de terras adotada pelo governo brasileiro como forma de pagamento a empresas construtoras de obras, principalmente ferrovias, ou mesmo concessão para companhias colonizadoras. Esta política gera conflitos entre populações locais e colonizadores por todo o Brasil, no Paraná não seria diferente³⁵.

Um das maiores guerras camponesas do Brasil ocorre em uma área de terras disputadas pelos estados de Santa Catarina e Paraná. Em virtude dessa disputa a região ficou caracterizada como região “contestada” e até 1953 os dois estados não haviam chegado a um entendimento em relação a demarcação de suas fronteiras. A área contestada era 48 000 km² e apesar de possuir ervais e madeiras em seu interior, a disputa entre os dois estados tinha mais cunho político do que propriamente econômico. Em 1901 Santa Catarina moveu uma ação no Supremo Tribunal Federal objetivando delimitar as fronteiras de acordo com sua proposta, o Supremo deu parecer favorável a ação, mas, 09 anos após o pedido. Além de tardia, a ordem não foi acatada pelo estado do Paraná, que alegou ser a região povoada por paranaenses.

³⁵ Desde 1850, quando pela Lei de Terras ficou estabelecido o gênero de sua posse (aquisição por compra), os conflitos de terras tornaram-se algo corrente no país. E uma das áreas de maior conflito, foi a Região do Contestado (STECA, 2002).

Esta área é formada por grandes propriedades latifundiárias habitadas por tropeiros, arrendatários ou grileiros. As vilas estavam subordinadas às fazendas e seus proprietários, a sociedade, subordinada ao domínio oligárquico tinha sua estrutura social composta hierarquicamente de coronéis, fazendeiros de gado, criadores, lavradores de roças, agregados e os peões, que chegavam a trabalhar pela comida apenas.

Na economia da região, baseada preponderantemente na extração da madeira, ainda era possível encontrar populações caboclas que viviam sob um regime de produção de subsistência. Mediante a situação de poder existente na região, alguns desses caboclos tinham como único recurso de sobrevivência os ervais em terras devolutas, das quais se faziam posseiros. Entretanto, logo a frente eram espoliados pelos latifundiários com a baixo pagamento por sua mão-de-obra.

A situação agrava-se mais ainda para a população cabocla quando chegam a região as companhias colonizadoras estrangeiras que por meio de autorizações do governo do estado do Paraná, subordinado ao poder das oligarquias rurais, tinham autoridade para colonizar a área. A colonizadora passou a facilitar acesso a pequenas propriedades de habitantes vindos de fora, luso-gaúchos e depois ítalo-gaúchos.

Os caboclos que constantemente eram empurrados das terras, de forma violenta inclusive, juntam-se com os desempregados pela paralisação da construção da estrada de ferro e acampam as suas margens, buscando uma forma de sobreviver. Essa situação revolta os caboclos contra os imigrantes e, sobretudo contra a República. Os governos estaduais e o federal ao invés de solucionar o problema dos trabalhadores, enviam tropas para reprimi-los. Nestas condições o apoio encontrado pelos trabalhadores vem da fé.

Nesta época figuras conhecidas popularmente como “Monges” ou “Profetas” andavam pela região dando conselhos espirituais, fazendo trabalhos com plantas medicinais e orientando as famílias. Será um deles, o grande líder da Revolta do Contestado³⁶.

O Monge João Maria, diante da insegurança e violência vividas pelos sertanejos cotidianamente, articula os sertanejos para a resistência.

Com a crescente concentração dos sertanejos ao redor do “monge” e a pressão para que fosse solucionado, pelas autoridades, os conflitos de terra da região, desencadeou-se a repressão sobre os sertanejos, que acabou em guerra civil entre esses e as forças policiais dos dois estados. Como não conseguiam vencê-los, apelaram para a ajuda do governo federal, alegando que os rebeldes do Contestado seriam monarquistas. Diante de tão forte argumento, o Governo Federal atendeu prontamente. Foram necessárias ao todo, treze expedições para desarticular a revolta sertaneja. Somente em 1916, o conflito foi sufocado (STECA, 2002:72).

Os sertanejos são dizimados e para dar um fim definitivo ao conflito no mesmo ano as terras são repartidas igualmente entre os dois estados. Mas este não seria o fim dos conflitos por terras no estado do Paraná.

Por motivos semelhantes, ocorre na década de 1950, a Revolta dos Posseiros³⁷ no sudoeste do estado, em uma região relativamente próxima ao Contestado. Neste período chega a região a Companhia Clevelândia Industrial e Territorial, Ltda – CITLA – que se dizia proprietária das terras da região sudoeste do Paraná, a chamada Gleba Missões e sob a qual tinha documentos de propriedade. Porém, sua validade estava em processo judicial.

As terras dessa gleba eram alvos de desentendimentos de longos anos. Concedidas por Dom Pedro II, em 1889, para empresa construtora da estrada de ferro Itararé - Uruguai, inicialmente não sofre alterações com o advento da República, mas, no decorrer do século XX

³⁶ Martins define movimentos desse gênero como “messiânicos” devido ter a presença marcante de uma figura religiosa na liderança, (assim como ocorreu em Canudos), diz ainda que apesar de serem acusados de opositores da república, e defensores da monarquia portanto, eram na verdade movimentos de sertanejos “contra a justiça parcial e de classe dos coronéis” (1981:52). Segundo o autor “seu combate era dirigido contra a república dos coronéis” (1981: 57). O conteúdo messiânico se expressa na unidade cristã e na fé que une os camponeses fazendo com que entrem nessa luta de vida ou morte.

³⁷ As famílias viviam na região em condição de posseiros, porém há na cultura local o hábito de denominar os agricultores também como “colonos” por isso na historiografia podem-se encontrar como Revolta “dos posseiros” ou “dos colonos”.

as terras foram retomadas ao patrimônio da União devido às sonegações da empresa. Porém o problema legal em relação a propriedade da terra voltou a ser debatido entre a União, o estado do Paraná e com as Companhias.

Enquanto o imbróglio legal persistia, os moradores desta região, alguns já estabelecidos outros recém chegando, vão se organizando em pequenas propriedades rurais. Por outro lado a Companhia, mesmo sem decisão definitiva da justiça, se instala na região e começa a chamar os colonos pela Rádio para que compareçam junto a seus escritórios para assinar os contratos de compra e venda das terras em que viviam. A proposta era de que os colonos pagassem em parcelas de dinheiro ou em produtos.

Todavia, muitos desses posseiros já haviam pago as terras a grileiros antes de passar a morar nela; outros até pensavam na possibilidade de pagar por elas, mas havia uma desconfiança da propriedade legítima da Colonizadora. Os questionamentos em relação a CITLA eram levados aos colonos por lideranças locais, representantes de partidos como PTB e UDN.

A primeira reação dos colonos ocorre em 1951, na oportunidade, fazem uma assembléia na cidade de Francisco Beltrão, onde firmam a decisão de resistir às pressões da Companhia.

O governo do estado, principalmente seu setor ligado a Justiça e Segurança, apoiava a Companhia, que passa a intimidar os colonos, tentando forçá-los a assinar o compromisso da compra. Como a maioria dos colonos não concordava, a pressão passou a ser exercida por meio da violência física: espancamentos, saques, mortes, foram cometidos para fazê-los aceitar as condições da colonizadora. Ocorreram também expulsões de famílias posseiras de suas terras, para em seguida comercializa-las. Os jagunços, figuras até então desconhecidas na região, é que realizaram essas ações contra os colonos; trazidos de fora, eles

eram os “corretores” das áreas, passando a percorrer as propriedades em grupos para operar a ação pela qual foram contratados (GOMEZ, 1986).

Na medida em que a ação expropriadora da Companhia foi aumentando configurou-se mesmo que precariamente, a resistência dos posseiros. A via legal para solução desta pendência foi utilizada pelos colonos, diversos abaixo-assinados com milhares de assinaturas foram encaminhados ao governo sem êxito, sendo o último, encaminhado em março de 1957, à presidência da república (GOMEZ, 1986). Alguns parlamentares chamavam a atenção na capital estadual e federal para o conflito que se desenvolvia no interior do estado, mas dada a gravidade dos fatos o governo do estado não sabia como agir.

Em agosto do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal recusa recurso da CITLA e dá continuidade ao processo que anula a Escritura da CITLA sobre a Gleba Missões. Isso repercute na região, aumentando a pressão da Companhia e a resposta dos posseiros.

Enquanto isso as atrocidades continuam: os sítios dos posseiros são invadidos, galpões queimados, matança de animais, espancamento de crianças, prática de violências sexuais contra as mulheres, prisão e morte dos colonos. Essa situação só era possível porque contava com a conivência das autoridades policiais e administrativas locais e estaduais e com a omissão do governo federal³⁸.

Essa disputa que vinha acirrando os ânimos desde início da década, chega em 1957 com o conflito instalado. Os posseiros passam a fazer a resistência a sua maneira: com as armas que dispunham e número significativo de “soldados” passam a armar *tocais* contra jagunços e funcionários da companhia, tentam fechar a força os escritórios que haviam sido instalados na região, e a luta de vida e morte entre colonos e jagunços estava declarada.

³⁸ Essa conivência é mais bem entendida se atentarmos para o fato de que o governador do Estado Moysés Lupion (membro do PDS) tinha entre seus negócios, parte da propriedade da Companhia CITLA. Outro exemplo é a ida de um grupo de prefeitos da região até ao Rio de Janeiro para ter audiência com o Presidente da República Juscelino Kubitschek, solicitando intervenção na região. No memorial, lido pela comitiva ao presidente, acusam os adversários políticos e elementos criminosos de outras regiões de estarem incitando os agricultores à desordem e à revolta a mão-armada (GOMEZ, 1986).

No dia 09 de outubro ocorre o levante. Os colonos resolvem tomar as cidades e os distritos da região, setores do comércio já haviam fechado as portas em solidariedade aos colonos, a decisão da ocupação é avisada pelos próprios colonos, mas contam também com o apoio da rádio que os chama para a sede dos municípios. Dois dias depois, só em Francisco Beltrão, principal palco da revolta, já passavam de 6 mil homens guarnecendo as entradas e espalhados pela cidade. Os colonos entram na delegacia e dispensam os presos que ali estavam para dar lugar a prisão dos jagunços, nesta altura encurralados no escritório da Companhia.

Diante dessa situação o governo do estado é obrigado a agir. Envia representante da Secretaria de Segurança para negociar com os colonos. Onde encaminha-se o projeto de desapropriação das terras para os posseiros; o juiz de direito e o promotor da Comarca são removidos e um dos coordenadores do movimento passa a ser o delegado de polícia. Os escritórios são invadidos, os colonos quebram tudo, buscam principalmente destruir as promissórias e contratos que haviam assinado (GOMEZ, 1986).

A regularização das terras ainda demora a ser oficialmente efetivada. Só em 1960 é que o governo federal assina o decreto de desapropriação das terras e em 1962, o presidente Jango cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP -. O primeiro trabalho do grupo foi a medição, demarcação e divisão dos lotes, respeitando a posse e a decisão dos ocupantes. O relatório final do órgão encerrando as atividades ocorreu só em 1973.

Apesar de ao final os posseiros terem garantido a permanência e a legalização das terras, a ação colonizadora autoritária do estado resulta em anos de conflitos no campo, e especificamente, entre os colonos, 14 mortos, 02 desaparecidos e 47 vítimas de espancamentos, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, extorsões, etc (MADER, 1957).

Na mesma época que se inicia o conflito dos posseiros do sudoeste, na região norte do estado caboclos e demais agricultores posseiros vivenciam situação semelhante. As terras dessa região eram ocupadas e cultivadas desde 1952 por caboclos, a maioria das posses eram irregulares, pois não havia títulos expedidos pelo Governo do Estado, passando a estar envolvidas em disputas entre estado, empresas colonizadoras e outros possíveis donos. Além disso. Surgem empresas imobiliárias que vendiam lotes de forma desordenada e sem escritura, além do governo que praticava a distribuição de terras via tráfico de influencia (STECA, 2002:159).

A solução oferecida pelo estado aos colonos foi a doação de terrenos em outro local, com transporte e novas casas. Porém, os colonos sabendo que esta mesma proposta já havia iludido outros posseiros da região não confiam nesta alternativa. É neste momento que entra um elemento novo nos conflitos de terras do Paraná: a ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A insatisfação e descrédito dos caboclos para com o governo do estado se aliam a pretensão de organização política do Partido e resultam na organização da luta armada na região. O clima de tensão se agrava pelo temor aos comunistas, os moradores da cidade de Porecatu temiam por um ataque dos posseiros (STECA, 2002:160).

O movimento dos cerca de 300 a 400 posseiros resiste, apesar das baixas, por conhecer bem a região e se esconder na mata. Mas o reforço policial do estado acaba por render a revolta dos posseiros e propõe um entendimento da parte do governo. As terras são declaradas de utilidade pública e tem sua área desapropriada beneficiando algumas das famílias, as outras são transferidas de região. A Guerra ou Guerrilha de Porecatu, como ficou conhecida, tem uma direção política declarada do movimento de revolta, diferentemente do Contestado e da Revolta dos Posseiros, mas só vem reforçar a legitimidade da luta pela terra e

as situações de conflito e violência que a política de especulação de terras somada ao descaso do governo gerou em todo o estado.

2.2 A COLONIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ ESPECIALMENTE DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

A história dos municípios que compõem a região centro sul está ligada à história da ocupação da vasta região que formava o município de Guarapuava, localizado na porção central do Paraná. Recuperar os elementos constitutivos da ocupação desse território possibilita uma compreensão da sociedade que nele construiu e sua condição atual.

A descoberta dos Campos de Guarapuava data da segunda metade do século XVIII, por meio de uma bandeira cujo objetivo era deter o avanço espanhol na região. O povoamento foi continuado e deu-se sob três formas: pela iniciativa oficial, pela iniciativa particular/empresarial e pela ocupação espontânea de terras devolutas.

A região que hoje abriga diversos municípios, entre eles Rio Bonito do Iguaçu, era um grande sertão, habitado por comunidades indígenas. O processo de povoamento e urbanização propostos pelos novos habitantes trouxe consigo, muitas vezes, o confronto cultural com os indígenas, os quais acabaram sendo empurrados para o fundo do sertão. As comunidades que permaneceram tiveram que se organizar em reservas, conforme a política oficial do Estado brasileiro.

Entre os processos de caráter econômico que tiveram importância histórica para a região está a exploração da erva-mate, sobretudo no século XIX, predominavam empresas de capital argentino na exploração ervateira, entrando em declínio a partir da década de 1930. Ainda no século XIX, uma outra atividade econômica relevante no processo de ocupação

dessa região foi o tropeirismo. O comércio de muares entre o Rio Grande do Sul e São Paulo foi responsável pela criação de diversas estradas, os tropeiros provocavam grande tráfego e faziam suas pousadas em vários pontos das estradas, dando origem a muitos povoados. A exploração madeireira, que teve seu momento relevante como fomentadora da ocupação do solo paranaense em meados do século XX, também foi responsável pelo povoamento de uma vasta área próxima ao Rio Iguaçu (STECA, 2002).

A história do Paraná e da região também passa por movimentos migratórios nacionais e internacionais. No início do século XX, imigrantes eslavos e italianos ocuparam parte dessa região. A década de 1950 registrou um grande fluxo de imigrantes gaúchos e catarinenses em terras paranaenses – particularmente com destino às áreas do sudoeste e do oeste –, formado por famílias que vinham em busca de nova vida e terras férteis.

Na década de 1960 ainda predominava na região a atividade da pecuária suína, para ser comercializada no município de Ponta Grossa. Com a chegada dos novos moradores teve início o plantio extensivo dos produtos agrícolas até então utilizados apenas para a subsistência, isso contribuiu significativamente para a expansão da agricultura no estado (CAMARGO, 1999).

Apesar da política de povoamento promovida pelo estado brasileiro, diversas populações resistiram, mesmo que encurraladas. Registra-se, ainda nos dias atuais, uma diversidade étnica e cultural significativa na região: *indígenas*, no município de Nova Laranjeiras, sendo a maior reserva do estado; *negros*, que passam a ter reconhecimento como comunidades quilombolas após a política pública iniciada a partir de 2003; *caboclos*, autodenominados “povos de faxinais”³⁹, além das populações descendentes dos *colonos europeus*. O território guarapuavano sofreu sucessivos desmembramentos, sendo ainda

³⁹ Os faxinais possuem uma forma de organização e convivência coletiva dentro de um determinado território, nele criam livremente seus animais, plantas, etc. Não possuem propriedade individual da terra e produzem basicamente para a subsistência. Pela diversidade de localidades na região que levam em seu nome o título de “faxinais” pode se perceber que esta população hoje localizada em redutos, já teve presença massiva na região de Guarapuava.

territorialmente o maior município do Estado, chegou a ocupar área equivalente a 1/4 do território paranaense. Um dos primeiros municípios desmembrado é Laranjeiras do Sul (1946) do qual serão criados diversos outros municípios com implantação mais recente, como é o caso de Rio Bonito do Iguçu em 1992.

Entre as características naturais da região se destaca o Rio Iguçu. A construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago trouxe para a região problemas originários de situações como essa: alagamento de terras, prejuízos ambientais, além de inúmeras famílias que perdendo suas propriedades passam a necessitar de ajuda de familiares e conhecidos. Também em decorrência da Usina é construída a rodovia federal BR 158 ligando a região ao sudoeste do estado, e que hoje atravessa o território do município e do assentamento (CAMARGO, 1999:222).

No final da década de 80 líderes políticos do distrito de Rio Bonito do Iguçu iniciam as reivindicações pela emancipação do município. Em 1990 realizou-se o plebiscito referendando essa reivindicação, até que em 1992, o Governador Roberto Requião por meio da Lei nº 9.907, reconhece o município, independente de Laranjeiras do Sul (CAMARGO, 1999:222).

A população do novo município, cerca de 5 mil habitantes, era composta de trabalhadores rurais de média e baixa renda, desempregados e trabalhadores informais. A maioria das propriedades rurais de médio e pequeno porte, todavia, registra-se também a existência de fazendas em seu território.

A economia de Rio Bonito do Iguçu se sustenta na agricultura e em menor grau na pecuária. As principais atividades: milho, feijão, erva-mate, arroz, fumo, soja, leite, entre outros em menor quantidade.

2.3 A CHEGADA DOS SEM-TERRA

Com pouco mais de uma década de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST promove uma ousada ação: ocupar o maior latifúndio do estado do Paraná, uma área total de 90 mil hectares, que alcançava o território parcial de quatro municípios⁴⁰ da região centro-sul e sudoeste do estado, pertencente ao grupo Giacometti Marodin, proprietário também de uma madeireira.

Para levar a diante uma ação com estas proporções, o MST organiza a maior ocupação feita até então pelo movimento: três mil famílias ocupam a área na madrugada do dia 17 de abril de 1996. Aproximadamente 12 mil pessoas na ocupação⁴¹.

A ação é resultado de anos de planejamento do movimento e articulação com organizações parceiras como CPT, sindicatos de trabalhadores rurais, pastorais sociais, segmentos de Igrejas, entre outros.

⁴⁰ A Giacometti Marodin é uma companhia madeireira. A área de terras que explorava tinha abrangência nos municípios de Quedas do Iguaçu, sudoeste do Estado do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras, na região centro sul. Esta área era considerada o maior latifúndio do sul do Brasil com cerca de 86 mil hectares de terra. É a maior exportadora brasileira de molduras, painéis e componentes para a construção civil, respondendo por 15% das exportações do país neste setor. Depois que teve suas áreas ocupadas e dos prejuízos de imagem que sofreu em decorrência principalmente da morte de dois sem-terras por seguranças da fazenda, a empresa muda de nome e atualmente se chama Araupel. Mas a propriedade da área continua com o grupo. Após a ocupação de 1996, o latifúndio já foi alvo de outras ocupações do MST. Em 1998 as famílias não contempladas no Assentamento Ireno Alves dos Santos ocupam mais uma área da fazenda, na qual será reconhecido o “Assentamento Marcos Freire” com mais de quinhentas famílias assentadas (no ano 2000). A partir disso o movimento organiza novo grupo para ocupar áreas da fazenda no município de Quedas do Iguaçu, em 2003 promove ocupação com mais duas mil famílias. Desta ação é efetivado em 2004 o “Assentamento Celso Furtado” com mil e quinhentas famílias e o “Assentamento 10 de Maio” com sessenta e nove famílias, este último em um pedaço da fazenda que ainda restava no território de Rio Bonito do Iguaçu. De forma sucinta: são 04 assentamentos, mais de 3 mil famílias assentadas e quase 2/3 da área da antiga-fazenda sob posse dos assentados.

⁴¹ O dia 17 de abril de 1996 é um marco na história da sociedade brasileira, especialmente no que tange a luta pela terra. Neste dia, na Cidade de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, o Estado brasileiro promove um violento ataque a trabalhadores sem-terras executado pela policia militar. Desta ação resultam 19 trabalhadores mortos e muitos feridos, um episódio lamentável para a sociedade, e cruelmente ilustrativo do tratamento recebido por essa população da parte do governo, além do não reconhecimento destes para com a causa motivadora da atuação dos sem terras: a reforma agrária. Fato lamentável, e ainda sem julgamento adequado pelo poder judiciário brasileiro.

Além das dificuldades “normais” de fazer e sustentar um acampamento, sobretudo tão numeroso como é o caso aqui, um grande embate do Movimento se dará na relação com o Estado. O governo federal em 1996 estava em amplo desenvolvimento da política neoliberal comandada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e apoiada no estado do Paraná pelo governador Jaime Lerner, governos completamente afinados entre si. Aos movimentos sociais a política criminalizante e repressiva era a única alternativa. Em relação ao governo municipal, não é diferente, a chegada dos Sem-terra não é bem-vinda, diversos enfrentamentos e mobilizações se realizaram antes e depois do assentamento.

No período de acampamento as famílias precisam da solidariedade das entidades e organizações parceiras, manter uma ocupação demanda além de organização política, a satisfação das necessidades mais básicas do ser humano. O MST conta com o apoio e doações de famílias assentadas, dos parceiros já mencionados, bem como, organiza uma escala de liberação das famílias acampadas (principalmente dos homens) para realizar trabalhos fora do acampamento visando contribuir no sustento dos acampados.

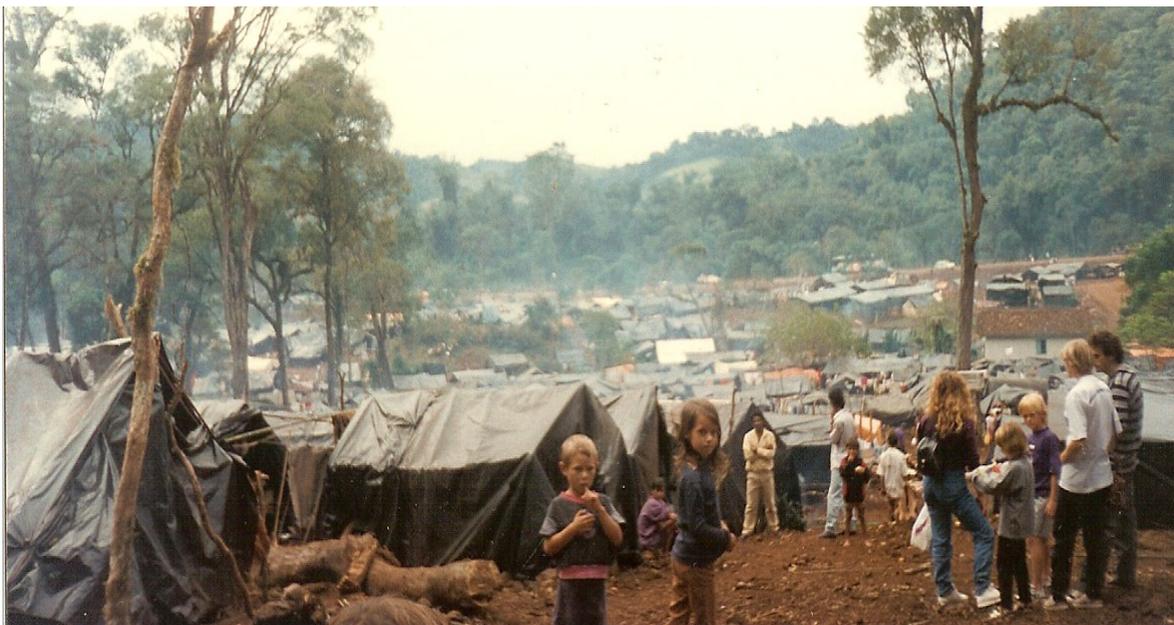
Inicialmente todas as famílias ficam acampadas na beira da BR 158 em uma área próxima ao portão e guarita da fazenda. As condições para sobrevivência neste local são precárias. Os barracos ficam praticamente encostados um ao outro, o local acidentado e o clima frio do período agravam a situação.

A foto a seguir mostra parte do acampamento e pode-se ter uma idéia aproximada das condições em que essas famílias viveram por um período de 08 meses.



A foto foi tirada da altura da BR 158, devido a característica geográfica, o local do acampamento foi denominado “Buraco”. (Fonte: Arquivo de família).

As crianças são quem mais sofrem com essa situação, inclusive com registros de caso de morte entre elas. Para amenizar a situação, as mulheres acampadas, com a colaboração de membros das pastorais sociais da igreja fazem misturas de alimentos, medicamentos alternativos, arrecadam agasalhos, confeccionam colchões, entre outros objetivando suprir a falta de saneamento básico, alimentação, atendimento médico, vestuário, etc; para enfrentar a situação em si precária, agravada pelas condições climáticas.



(Fonte: Arquivo de família).

Após 03 meses sem respostas das autoridades sobre a área, o acampamento é desmembrado para diminuir o problema da superpopulação. Essa situação melhora, mas os demais problemas, como a falta de abastecimento, persistem. Isso motiva a coordenação a discutir em assembléia a possibilidade de entrar na sede da fazenda e iniciar o cultivo de faixas da terra para sustentar todo esse pessoal. A idéia é aprovada e os Sem-terra iniciam o plantio de feijão, milho e verduras em cerca de 2.500 hectares de terra por meio de 83 núcleos de trabalho (MST, 1999).

A ocupação realizada em abril de 1996 tem grande repercussão também na imprensa, devido a sua extensão e à extensão da área ocupada. A constituição do assentamento tem andamento rápido se comparado com outros acampamentos onde os Sem-Terra chegam a permanecerem vários anos acampados sem nenhuma decisão sobre a área por parte do INCRA.

Um fato que vai estimular esse encaminhamento, mesmo em um governo nitidamente contrário ao MST, será a morte de dois integrantes do acampamento em 1997. Os mesmos, o jovem Vanderlei das Neves e o pai de família, José Alves dos Santos foram

assassinados por pistoleiros da fazenda numa emboscada enquanto trabalhavam nas lavouras do acampamento. O acontecimento tem grande repercussão nos meios de comunicação e aumenta a indignação das famílias. Para acalmar a situação o governo federal encaminha o processo de assentamento e antes de 02 anos de acampamento assenta parte das famílias, pouco mais de novecentas. As famílias “excedentes” logo ocupam outra faixa da fazenda, que mais tarde se constituirá no assentamento de mais quinhentas famílias.

A história do assentamento tem presente à luta de muitos militantes, alguns deles mortos em conflitos com a polícia e pistoleiros; a tensa relação entre os proprietários e os trabalhadores, também é sentida entre os novos moradores e os residentes no município anteriormente à ocupação; o preconceito e a falta de apoio do poder público municipal marcam os primeiros anos de organização do Ireno Alves dos Santos⁴².

2.4 A CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS

O assentamento Ireno Alves dos Santos é instituído em 1997, antes de 02 anos de ocupação da área pelos trabalhadores Sem-Terra, resulta na aquisição de 16 mil hectares de terra pelo INCRA e no assentamento de 934 famílias, conforme informações do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA/INCRA⁴³.

⁴² O líder do MST Ireno Alves dos Santos, que fez parte da coordenação da ocupação, morre poucos meses depois vítima de acidente automobilístico. Em homenagem o assentamento recebe seu nome.

⁴³ Dados básicos sobre a constituição do assentamento:

Decreto de desapropriação: 16 de janeiro de 1997, processo nº0994196/ PR

Data da Emissão da Posse: 08 de maio de 1997.

Data da criação do Assentamento: 30 de setembro de 1997 (portaria Gm nº. 43/1997).

Valor da terra nua: R\$ 7.318.348,16.

Valor das benfeitorias: R\$ 19.244,00.

Total da área em hectares: 16.852,16.

Por família (hectares): 12,47.

Área total de reserva ambiental coletiva: 3.379,31 – 20,05 (20%). Quantidade de famílias assentadas: 934.

A área adquirida pelo INCRA para a realização do assentamento fica localizada majoritariamente no município de Rio Bonito do Iguaçu, a distância mais próxima até a sede do município é de 4 quilômetros, e ponto mais distante 30 km. De sua área total 90% pertence ao município de Rio Bonito do Iguaçu e o restante faz parte do território do município de Nova Laranjeiras, sendo o primeiro tomado como base para localização do assentamento e para todo o relacionamento político, social e econômico dos assentados. Em seu sentido de maior comprimento percorre-se cerca de 20 km em linha reta para alcançar um extremo ao outro do assentamento.

a) População

População total	4 mil e 287
Homens	53,2%
Mulheres	46,8%

Fonte: INCRA, 2004

As 934 famílias compõem um total de população demonstrado no quadro acima. Destes 44,4% tem idade entre 21 a 60 anos; 33,8% têm de 07 a 20 anos; 14,6 % estão na infância e apenas 03% são idosos maiores de 60 anos.

Originárias de diferentes municípios, 65% das famílias são precedentes da região sudoeste do Paraná, as outras 35% delas vieram de outras regiões do Paraná ou dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rondônia, Mato Grosso do Sul e do Paraguai. Em sua maioria viviam na área rural destes municípios como trabalhadores rurais (diaristas, arrendatários ou dividindo pequenas propriedades com parentes) ou na periferia de cidades como Foz do Iguaçu (mas em menor número). As vindas do Paraguai são, sobretudo, brasileiras, que trabalhavam com agricultura no país vizinho e retornam movidos pela possibilidade de conquistar um “pedaço de terra”.

Há também entre a população assentada uma diversidade étnica: são descendentes italianos, alemães, poloneses, negros e índios. Está distribuída em lotes individuais que integram grupos (organização originária do acampamento), um conjunto destes compõe uma comunidade, chegando a um total de 15 comunidades no assentamento Ireno Alves dos Santos.

Os assentados têm um Contrato com o INCRA que lhe garante a posse da área, não há titulação das terras, entretanto este contrato tem validade legal para fins de investimentos, financiamentos, entre outros.

b) Organização social

Em cada comunidade existe uma Associação com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), estatuto e diretoria. Estas associações têm sua ação voltada para a captação de recursos para construção de infra-estruturas de uso coletivo, tais como: centro comunitário, área para prática esportiva, obtenção de utensílios e máquinas agrícolas, sementes, adubos, e também financiamentos e crédito agrícola. Esta ação pode se dar junto a qualquer uma das diferentes esferas de governo, em editais públicos de apoio a agricultura familiar e assentamentos fundamentalmente.

Estas associações integram a Central de Associações do Assentamento Ireno Alves dos Santos – CACIA que também tem personalidade jurídica própria e em gestão *tripartite* (INCRA, Prefeitura e Central) administra recursos públicos investidos no assentamento, assistência técnica, entre outros, juntamente com a prefeitura municipal e o INCRA.

As comunidades⁴⁴ têm ainda associação esportiva, igrejas e clube de mães. Em 30% delas há grupo de jovens e idosos, e em uma delas uma rádio comunitária (não legalizada). Duas dessas comunidades possuem uma concentração maior de casas, estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, bebidas, implementos agrícolas, veterinários, além de escolas, telefone público, e em uma delas, uma Unidade Básica de Saúde (posto de saúde). Há ainda, mais duas comunidades que possuem escolas municipais ao longo do território.

Na organização social as mulheres possuem uma forma de organização particular, que é o Clube de Mães. Estes grupos são constituídos pelas mulheres de uma mesma comunidade e são formados exclusivamente por elas. Tem objetivos como o lazer - por meio de jogos como o bingo - e a qualificação profissional feita basicamente através de cursos de artesanato e culinária. Apesar do nome, não são apenas mães que participam as jovens sem filhos também estão presentes, em menor quantidade é verdade.

Entretanto esse grupo não tem um caráter político, externamente se relacionam fundamentalmente com o Órgão Municipal de Assistência Social responsável pela aplicação dos referidos cursos de aperfeiçoamento e economia doméstica. Também não compõe a organicidade do MST, antes disso, é uma prática de reunião promovida pelas mulheres tradicional em diversas regiões do estado do Paraná, especialmente as mulheres que vivem no campo, e é reconhecida e estimulada pelos governos municipais, com os quais frequentemente desenvolvem uma relação de dependência. Apesar de o grupo fazer promoções para manter suas atividades, tem uma relação histórica de subsídios públicos, de articulação aos programas assistências do município e é *alvo preferencial* de atuação das primeiras-damas.

⁴⁴ Nomes das comunidades: Açude Seco, Alta floresta, Arapongas, Guadalupe, Irmã Dulce, Juriti, Nova Conquista, Nova Estrela, Nossa Senhora Aparecida, Nova União, Santa Rosa, Santo Antonio, São Francisco, São Vicente, Sede.

É importante destacar que, nas demais organizações do assentamento, a participação das mulheres é menos expressiva do que a dos homens, sobretudo nos cargos de direção e que envolve administração de recursos financeiros. Mesmo diante do esforço que o MST tem feito para igualar a atuação de homens e mulheres no Movimento, nas direções e na composição da militância nas brigadas⁴⁵.

Isso também se verifica na administração econômica dos lotes. A atividade que tem gerado maior renda para as famílias e de forma regular tem sido a pecuária leiteira, historicamente responsabilidade das mulheres. Entretanto a administração da renda obtida pela comercialização geralmente é incumbência do homem. Há que se registrar casos em que a mulher administra os rendimentos dessa atividade, mas ocorrem quando a família tem uma outra fonte de sustento mais significativa.

Quanto aos grupos de jovens, as principais questões que os envolvem são a falta de lazer nas comunidades e de oportunidades de trabalho para além da *lida no campo*. Como vimos a população do assentamento tem presença marcante de adolescentes e jovens, por isso essa questão é definitivamente problemática, pois a alternativa colocada até o momento tem sido a saída do campo para trabalhar em atividades pouco qualificadas nas cidades maiores da região.

Ao que parece essa preocupação tem estimulado ainda mais o MST a intensificar nos últimos anos a sua intervenção na educação nos acampamentos e assentamentos, buscando qualificação, propostas voltadas para o campo e convênios com universidades para atender os jovens acampados e assentados. Especificamente na região em que se localiza o assentamento Ireno Alves dos Santos, o MST e a Via Campesina fazem parte do grupo que

⁴⁵ É importante destacar a intervenção e militância das mulheres no acampamento, sobretudo nos setores de saúde, alimentação e educação. No entanto, na passagem daquele para o assentamento há uma responsabilização da mulher com a casa, a propriedade, etc, e do homem com a sustentação econômica do lote, fazendo com que ela fique mais restrita a casa e ao homem a administração das relações da casa com a sociedade. Daí em diante a maioria masculina tem participação esmagadora nas direções seja da Associação Comunitária, da Central de Associações do assentamento, da Associação de Pais e Mestres das escolas, das cooperativas de crédito, etc. O homem é, predominantemente, o titular dos financiamentos (por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) apesar de estar exigindo a anuência da companheira.

conquistou a instalação de um campus da Universidade Federal Fronteira Sul, já criada e em processo de elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, com previsão de início das atividades para 2010, e que deve se constituir em uma possibilidade de acesso para os jovens.

Outra observação importante em relação a organização social do assentamento é a presença e a atuação marcante das igrejas⁴⁶. Estão presentes em todas as comunidades, em diversas delas há mais do que uma, ou seja, a Igreja Católica predomina, mas as *igrejas evangélicas* vêm tendo grande adesão de fiéis. A participação de setores dessas organizações não é estranha, inclusive no momento do acampamento é uma parceira importante, o que ocorre depois do assentamento é que estas instituições se concretizam no território conquistado pela luta, e, não raras vezes, desanimam a prática política do Movimento que protagonizou todo esse processo.

c) Produção:

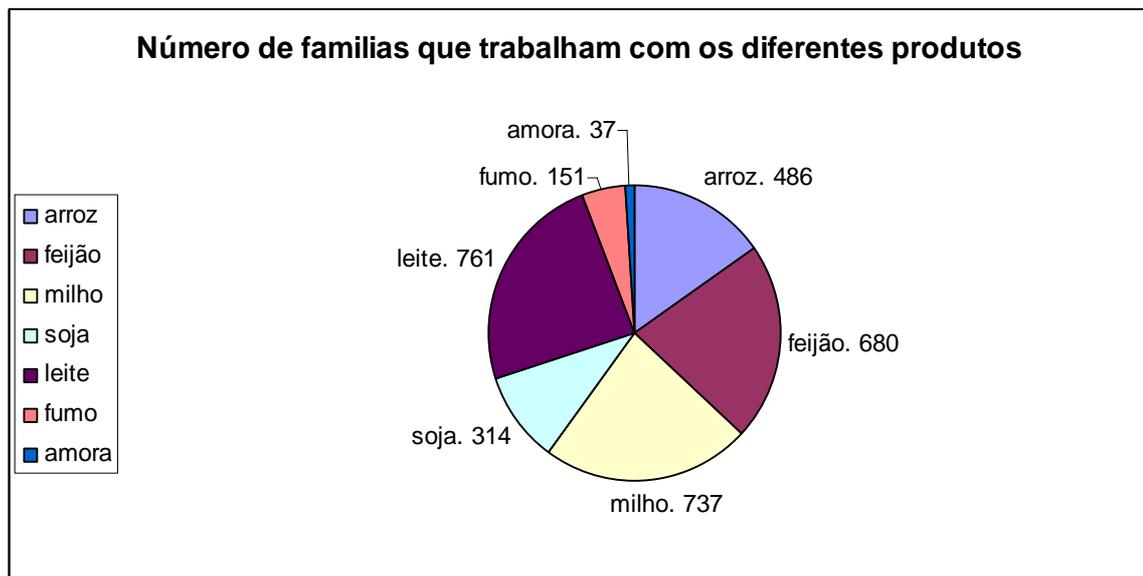
Apesar de compostas por produtos diferenciados e em escala maior ou menor, a produção de algumas atividades está presente em todas as famílias, é caso do milho, feijão, leite, além da produção para o próprio consumo. Das destinadas a comercialização, o leite é a atividade adotada por 80% das famílias; o milho é a principal atividade entre os grãos; o feijão é produzido para comercialização e consumo e o arroz basicamente para consumo. Sendo que leite, milho e feijão são produzidos por todas as famílias, se não para comercializar, para o consumo familiar.

Nas áreas onde a terra já passou pelo processo de mecanização a mais tempo se destaca o cultivo da soja, isso se justifica pelo menor preço de sua produção. Se comparada

⁴⁶ Setores das pastorais são importantes parceiros no acampamento, a pastoral da criança é um deles, sendo que continua presente no assentamento.

com os demais grãos a soja é uma atividade que não despende tantos investimentos para produzi-la e, sobretudo não necessita de contratação de mão-de-obra, pois diferentemente de outras atividades, ela pode ser feita em grandes extensões exclusivamente com o manuseio de uma máquina⁴⁷. Além disso, a produção da soja é incentivada pela propaganda, pelas agro-veterinárias, todo o aparato do mercado de grãos, enfim.

Entre os alimentos produzidos exclusivamente para consumo destacam-se o arroz, a mandioca, a batata-doce, frutas, verduras, legumes e criação de animais como aves, suínos (carnes, ovos e derivados), uma parte do leite, milho e feijão também são consumidos. No gráfico abaixo veremos o total de famílias que trabalham por atividades destinadas a comercialização.



Fonte: INCRA, 2004

A preferência pela produção do leite se dá por ser uma atividade possível durante todos os períodos do ano, viável economicamente para qualquer tamanho de unidade

⁴⁷ No caso dos assentados, a máquina geralmente é contratada para fazer o plantio e a colheita da soja, pagando uma determinada quantia para o dono da mesma. No início do assentamento houve experiências de aquisição de máquina por grupos de famílias, mas não tiveram consistência e acabaram ficando sob a posse de uma família apenas ou foram vendidas. Nos últimos anos, as Associações Comunitárias têm conquistado “patrulhas agrícolas” por meio de editais do governo federal. É uma nova oportunidade de trabalhar a administração coletiva de recursos dentro do assentamento.

produtiva e também por gerar uma renda mensal bastante relevante às famílias - diferentemente da produção de grãos que geram renda uma ou duas vezes no ano apenas e são mais suscetíveis as mudanças climáticas - possibilitando manter as despesas básicas da família e até obtenção de bens como móveis e eletrodomésticos⁴⁸.

Por outro lado, o cultivo dos grãos é muito utilizado pelo fato de ter comércio garantido, embora sem garantia de preço, além do que são atividades que tem seu manejo conhecido pelos assentados. Também são os grãos os produtos que interessam ao mercado exportador e por isso há historicamente uma política agrícola voltada para este mercado, a qual engloba os assentados. Na realidade do assentamento esta lógica é incentivada por técnicos da assistência técnica, empresas que comercializam implementos agrícolas, sem contar na falta de financiamento e possibilidades de comercialização de outros produtos como hortaliças, legumes e frutas⁴⁹. Em relação a criação de animais, é fundamentalmente para consumo.

Quando questionados sobre o uso de máquinas e insumos agrícolas na produção 100% dos entrevistados afirmaram contar com uso de máquinas para o preparo, cultivo e colheita da lavoura, ou em pelo menos alguma dessas etapas; da mesma forma se dá o uso de insumos adquiridos com os recursos recebidos para financiamento da agricultura familiar. A assistência técnica pode ser disponibilizada pela própria revendedora, mas atualmente contam com Convênio com o INCRA, que mantém aproximadamente 10 técnicos trabalhando exclusivamente no assentamento. Por meio deste mesmo projeto, as famílias assentadas receberam nos anos de 2006-2007 serviços de “hora-máquina” para fazer um trabalho de

⁴⁸ Na região sul do Brasil 96% dos produtores de leite são agricultores familiares.

⁴⁹ Durante o governo Lula foram criados programas de “compra direta da agricultura familiar” que objetiva adquirir alimentos diretamente dos agricultores, os quais são repassados para entidades sociais, escolas, entre outras, com uma diversidade de produtos possíveis de serem incluídos. Porém o alcance do programa ainda é limitado, em Rio Bonito do Iguaçú, por exemplo, no ano de 2006 o programa atendeu 20 famílias com um limite de até R\$ 2.000,00 cada. Mas, é ainda um programa com alcance demasiadamente restrito.

“limpeza de área” ou “destoca”, o qual preparou, ou melhorou os terrenos para o trabalho mecanizado.

No aspecto da comercialização os assentados participam, juntamente com os pequenos agricultores não-assentados, das cooperativas que se localizam na sede do município, principalmente na Cooperativa de Leite e na Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar (CRESOL, integrante do sistema do Banco do Brasil). Mas nem sempre foi assim. No início, o assentamento chegou a contar com a organização de uma cooperativa específica para as famílias provenientes da luta pela terra.

A COAGRI (Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda) foi uma proposta do MST para apoiar a cooperação entre assentamentos e abrangeu cerca de 50 assentamentos da região. Organizou-se em torno dos grupos de produção com estímulo a agroindústria, sobretudo relativa a produção de leite. Presente em diferentes municípios possuiu instalações próprias e objetivo de prestação de serviços e comercialização.

A cooperativa teve uma sede no assentamento Ireno Alves do Santos, mas em 1999 tomou uma medida que posteriormente inviabilizou sua manutenção: adiantou recursos de R\$ 2.000,00 cada, para mais de 500 famílias que viriam a ser assentadas no Assentamento Marcos Freire (na área do mesmo latifúndio e decorrente da mesma ocupação, mas em projetos de assentamento diferente do Ireno Alves). Ocorre que o recurso liberado pelo INCRA no ano 2000, para o novo assentamento, não pode ser usado para quitar o adiantamento, já que o mesmo fora contraído no exercício anterior. Esse impedimento legal levou diversos assentados a inadimplência com a COAGRI e contribuiu para o cancelamento de suas atividades.

Os fatos têm demonstrado muitas dificuldades de sobrevivência das cooperativas na esfera do mercado, tanto aquelas tradicionais, como as de resistência, que não contam com o apoio do poder público (Estado) como ocorre com os empreendimentos capitalistas privados. Ocorre que permanência de cooperativas no mercado não é resultado da eficiência econômica, mas, sobretudo da eficiência política (FABRINI, 2002:127).

Um dos grandes desafios para alterar a realidade do campo, e o MST tem se preocupado com isso desde sua fundação, é como produzir diferente no campo; não reproduzindo o sistema dominante da monocultura (e mais recentemente das sementes transgênicas) extremamente degradante ao meio ambiente e aos seres que nele vivem, dentro de um contexto em que cada vez mais se intensifica a presença do capital em todos os setores da sociedade, nas relações sociais e humanas, no campo e na cidade. A forma de organizar a produção nos assentamentos é uma discussão permanente.

Duas visões de cooperação surgiram nos debates do MST sobre os assentamentos. Uma visão é a de que não convém pensar no desenvolvimento econômico no quadro político atual. Nesta concepção, a cooperação seria espaço para organizar os assentados para a luta; a outra visão, é de que se sabe que não serão resolvidos todos os problemas pela luta econômica, mas que se precisa dar passos na área da produção para criar a resistência. Mas, se tem clareza que o caráter mais importante é político (FABRINI, 2002:127).

No caso do Ireno Alves inicialmente a produção foi organizada coletivamente entre grupos de assentados, essa decisão seguia a linha de pensamento do MST nos anos 90. O que ocorre é que esta experiência não teve efetividade (pelas dificuldades de organização dos núcleos de produção, da cooperativa, a própria racionalidade das famílias) e a produção sendo paulatinamente individualizada.

Nos últimos anos a orientação do Movimento tem buscado garantir que as famílias do assentamento, depois da formação que ocorre enquanto acampadas, optem pelo trabalho coletivo, para que a cooperação não se torne mais uma “imposição” do que uma necessidade sentida pelos sujeitos envolvidos. A ênfase, todavia, tem sido menos na forma da produção coletiva ou individual, apesar de fazer referencia ao trabalho coletivo, e mais em discutir com as famílias “o que produzem” e a qualidade do que é produzido nos assentamentos⁵⁰.

⁵⁰ Segundo SABOURIN (2007) depois de insucessos do modelo de Cooperativa integral de produção, sobretudo no Nordeste, o MST tem incentivado a organização cooperativa de serviços.

Neste sentido a produção agroecológica é o modelo que vem sendo desenvolvido a partir do campo, como uma alternativa de produção e que disputa ideologicamente com o agronegócio.

A coletivização da produção é sem dúvida um grande desafio para o MST - bem como a demais movimentos sociais e sindicais – já a cooperação no âmbito da comercialização é mais freqüente. Pesquisa realizada no Assentamento Ceres/RS criado no mesmo ano (1997) também demonstra esta situação. Já no momento do acampamento a direção do MST indicou como critério para a seleção das famílias a preferência pela produção coletiva e a organização em grupos coletivos, no entanto após a “entrada” na área apenas dois grupos permaneceram. Algum tempo depois um dos grupos se dissolveu e o segundo permanece (no momento da pesquisa) com três famílias entre os quais há laços de parentesco (PICCIN, 2006:265-266).

As razões para tal insucesso vão desde a própria “cultura camponesa” ou a tradição da produção individual, problemas por falta de uma política pública que apóie estas iniciativas, técnicos formados com competência para trabalhar com esse modelo organizativo, até problemas interno na condução desse processo de coletivização⁵¹.

d) Ocupação da terra:

⁵¹ Lenin, pensando sobre a revolução russa, reconhece a necessidade de adesão dos camponeses à causa revolucionária, sendo o estímulo do Estado socialista à cooperação uma medida fundamental para tanto. Porém, com um destaque: Deveria-se começar pelas formas de cooperação mais simples, principalmente na esfera das cooperativas de circulação de mercadorias e de créditos e, posteriormente, avançar para as cooperativas de produção. Segundo seu entendimento, a participação na cooperação não-produtiva não afeta as bases da economia camponesa, não exige que o camponês renuncie imediatamente ao seu apego à economia individual, cultivado durante séculos. As formas não-produtivas eram mais educativas porque teriam a tarefa de ir desenvolvendo o hábito da cooperação e contribuiriam no fortalecimento da consciência e da idéia da socialização do trabalho, da terra, e dos instrumentos de trabalho (GOMES, 2006:191). Para Lenin o socialismo é inviável sem uma “revolução cultural” das massas populares, a cooperação é um dos meios para estímulo dessa mudança de consciência.

Segundo informações do INCRA (2004) a situação dos lotes do assentamento encontra-se da seguinte forma: 26% em situação *irregular* junto ao INCRA; significam que não estão sendo ocupados pelos beneficiários iniciais; podem ter sido vendidos ou trocados, sem autorização prévia do Instituto. Esta situação irregular pode ser especificada:

Ocupação dos lotes

Lotes irregulares %	Motivo
20,8	Venda (à família de outras regiões)
4,0	Permutados
0,7	Venda (à parceiros que já tinham lotes no assentamento)
0,5	Venda (à ex-beneficiários da reforma agrária)

Fonte: INCRA, 2004.

Nos lotes *regulares* o número de famílias que não são às originárias soma 9%. Sendo assim, em 2004, constata-se que aproximadamente 35% dos lotes já não estão sendo utilizados pela família que fora a beneficiária inicial⁵².

Para o INCRA este fato não é considerado um problema fundamental. Segundo informações do Instituto, o interesse do órgão é que as terras da reforma agrária sejam ocupadas por uma família e que ali faça sua produção, independente de sua procedência é do movimento social ou não.

Também não há evidência para se temer que a mesma terra volte a ser concentrada tal qual era anteriormente a ocupação. De acordo com estudo da FAO⁵³, realizado nos anos 90

⁵² Este número já deve ter sido superado chegando a 40% das famílias, porém o INCRA que é quem regulariza as famílias demora a ser comunicado desta situação, já que, de maneira geral, a mesma é ilegal. Há casos de autorização de permuta entre beneficiários de assentamentos diferentes, mas o número é menos significativo, apenas 4% como vimos no quadro acima; a maioria absoluta dos casos o que ocorre é a venda da terra. Desta forma o INCRA que dispõe de 01 funcionário para atender os 3 assentamentos de Rio Bonito do Iguazu e municípios vizinhos, retarda o processo de legalização, o qual ainda precisa de Aprovação em Ata pela Comunidade onde o lote foi vendido e demais procedimentos burocráticos do Instituto. Por isso os números não têm atualização mais recente.

⁵³ Disponível em LEITE & PALMEIRA. Reforma Agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

com indicadores socioeconômicos dos assentamentos brasileiros, não se verificam situações de reconcentração da terra e a venda dos lotes não tem sido para latifundiário. O que pode ocorrer neste processo é uma diferenciação no número de famílias em relação ao início, em caso extremo chegar a reduzir em 50%.

As razões para que as famílias tomem esta decisão são diversas, vão desde uma questão pessoal – não se adaptação ao lugar, ao clima, aos “vizinhos” e querer vender ou trocar a terra para voltar a viver próximo de seus familiares – até questões de insuficiência produtiva e econômica para sobreviver na nova terra.

No segundo caso, não raro as famílias chegam ao ato da desapropriação das terras tão empobrecidas e sem capacidade de investir para retirar sua produção, ou familiares que apóiem esse momento inicial, que se envolvem em um processo de endividamento que só poderá ser resolvido com a venda desta terra para quitar as dívidas adquiridas. As intempéries climáticas e, sobretudo a escassez ou demora dos recursos públicos a ser recebidos pelos assentados também colaboram significativamente para consolidação de tais fatos.

Em relação posição do MST a questão envolve muito mais aspectos políticos. Do ponto de vista produtivo não há problemas pela alternância das famílias, porém politicamente ocorre a “perda” de uma família que participou de um processo importante de luta pela terra juntamente com o esforço coletivo da organização. A venda das terras também trás rebatimentos desfavoráveis a sua imagem pública, já tão achincalhada por diversos setores da política e da imprensa, que acabam sendo usados para negar a necessidade e eficiência da reforma agrária, além de desqualificar as motivações de seus militantes e das próprias ocupações.

e) Renda

No assentamento Ireno Alves dos Santos a composição da renda é obtida basicamente através da comercialização de produtos como milho, feijão, leite e soja. Atualmente os assentados contam com o financiamento do governo federal para o plantio (PRONAF) destinado ao fortalecimento da agricultura familiar. Recursos estes utilizados na aquisição dos insumos agrícolas, pagamento de horas de máquinas e demais investimentos para custeio da produção. O empréstimo tem prazo de um ano para pagamento ao Banco do Brasil, caso contrário, não há crédito no ano seguinte.

Em relação a renda, 55% das famílias entrevistadas declararam perceber renda anual entre 10 e 20 salários mínimos; outras 45 % percebem, em média, 5 a 10 salários mínimos ano. Nenhuma família declarou não possuir renda ou renda superior a 20 salários anuais⁵⁴.

O Relatório da FAO mencionada anteriormente corrobora com os números aqui apresentados. A pesquisa realizada em assentamentos das cinco regiões do país revela que a média de renda anual dos assentados da região Sul gira em torno de 20,6 salários mínimos.

Cabe destacar aqui que compõe esta renda o valor monetário adquirido pelas famílias com a comercialização da produção agrícola, exclusivamente. Não está englobando vendas eventuais de animais ou produtos deles derivados (com exceção do leite), nem mesmo está sendo feita a conversão do que produzido para o consumo próprio e que se calculado estes dois itens ao valor da renda monetária líquida poderá incrementa-la em até 50%.

Entretanto, sem agregar estes demais componentes a renda dos assentados é mais baixa, como vimos no caso do Ireno Alves, entre $\frac{1}{2}$ a pouco mais de 1,0 salário mínimo ao mês. A possibilidade de garantir parte do que consomem a casa própria e as poucas taxas de

⁵⁴ Fonte: pesquisa de campo. Entrevista em Novembro/2008.

serviços públicos (energia elétrica apenas) são fatores que diferenciam a renda dos trabalhadores rurais em relação aos trabalhadores urbanos.

Em virtude desta insuficiência de renda o assentado tem sido também beneficiário comum dos programas de transferência de renda do governo federal. Conforme informações da Prefeitura (2008), 504 famílias do assentamento são beneficiárias do Programa de Transferência de Renda do Governo Federal – Bolsa Família⁵⁵. Esse número representa aproximadamente 55% do total. Entre elas, porém, há uma variedade de valores recebidos, em virtude de o programa fazer uma diferenciação entre a renda *per capita* recebida pelas famílias (até 137,00 mensais), bem como, de acordo com o número de crianças em idade escolar. De qualquer forma, confirma a condição econômica declarada pelos assentados.

Um dos assuntos mais criticados em relação aos assentamentos é a questão da renda alcançada pelas famílias. É comum o julgamento de que as ocupações do MST promovem a constituição de “favelas rurais” ou termos do gênero. Através dessa pesquisa percebe-se sim uma insuficiência de renda dos beneficiários do projeto de assentamento Ireneo Alves dos Santos, entretanto, a crítica deve ser voltada para a condução da política agrária brasileira que privilegia, historicamente, a grande propriedade em detrimento dos trabalhadores rurais, e a ausência de uma real reforma agrária para democratizar o campo e promover uma política agrícola justa para todos os sujeitos do campo.

f) Geração de emprego:

Se o argumento em relação a baixa renda dos assentados tem sido utilizado constantemente para negar a viabilidade dos assentamentos, a geração de empregos tem feito

⁵⁵ Fonte: Departamento de Bem Estar Social/ Gestor Municipal do Programa Fome Zero. Novembro/2008.

o rebatimento de tal justificativa. No caso do Ireno Alves dos Santos, são aproximadamente 3 mil empregos diretos, já que cada família assentada gera em média três empregos no campo.

Entre os empregos indiretos, destaca-se a geração de empregos públicos, são aproximadamente 140 empregos só de trabalhadores da área de educação e saúde que atuam diretamente no assentamento.

Empregos

Área	Empregos
Trabalhadores da Educação municipal	82
Trabalhadores da Educação estadual	41
Trabalhadores da Saúde (PSF)	20
Total: 143	

Fonte: Prefeitura Mun. de RBI, e Núcleo Reg. de Educação de Laranjeiras do Sul, 2008

Neste número não estão contabilizados motoristas e outros profissionais que atuam em setores de infra-estrutura e obras, ou ainda, empregos gerados na cidade pela demanda de estabelecimentos comerciais a partir da constituição do assentamento.

g) Educação e saúde

Nestes 13 anos de história, os assentados conquistaram 08 escolas para ensino da educação infantil, fundamental e ensino médio:

Unidades educacionais

Modalidade de Ensino	Nº de escolas	Estudantes
Educação infantil e fundamental (1ª a 4ª série)	4	712

Educação fundamental (5ª a 8ª série)	2	508
Ensino Médio	2	235
Total:	8	1455

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, de RBI, números referentes a julho de 2008.

Ainda em relação a educação o movimento recuperou uma área onde alguns anos antes da ocupação havia sido a vila residencial e administrativa da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, chamada “Vila Velha” que funciona como uma extensão do Centro de Estudos e Formação Agropecuária – CEAGRO – que tem sede no município de Cantagalo na mesma microrregião a que pertence Rio Bonito do Iguaçu. Neste espaço são realizados cursos técnicos e políticos, produção de mudas, adubação, lavoura, produção de leite, etc tem sua formação técnica em agroecologia voltada principalmente para os jovens do MST, do assentamento Ireno Alves e da região.

Na área de *Saúde*, o Programa de Saúde da Família – PSF – alcança todo o território do assentamento e há uma unidade básica de saúde (posto de saúde) com agentes de saúde, médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e odontólogo que fazem atendimento diário aos doentes ou mesmo exames preventivos, vacinas, etc. Os agentes realizam o trabalho prevenção e esclarecimento com visitas domiciliares e junto aos grupos organizados como os Clubes de Mães, Idosos e Pastoral da Criança⁵⁶.

h) Atuação do MST

Em relação aos aspectos políticos destacamos a relação dos assentados com o MST e com o sindicato dos Trabalhadores Rurais. Sobre o primeiro, perguntamos como os

⁵⁶ Fonte: pesquisa de campo/Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, novembro/2008..

assentados vêem o MST, se atuam ainda, quais as ponderações sobre o movimento. Os entrevistados consideram o Movimento de “grande importância” para a conquista da terra e atualmente, na “luta por crédito agrícola” e outras demandas para a produção nos lotes, reivindicando junto ao INCRA, para além da ação “mais política”, mas reconhecem que o movimento “faz o possível”⁵⁷.

O que se percebe com a pesquisa, e também no período de intervenção profissional no assentamento, é que os assentados se reconhecem como *sem-terra*, não esqueceram da luta pela terra, mas com a constituição do assentamento não têm as mesmas condições de priorizar a luta e atividade militante junto ao movimento, passando a distribuir o seu tempo de atuação, de energia e de comprometimento com uma variedade de outros espaços organizativos que vão se constituindo, ligados à escola, a igreja, à comunidade, etc. A luta política fica restrita a um grupo menor.

Para o MST, no momento o trabalho da organização em relação ao Assentamento Ireno Alves dos Santos é de buscar “*retomar a organicidade*”⁵⁸. Para além da “desmobilização” que ocorre na passagem dos acampamentos para os assentamentos, que é uma questão observada pelo movimento, no caso específico deste, com as proporções que o compõe provocam um dilema: é uma grande conquista em números de famílias e gera um impacto significativo na luta contra o latifúndio, porém, exige do MST um número de militantes para atuar em seu território que não tem sido alcançado, provocando uma defasagem na articulação interna das famílias.

Nas palavras do dirigente, seria necessária uma verdadeira “força-tarefa” para dar conta do trabalho político no assentamento. Porém apesar dessa constatação experiências de ocupações massivas - como a que gerou o assentamento Ireno Alves - não têm sido rejeitadas pela organização. A alternativa encontrada neste caso é seguir “retomando a organização com

⁵⁷ Fonte: pesquisa de campo. Entrevista em novembro/2008.

⁵⁸ Fonte: pesquisa de campo. Entrevista realizada em abril/2009.

a militância presente” e, sobretudo “investindo no trabalho com a juventude para a formação de militantes”.

Neste sentido, o movimento a partir de 2007 reestruturou uma área coletiva do assentamento aonde vem realizando cursos técnicos em agroecologia, por exemplo. A instalação de um campus universitário na região também tem sido percebida pelo movimento como uma possibilidade de inserção e formação da juventude assentada. Anualmente também é realizada a comemoração pelo aniversário do assentamento, de forma itinerante a confraternização visita as diversas comunidades do assentamento. Conforme nos relatou o dirigente do MST, estas atividades também fazem parte do processo de “retomada da unidade” das famílias assentadas.

i) Relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Mesmo reconhecendo a importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 60% dos associados afirmam não estar “em dia” com a contribuição sindical (mensalidades) devido a descaracterização do sindicato, que hoje se dedica mais a prestação de serviços, como, por exemplo, encaminhamento de benefícios previdenciários e declarações para possibilitar acesso a financiamento público federal como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

A situação dos sindicatos é semelhante em outros municípios da região, os quais têm se dedicado nos últimos anos a administrar programas e projetos de editais do governo federal principalmente, e menos, a lutas reivindicativas por direitos como fizera até meados da década de 1990, aqui podemos citar melhorias nas regras de aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o salário-maternidade à trabalhadora do campo, entre outros. Na

realidade não é uma particularidade do sindicato em questão, mas das organizações sindicais, refletindo-se também no caso que estamos estudando.

J) Habitação

A estrutura física das casas é basicamente de alvenaria ou mistas (ver foto em anexo). Quando da efetivação do projeto de assentamento as famílias receberam um subsídio para a construção de casas, no entanto, devido ao valor insuficiente, muitas casas ficaram inacabadas. Há outros casos onde as famílias demoraram vários anos para construí-la, da forma que definia o projeto arquitetônico disponibilizado pelo INCRA. Reconhecendo a insuficiência dos valores destinados às habitações, o INCRA no ano de 2008 atualizou o valor passando para R\$ 10.000,00 para cada família assentada⁵⁹. Ainda sobre as condições de habitação verificamos que todos os lotes possuem *eletrificação*

Outra questão que observamos refere-se ao acesso a comunicação. Há uma rádio comunitária que se localiza na comunidade denominada Sede e funciona desde o acampamento. Porém não é legalizada, pois há outra rádio “comunitária” no município - pertencente ao atual prefeito Sezar Bovino, que também já exerceu mandato em duas outras gestões -. Os outros meios de comunicação mais acessados pelos assentados são: a televisão e recentemente o telefone celular adquirido pelas das famílias.

Após caracterizar internamente a constituição e desenvolvimento do assentamento e algumas de suas relações, passamos para o registro dos impactos dessa “ação de reforma agrária” no município de Rio Bonito do Iguaçu.

⁵⁹ No dia 31 de julho de 2009 o INCRA disponibilizou notícia em seu site segundo a qual os valores para materiais de construção serão reajustados para 15.000,00 em novos assentamentos.

2.5 O MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU APÓS O ASSENTAMENTO

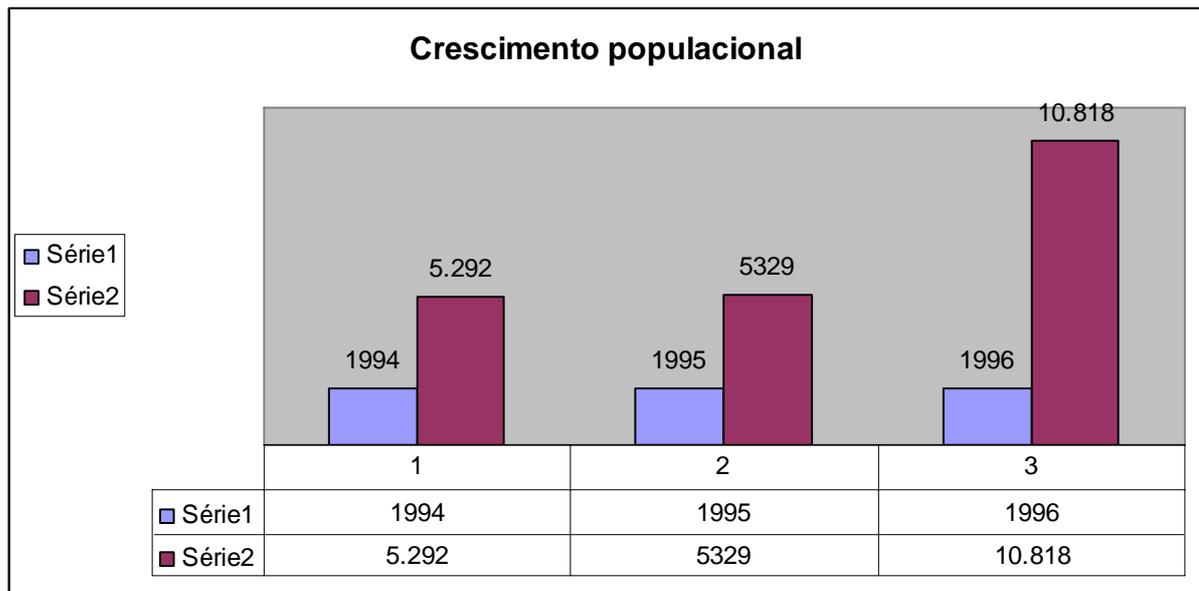
A ocupação realizada no município de Rio Bonito do Iguaçu no Paraná gera um dos maiores assentamentos de reforma agrária do Brasil e da América Latina. O município que tinha na ocasião apenas quatro anos de emancipação cresce de forma considerável a partir da implantação do assentamento: na produção da agricultura, no comércio, no acesso a serviços públicos, e obviamente em concentração demográfica.

Literalmente “de um dia para outro” a pequena cidade assiste alarmada a chegada de 3 mil famílias, cerca de 12 mil pessoas. Há que se considerar inicialmente a ausência de infra-estrutura e de serviços públicos no município para incorporar essa população. Contudo, passada a calamidade dos primeiros tempos, a ousadia dos novos moradores vai gerar aumento de investimentos federais e recursos de custeio para o município, demanda de trabalho para diversos profissionais, incremento na produção e no consumo de produtos, conforme veremos a seguir.

Todavia, os benefícios suscitados pela ocupação não são compreendidos por boa parte da população riobonitense, desta forma, ocorre uma divisão entre setores contrários e favoráveis, o mesmo ocorrendo com as agrupações políticas.

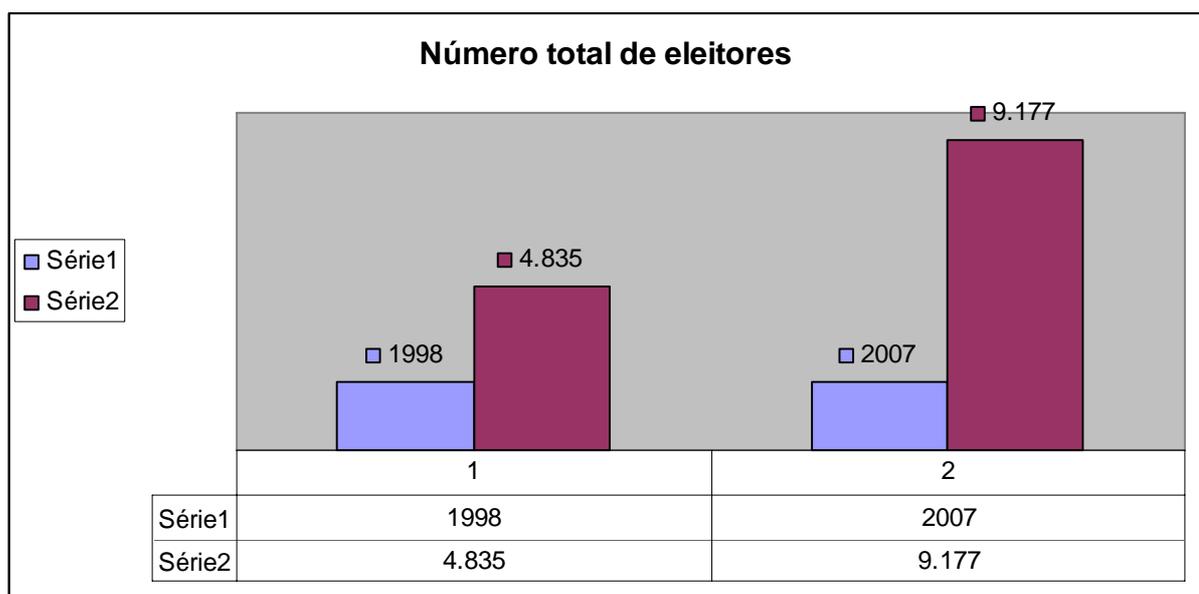
Até os dias atuais esse preconceito com os Sem-terras pode ser identificado⁶⁰. Durante o pouco mais de dois anos em que trabalhamos no município essa situação colocou-se para nós de forma nítida: há um medo em relação aos assentados, como se estivessem organicamente ligados à violência, por isso são raros os casos de integração entre as comunidades de assentados e não assentados no interior do município.

⁶⁰ É comum na região, as comunidades se visitarem aos domingos, nas comemorações e celebrações aos santos padroeiros da respectiva igreja, e rezar juntos. Porém essa integração dos demais agricultores com os assentados não ocorre. É bem verdade que o impacto inicial da chegada dos Sem-terras gera uma situação tensa e conflitiva, mas isso se dá em relação aos proprietários e ao Estado por meio de sua força repressiva. Mas os estigmas permanecem, mesmo com os benefícios sociais e econômicos para desenvolvimento do município a partir da concretização do assentamento.



Fonte: Datasus.

Situação parecida se verifica em relação ao número de eleitores do município, de 1998 para 2007 o número cresce em mais de 100%. Os dados utilizados têm como referência anos mais recentes em virtude de que há uma demora da população em transferir seu domicílio eleitoral, porém ratifica o crescimento exponencial que o assentamento gerou para o município.



Fonte: IPARDES.

Como podemos observar no gráfico abaixo, mesmo com os transtornos iniciais para atender o contingente populacional novo, os indicadores sociais apresentam crescimento considerável após a constituição do assentamento. Todas as variações do Índice de Desenvolvimento Humano se elevam, o IDHM educação e renda são os que têm evolução mais significativa.

Índice de desenvolvimento humano			
1991			
IDHM Geral	IDHM Longev.	IDHM educação	IDHM Renda
0,607	0,654	0,674	0,493
2000			
IDHM Geral	IDHM Longev.	IDHM educação	IDHM Renda
0,669	0,675	0,759	0,573

Fonte: PNUD/IPEA/FJP

A estrutura fundiária obviamente tem o maior impacto: de uma propriedade para diversos posseiros, quase mil famílias. Na tabela abaixo podemos ver que o município de Rio Bonito do Iguazu possuía em 1996 um total de 756 estabelecimentos rurais, os quais estão diferenciados de acordo com a produção predominante.

Estabelecimentos agropecuários (atividades econômicas)

Atividades Econômicas	Estabelecimentos
Horticultura	6
Lavoura permanente	10
Lavoura temporária	582
Pecuária	43
Pesca e aquíicultura	1
Produção mista	111
Silvicultura e exploração florestal	3
Total	756

Fonte: IPARDES (1996)

Com a implantação do assentamento são mais 934 estabelecimentos rurais, situação que muda substancialmente os recursos e financiamentos que circulam pelo município com aumento superior a 100 por cento⁶¹. Isso reflete-se também na arrecadação pública: antes do assentamento as receitas municipais giravam em torno de 600 mil reais ao mês, no ano de 2006 elas somam mais de 1 milhão e meio de reais, um total anual de 19.399.572,37⁶².

O comércio também tem um impulso importante. São milhares de pessoas consumindo gêneros alimentícios, produtos farmacêuticos, insumos para a agricultura e pecuária e necessitando de material para construir suas casas. Isso gera um crescimento do setor comercial bem como abertura de bancos oficiais, cartório, etc. e também um acréscimo na geração de novos postos de trabalho na cidade. Segundo informações do Ministério do Trabalho no município de Rio Bonito do Iguaçu consta 759 pessoas trabalhando com carteira assinada, destas, 443 são funcionárias da administração pública. Além deste setor, destacam-se como empregadores, o comércio atacadista e varejista e o setor de serviços.

Estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas

Atividades econômicas	Empregos
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	6
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	16
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	7
Comércio varejista	143
Comércio atacadista	48
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	7
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv. técn. profis., aux. ativ. Econômica	1

⁶¹ Créditos recebidos: (na implantação do Assentamento - por família)

Habitação: R\$ 2.288,54

Fomento: R\$ 713,06

Alimentação: R\$ 327,62

Proceca: R\$ 7.000,00

Pronaf (a): 7.500,00

Custeio: R\$ 2.500,00

⁶² IPARDES. Caderno Estatístico de Rio Bonito do Iguaçu. Curitiba, setembro de 2008.

Transporte e comunicações	5
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	49
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2
Ensino	2
Administração pública direta e indireta	443
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	30
TOTAL	759

FONTE: (MTE – RAIS) / IPARDES 2006.

Diante disso constata-se que os quase 150 empregos públicos gerados exclusivamente para trabalho no assentamento Ireno Alves dos Santos representam mais de 30% dos empregos não-agrícolas existentes no município (conforme vimos anteriormente). Este é mais um número que reflete o crescimento do município após a conquista da área pelos sem-terras.

Neste capítulo discorreremos sobre a experiência concreta de uma ação de assentamento e sua constituição atual, sob os aspectos econômicos, sociais e políticos, inclusive destacando os avanços e até mesmo os retrocessos em relação a luta política no assentamento. Também destacamos as alterações que o município de Rio Bonito do Iguaçu passou com a implantação do assentamento, apesar do impacto inicial, o município cresceu em demografia, economicamente e socialmente após esse projeto ter sido instituído.

Entretanto, queremos lembrar que mesmo com esses resultados positivos para o desenvolvimento local, a experiência de Rio Bonito do Iguaçu, assim como em diversos outros projetos de assentamento realizados no Brasil, não significa que esteja sendo feita a reforma agrária no país e tão pouco que estas experiências sejam exatamente a realização da reforma agrária defendida pelos movimentos sociais, neste caso o MST.

Apesar do assentamento ser decorrente da luta promovida pelo movimento social, a partir de sua institucionalização pelo órgão de colonização do governo federal (INCRA) ele

perde a autonomia que possuía no acampamento e as famílias, para receber a posse da terra, precisam adequar-se às condições da política do governo, ou seja, ao crédito disponível, a extensão da terra e até mesmo o projeto arquitetônico da futura habitação é determinado, da mesma forma o local onde o material deverá ser adquirido e assim por diante.

Essa consideração se faz necessária devido ao fato de que constantemente a precariedade dos assentamentos, seja em termos de infra-estrutura ou mesmo de insuficiência de renda dos assentados, é atribuída a organização do MST, a conhecida acusação de que o movimento cria “favelas rurais”, como se dependesse exclusivamente deste a melhoria de vida dos trabalhadores, quando na realidade a situação dos assentamentos depende da efetividade da política pública de reforma agrária e da relevância desta por parte do Estado.

É bem verdade que em qualquer política pública a participação, fiscalização e controle social dos cidadãos promove maior efetividade, democratização do acesso e aplicação adequada dos recursos a ela destinados, mas convenhamos, a lentidão da reforma agrária não tem sido exatamente decorrente de falta de atuação, pressão e participação do MST e dos movimentos sociais em geral.

Apesar disso, a realização do assentamento suscita resultados importantes para a a melhora das condições de vida e de trabalho das famílias, bem como, para o desenvolvimento local. Às famílias viabiliza o acesso a terra, a moradia, a educação, a saúde, ao crédito, a bens e produtos, direitos sociais e serviços públicos até então inacessíveis a esta população. Constitui-se ainda, em um espaço diferenciado de construção de uma identidade coletiva, de organizações internas, que continuam a defender seus direitos junto aos governos municipal, estadual e federal, e, além disso, passam a ser vistos enquanto sujeitos sociais e políticos.

Os assentamentos alteram a estrutura agrária local, dinamizam economicamente (financeira e comercial) e politicamente a região que circunda seu território, demandam uma

diversidade de políticas públicas e sociais que são incorporadas à administração municipal, aperfeiçoando e ampliando o alcance dos serviços sociais.

Medeiros & Leite (1999:15), através do estudo da formação de diversos assentamentos rurais no Brasil, analisam que os assentamentos produzem resultados bastante significativos: em quase todos os casos estudados (disponíveis em livro) registra-se a presença de práticas associativas relacionadas a produção e comercialização. Desde a experiência mais rígida de cooperação, particularmente significativa no Rio Grande do Sul, emergem formas organizativas articuladas em pequenos grupos, por identidade de local de origem, parentesco ou mesmo vinculação política.

Faz-se necessário ressaltar, contudo, que não tem havido até o momento um projeto público nacional de reforma para o campo brasileiro, deste modo estas experiências locais não conseguem repercutir e mudar a estrutura fundiária e agrária do país, apesar de significativas no espaço sócio-territorial em que se inserem.

Essas políticas de assentamentos, e não de reforma agrária, são parte da lógica de compensação social. [...] Uma segunda questão dentro disso, do ponto de vista político, são os assentamentos, que “ou se integram à lógica do agronegócio”, e, portanto do mercado, ou estão completamente fora. Então essa é uma condição também difícil de ser enfrentada⁶³.

Os assentamentos tem sido uma alternativa paliativa destinada a responder imediatamente aos conflitos protagonizados no campo entre sem-terras e grande proprietários, realizados de forma extremamente lenta e burocratizada, justamente ao contrário do que deveria ser com uma reforma massiva e rápida. Essa condição perdura no Brasil e tem sido a política adotada pelos governos desde os militares e que permanece até o atual, com alguma diferenciação entre eles em relação a intensidade dessa política.

⁶³ Entrevista com o dirigente nacional do MST, Gilmar Mauro. Concedida à Revista “Debate Socialista”. Disponível em: www.debatesocialista.com.br (julho de 2008).

Segundo Stédile & Fernandes (2005:160) é por isso que apesar dos movimentos terem conquistado o assentamento de mais de 300 mil famílias o processo de concentração da terra continua aumentando.

Medeiros & Leite (1999:16) têm análise semelhante: mesmo com a expansão dos projetos de assentamento a partir dos anos 80, está longe de significar um processo de reforma agrária em curso, visto que estão no interior da lógica de inibir tensões sociais, e não, transformar significativamente a estrutura agrária do país.

3 HÁ REFORMA AGRÁRIA SOB O GOVERNO DE LULA?

"Não se justifica num país, por maior que seja, ter alguém com 30 mil alqueires de terra! Dois milhões de hectares de terra! Isso não tem justificativa em lugar nenhum do mundo! Só no Brasil. Porque temos um presidente covarde, que fica na dependência de contemplar uma bancada ruralista a troco de alguns votos" (Luiz Inácio Lula da Silva, à revista Caros Amigos, Novembro/2000).

Com a hegemonia da ideologia neoliberal consolidada na década de 1990 no Brasil, a eleição em 2002 de Luis Inácio Lula da Silva significou uma resposta do povo brasileiro no sentido da afirmação de uma expectativa por mudança social e política no país. Em seu programa de governo “Um Brasil para Todos”, o então candidato e seu Partido, reconhecem a necessidade de realização de uma reforma agrária massiva e qualificada. Um dos pilares de seu programa de governo é a necessidade de “realizar as reformas necessárias” para mudar a situação do país.

O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública⁶⁴.

Tomada posse da presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva continua com a política econômica do governo FHC, conforme também já tinha afirmado na “Carta ao Povo Brasileiro”.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos

⁶⁴ Este trecho é uma transcrição do documento ‘Carta ao Povo Brasileiro’ assinado por Luis Inácio Lula da Silva em 22 de junho de 2002. A carta pretendia responder ao clima de instabilidade vivido pelo mercado financeiro diante de sua provável eleição. Lula escreve-a para garantir que fará sim mudanças, mas não na política econômica, que honrará com os contratos, com o pagamento da dívida, entre outros.

credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Em relação às prometidas reformas algumas propostas são iniciadas no primeiro ano de mandato, como é o caso da Previdência, mas o que ocorre é uma visível perda de direitos dos trabalhadores, sobretudo servidores públicos. Esta política gera uma dissidência dentro do Partido dos Trabalhadores com parlamentares expulsos do PT por votarem contra a reforma da previdência.

A reforma agrária não tem encaminhamento de imediato. Mesmo com apoio recebido pelos movimentos sociais na campanha eleitoral, o governo Lula não tem pressa na implementação de políticas dirigidas a enfrentar o problema agrário brasileiro. Ao final do primeiro ano de mandato, a equipe ainda discutia a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado posteriormente.

O segundo Plano Nacional de Reforma Agrária da história brasileira parte da constatação de que a reforma agrária é mais do que um compromisso ou programa de um determinado governo.

Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano⁶⁵.

O II PNRA tem metas ousadas, como por exemplo, o assentamento de 400 mil famílias em quatro anos e um milhão no total, incluindo aquelas assentadas com o crédito fundiário e regularização fundiária. Conforme o texto do plano, a visão de reforma agrária do governo Lula é ampliada: ela contempla as diversidades regionais, de gênero, as comunidades tradicionais, as populações ribeirinhas e atingidas por barragens. Deste modo a realização da reforma é vista como fundamental para o desenvolvimento sustentável do país.

⁶⁵ II PNRA. (Brasil, 2003:05).

Todavia, passado poucos anos do início do mandato de Lula é inexorável a constatação de que seu governo não tem compromisso em realizar a reforma agrária. Além disso, segue a orientação técnica herdada de FHC para maquiagem os números relativos a esta política.

De acordo com os números oficiais foram assentadas no primeiro mandato do governo Lula 381 mil 419 famílias⁶⁶. Este número segue a metodologia do governo anterior, e é obtido por meio da soma das famílias assentadas conforme a Relação de Beneficiários, as RBs. O que ocorre é que esta relação não congrega apenas ações de assentamento de novas famílias, mas também regularização e reordenação fundiária. Ou seja, as quase 400 mil famílias divulgadas como beneficiadas pelo governo não significam necessariamente a criação de novos projetos para assentá-las.

Segundo OLIVEIRA (2009) desagregando os dados das RB's chega-se ao número de famílias beneficiadas em novos assentamentos, e este, está muito abaixo da meta do II PNRA: entre 2003 e 2007 o governo assentou 163 mil famílias, menos de 50% do que havia se comprometido. Regularizou a situação fundiária de 113 mil famílias quando o compromisso do Plano era de 500 mil famílias. As demais referem-se a reordenação e regularização em assentamentos antigos⁶⁷ e até mesmo re-assentamento de famílias atingidas por barragens.

Ainda, quando se observa a distribuição regional dos novos assentamentos verifica-se que a região Nordeste cumpriu 43% de sua meta, Centro-Oeste 31% e as demais em torno de 20% da meta. Isso demonstra que “a política de reforma agrária do governo Lula

⁶⁶ Conforme planilha anexa. Disponível no site do INCRA.

⁶⁷ Como vimos no capítulo anterior, no caso do Assentamento Ireno Alves dos Santos, mais de 30% das famílias que vivem no assentamento não são as mesmas que foram assentadas inicialmente. Entretanto quando o INCRA regulariza a nova moradora coloca-a na Relação de Beneficiárias da reforma agrária, o que tecnicamente não é uma ilegalidade, porém não significa que houve compra ou desapropriação de novas áreas para beneficiá-las, e politicamente serve ao governo para revelar a apatia reinante neste setor.

está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agronegócio” (OLIVEIRA, 2009).

O autor ainda chama a atenção para o término do II PNRA ocorrido em 2007, sem substituição ou renovação de suas metas. Segundo ele o que resta da política do governo é a produção de “factóides” como o relativo ao “estudo sobre a atualização dos índices de produtividade” anunciado pelo governo no início de 2008 para abafar a notícia de inação do MDA no ano anterior, ou com a divulgação do aumento da compra de terras brasileiras por estrangeiros, fato que deveria ser fiscalizado pelo órgão competente do próprio Ministério, o INCRA.

No início de 2008 o Ministro do Desenvolvimento Agrário vem a público dar explicações devido ao pífio número de desapropriação no ano antecedente, apenas 107 mil hectares desapropriados, muito aquém dos 555 mil de 2006 ou dos 997 mil hectares de 2005, por exemplo. Isso demonstra a tendência decrescente das desapropriações.

Todavia, Guilherme Cassel afirma que “estes números não revelam o esforço do governo”, e que a meta é assentar com qualidade (pretexto utilizado há 06 anos). Alega que este fato se deve a defasem dos índices de produtividade baseados em dados de 1975, e garante que atualiza-los é um compromisso do governo e meta para 2008⁶⁸.

E as limitações continuam: a legislação com a atualização dos índices de produtividades das terras não foi alterada, o governo em 2005, através do MDA com o então Ministro Miguel Rosseto chegou a se manifestar neste sentido, mas não teve êxito devido a discordâncias com o Ministério da Agricultura.

No Congresso a representação dos interesses dos grandes proprietários feita por segmento significativo de parlamentares (ligados a UDR) conserva as leis tal como estão. Um

⁶⁸ Além de incumbência descrita na Constituição e na lei agrária (8.629/93), a atualização é promessa antiga de Lula. Compromisso reafirmado mais de uma vez (como no fim da Marcha pela Reforma Agrária, em 2005), e nunca cumprido (ATHAYDE, & MARTINS, 2008).

exemplo disso ocorreu em 2007. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado discutiu um projeto que dispõe sobre a competência para a fixação dos índices e indicadores de produtividade das propriedades rurais; o relator Osmar Dias solicitou adiamento para poder incluir no mesmo a emenda que permite a participação do Congresso na definição desses índices – até então definidos pelo INCRA, conforme a lei vigente – sob justificativa de “evitar que os novos índices a ser elaborados pelo órgão criassem problemas aos proprietários e empresários rurais”⁶⁹.

A alteração, por outro lado, poderia significar a realização de novos assentamentos, ou mesmo, a diminuição dos custos das áreas que estão sendo negociadas pelo INCRA. Um levantamento do Incra mostra que 445 imóveis em processo de desapropriação estavam sob óbice judicial no fim de 2007. Concentram-se nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste e somam 903 mil hectares, suficiente para assentar mais de 30 mil famílias. Segundo informações da Superintendência paranaense do órgão no ano de 2003 foram vistoriadas 117 propriedades, mas devido a defasagem do índice de produtividade apenas quatro áreas foram declaradas improdutivas⁷⁰. A alternativa então é negociar e comprar áreas, o que encarece o processo de criação de novos assentamentos e conseqüentemente diminui a possibilidade de realização dos mesmos e o acesso a terra para as milhares de famílias acampadas.

Não obstante, quando chega ao poder Judiciário este processo ainda pode ser retardado, a aplicação imediata da lei não ocorre e os proprietários têm todas as chances para provar que a terra é produtiva ou mesmo atravancar o processo apenas, ocorrem casos onde

⁶⁹ Ver documento anexo com declaração do Senador Osmar Dias. O projeto de autoria da Senadora Lucia Vânia (PSDB/GO) altera a Lei 8.629/93 (que regulamenta os dispositivos constitucionais sobre reforma agrária) e propõe que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Agricultura especifiquem os critérios para a propriedade produtiva, mas que estes passem posteriormente pelo Conselho de Política Agrícola e ainda, institui prazos para que depois de fixados os critérios os proprietários tenham de 02 a 05 anos para de adequar-se aos novos valores.

⁷⁰ Enquanto no RS a cultura do arroz irrigado tem, hoje, uma produtividade média de 5,93 toneladas/ha, o Incra utiliza o índice de 3,4; o trigo tem 1,83 e o Incra advoga 0,8; o milho de 2,97 e o Incra com 1,4; a soja com 1,66 e o Incra usa 1,4. Com tal descompasso - em aberto confronto com o artigo 11 da Lei 8.629/93 -, inúmeras propriedades rurais estão a salvo da sanção estatal e por isso os números de assentamentos minguam a cada ano nestas paragens, tensionando sobremaneira o meio rural (XAVIER, 2008).

um processo fica, até quatro anos, emperrado por recursos judiciais. Enquanto os sem-terras esperam uma decisão na beira das rodovias. Outra dificuldade também neste poder se dá para a retomada das terras públicas griladas por fazendeiros (ATHAYDE, & MARTINS, 2008).

A adesão política e econômica do governo aos interesses da classe capitalista, é evidente. Os investimentos públicos da agricultura estão voltados para fortalecer o agronegócio, setor em expansão que tem sido responsável pela produção voltada para a exportação e investido na plantação de vegetais que sejam convertíveis em combustíveis. Na realidade, um nome moderno para os negócios dos mesmos grandes proprietários.

Por outro lado, a pequena agricultura (incluída as famílias assentadas), que tem recebido porcentagem mínima dos recursos públicos para agricultura, é composta por 85% dos agricultores brasileiros (19% da população total do país, mesmo com o êxodo rural das últimas décadas) e responde por 37,9 % do PIB nacional. É responsável também por 77% dos empregos rurais e pela maioria da produção de alimentos: 67% do feijão, 84% da mandioca e cerca de 50% do milho, suínos, aves, ovos e 70% da produção leiteira (ANDRIOLI, 2003).

Segundo o IBGE o campo emprega 17,9 milhões de pessoas, 86 % destes trabalhadores rurais operam em propriedades de até 50 hectares e de cada 10 trabalhadores rurais, oito estão na produção familiar, enquanto a média propriedade absorve 10,2% e a grande apenas 2,5%. Mesmo assim a pequena agricultura recebe uma quantia extremamente minoritária dos recursos públicos investidos na área, conforme demonstram os números das safras 2006/07 e 2007/08 em bilhões de reais:

Agronegócio	Recurso safra 2006/07	Recurso safra 2007/2008
<i>Custeio e comercialização</i>		
Com juros subsidiados	30.184	41.403
Com juros de mercado	10.415	16.276
<i>Investimentos</i>		
Linhas do BNDES	2.895	3.800
Demais Bancos	2.528	3.585

Total	46.023	65.065
Agricultura Fam./assentados	Recurso safra 2006/07	Recurso safra 2007/2008
Total custeio e investimento	7.848	8.021
Outros créditos	3.288	158
Total	11.136	8.179

Jornal Valor Econômico (2008)

Como podemos ver de uma safra para outra o recurso público para o agronegócio aumenta no total geral em 20 bilhões, no entanto, o recurso da pequena agricultura cai aproximadamente 3 milhões no mesmo período; percentualmente o recurso recebido pelos trabalhadores rurais familiares e assentados que era de apenas 24% do total em 2006/07 cai para 12% em 2007/08. Esses números só vêm ressaltar a afirmação de Umbelino Oliveira (ao falar do II PNRA) segundo o qual o governo Lula conscientemente “aderiu ao agronegócio” e para, além disso, tem pensado as políticas estatais de acordo com os interesses deste setor, seja a política econômica, social, agrícola ou em particular, a não-reforma agrária.

Apesar da reforma agrária constar no Programa de governo de sua reeleição, como um projeto a ser realizado de forma ampla, massiva, com qualidade e ainda, como parte fundamental de um novo projeto de desenvolvimento nacional, a atuação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2007 está dirigida por outro programa denominado “Territórios da Cidadania”, sob responsabilidade do MDA e que tem por objetivos a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, redução das desigualdades sociais e “promoção de um desenvolvimento harmonioso e sustentável”⁷¹ a ser realizado por meio de ações interministeriais.

O programa trabalha com a definição de territórios prioritários, a meta é atender 120 territórios até 2010. Para fazer a composição destes priorizam territórios com menor IDH, mais concentração de famílias assentadas, populações indígenas, quilombolas, maior

⁷¹ As informações são do sítio do MDA, sobre o lançamento do Programa “Territórios da Cidadania” em fevereiro de 2008. www.mda.gov.br/portal.

incidência de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, municípios com baixo dinamismo econômico e com organização social⁷².

Segundo o MDA, estão previstas ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infra-estrutura dos assentamentos com a ampliação do programa Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e construção de cisternas. Ou seja, programas e projetos que já existiam são colocados sob um novo pacote o “Territórios da Cidadania” que pode ser definido como o PAC⁷³ do campo, com bem menos empenho do governo em sua realização.

O programa, aliás, está fundado na mesma lógica: aglutinar ações já existentes nos diversos ministérios e secretarias especiais, neste caso 17, e desta forma usar os recursos e projetos de sempre sob um novo programa e gerar um ato político para o governo. Sumariamente, seria isso!

Sob o governo de Lula a orientação do BIRD da reforma agrária de mercado não é priorizada, mas também, a reforma agrária não tem ocorrido em outra perspectiva... O argumento é o da qualidade dos assentamentos e usam-se os números das RBS para dar alguma resposta aos movimentos sociais. Pesquisadores da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)⁷⁴, ligados ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Reforma Agrária

⁷² No Paraná estão reconhecidos dois territórios um no Vale do Ribeira e outro na região que fazemos este estudo denominado território Cantuquiriguaçu que além de Rio bonito do Iguaçu abrange outros 19 municípios (Ver mais em anexo).

⁷³ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promovido pelo governo na área de infra-estrutura no país, em conjunto com o setor privado.

⁷⁴ O Núcleo desenvolveu um Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta) que acompanha a criação de assentamentos nos municípios. A proposta do Banco de Dados é reunir dados confiáveis e acessíveis sobre a reforma agrária, devido a dificuldade que o poder público tem em expor estas informações ou em facilitar o acesso e conhecimento para os cidadãos.

desmistificam os números relativos aos anos 2003 a 2005 demonstrando que apenas 25% das famílias assentadas pelo governo foram em áreas de desapropriação⁷⁵.

Além do II PNRA e do Programa Territórios da Cidadania, buscamos identificar junto a outros atos oficiais do governo federal a direção adotada pelo mesmo em relação a reforma agrária, entre estes, as medidas provisórias, decretos, portarias ou projetos de lei emitidos desde 2003 até 2008.

Ano	Legislação	Assunto
2003	Portaria MP nº. 272	Autorização para provimento, realização de concurso público (366 vagas); - Criação e implantação do II Plano Nacional de Reforma Agrária;
2004	Decreto nº. 5.011 Lei Nº. 10.931	- Aprova a estrutura regimental do INCRA; - Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 1o de outubro de 1969, a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.
2005	Portaria MP nº. 101	- Ampliação do número de vagas (provimento 137)
2006	RESOL Nº. 387 RESOL Nº 58	-Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências. -Estabelece diretrizes para descentralização das decisões, fixa alçadas decisórias dos órgãos colegiados e o fluxo de procedimentos relativo à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.
2007	RESOL Nº. 20	- Estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes à alienação de terras públicas em áreas acima de 500 (quinhentos) hectares, limitadas a 15 (quinze) módulos fiscais, mediante concorrência pública.
2008	MP 422	Legaliza a floresta amazônica - a respeito das terras de posseiros;
2009	MP 458	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas nas áreas da União no âmbito da Amazônia Legal.

Fonte: Pesquisa de campo. Baseada nas informações disponíveis no *sítio* do INCRA na internet.

⁷⁵ As outras 75% foram assentadas em terras públicas ou substituindo uma outra família que se retirou de um assentamento já existente (os dados estão disponíveis em: www4.fact.unesp.br/dataluta). Se essas informações do início do primeiro governo Lula, podem ser consideradas más notícias para a reforma agrária, o segundo mandato tem sido desastroso. Em 2003 chegou-se a discutir um Plano Nacional de Reforma Agrária no segundo, depois de encerrado, ele é substituído.

Como visualizamos no quadro no período governado por Lula não ocorrem medidas de impacto em relação à possibilidade de efetivação de uma política pública de reforma agrária, mesmo que no âmbito formal. A principal medida pode ser considerada a criação do II PNRA, mas como já vimos anteriormente ele não foi aplicado, tão pouco suas metas chegaram próximo do previsto.

A Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA – convocou uma coletiva de imprensa no início deste ano para apresentar uma crítica a Medida Provisória nº. 458 do governo federal, devido principalmente ao item que permite aumentar de 500 para 1500 hectares o limite das terras que não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Outra Medida Provisória, a nº. 422/2008, foi colocada no mesmo sentido: regularizar terras na Amazônia Legal em áreas de até 15 módulos rurais com dispensa de licitação⁷⁶. A mesma, tem sido criticada por ambientalistas, segundos os quais consolida os latifúndios e por consequência o desmatamento. Apesar das manifestações contrárias a lei foi aprovada, tanto na Câmara quanto no Senado.

A revisão e atualização dos índices de produtividade das terras poderia ser outra medida com repercussões importantes na questão agrária brasileira. Se logo após a eleição e posse de Lula houve uma expectativa por setores populares da sociedade brasileira em relação a atuação de seu governo nesta área, ela logo foi dissipada. Possivelmente, a ação de maior impacto não seja nenhuma medida do governo federal, mas sim a atitude pessoal do presidente de vestir o boné do MST logo no início de seu primeiro mandato... Nada, além disso.

⁷⁶ A Medida Provisória nº 422, de 25 de março de 2008, é uma nova redação da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e institui normas para as licitações e contratos da administração pública. Em 1993, a Lei permitia a regularização de posse de até um módulo fiscal sem licitação. A área do módulo varia em cada município e pode chegar a no máximo 100 hectares. Em 2004, ela foi alterada para e passou a ser de até 5 módulos. Com a assinatura e aprovação da MP, o INCRA poder permitir a posse de terras de até 15 módulos rurais na Amazônia Legal (Fonte: www.amazonia.org.br).

A postura dos movimentos sociais nesta conjuntura tem sido de reivindicação de medidas na área e crítica a política do governo. O MST, o principal deles, apesar da ligação histórica com o PT e Lula, tem se manifestado fazendo críticas duras e ao mesmo tempo sugerindo que a tomada de medidas mais efetivas do governo serão apoiadas pelo movimento.

Em 09 de agosto, o MST divulgou um documento “Posições políticas do MST nessa conjuntura” que sequer menciona a Carta aos Brasileiros, fazendo críticas severas aos rumos do governo Lula da Silva, qualificado como de “centro”. O documento explicita que dos 115 mil assentamentos previstos para o ano, apenas 20 mil foram realizados e o não cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo por ocasião da Marcha Nacional pela Reforma Agrária (maio de 05). Ao final, o documento afirma que se o governo abandonar a sua política econômica o povo estará com ele (LEHER, 2005:115).

Segundo Leher a concepção tática do MST parece estar centrada na idéia de que Lula da Silva, apesar de não avançar na reforma agrária, é um mal menor frente ao PSDB que vinha fazendo a gestão do governo federal nos anos 90. É um posicionamento distinto de outras organizações historicamente próximas do PT como o caso da CUT e da UNE: “a sua direção não é burocratizada e o movimento segue organizando as lutas por reformas” (LEHER, 2005:115).

O autor coloca ainda algumas questões ao debate: até quando será possível sustentar a figura “Lula da Silva”, mas combater as suas políticas econômica e agrária? E ainda, como acumular forças indicando que Lula da Silva não é inimigo da reforma agrária, mas é o melhor amigo do agronegócio?

Passados pouco mais de 03 anos da formulação das questões acima, poderíamos rebater com outra questão em relação à disputa entre movimentos que lutam pela reforma e o agronegócio: é possível ser “melhor amigo” de um, sem necessariamente ser inimigo do outro? A história recente do governo Lula tem mostrado que não. O reconhecimento do agronegócio como setor prioritário na condução da política nacional tem

relegado setores como a agricultura camponesa, acampados e assentados, como ficou nítido no investimento publicado em agricultura nas últimas safras já demonstrado neste trabalho.

A reforma agrária neste período é afetada pelo auge do agronegócio e a concessão política a este setor. O governo “entrou na onda” da exportação primária que não agrega valor... Aos trabalhadores sobram as políticas compensatórias como Bolsa Família, não têm ações estruturantes. Na reforma agrária, a lentidão e a burocracia. Porém, disso tudo pode resultar um saldo pedagógico: perder a ilusão de que um governo democrático vai realizar a reforma agrária. Por outro lado, tamanha adesão do governo ao agronegócio não era esperada⁷⁷.

A parte final dessa declaração vem no sentido das questões levantadas por Leher. O MST tem feito crítica a política agrária do governo Lula e há uma compreensão generalizada entre seus militantes em relação aos limites dos governos democráticos, mesmo que de efetivamente de esquerda, para a realização de reformas no atual estágio do capitalismo, de qualquer forma com a eleição de Lula há uma expectativa (sobretudo da base do movimento, boa parte ligada ao PT) de alguns avanços na área: na legislação, na melhoria do assentamentos, aumento do crédito, etc. Essa “expectativa” em nosso entendimento pode ser representada na declaração de que “tamanha adesão do governo ao agronegócio não era esperada”.

Durante o V Congresso Nacional do MST realizado em 2007 o movimento construiu um documento, a Carta do V Congresso, destinado a sociedade e ao governo reivindicando ações na área da reforma agrária e declarando as bandeiras defendidas pela organização. Entre elas destacam-se a defesa dos direitos dos trabalhadores, o combate às transnacionais do agronegócio, a limitação do tamanho de propriedade rural, o fim do trabalho escravo e da violência no campo e a desapropriação de latifúndios de empresas estrangeiras. Defender ainda a preservação da biodiversidade, da água e das florestas, e a educação como direito universal.

⁷⁷ Pesquisa de Campo. Entrevista com dirigente regional do MST. 17-04-2009.

Na abertura do Congresso o MST declara sua discordância com a política do Estado brasileiro, que mantém legalmente os privilégios da burguesia, por meio de sua representação no executivo, legislativo e judiciário.

Um governo que faz reformas e projetos que beneficiam o capital financeiro internacional em detrimento dos direitos dos trabalhadores, conquistados historicamente através da luta ao longo de muitas décadas. Um governo que prioriza as transnacionais, com incentivos à produção de monocultivos, a liberação e uso de transgênicos e agrotóxicos, e trata a Reforma Agrária como compensação social⁷⁸.

O presidente da República não visita o Congresso do MST; em 2009, na comemoração dos 25 anos do Movimento no Rio Grande do Sul, Lula não é convidado, numa demonstração de que só “não ser inimigo da reforma agrária” não basta.

Para Menegat (2008:160) a adequação do Programa do PT para tornar a candidatura de Lula viável eleitoralmente teve dois rebatimentos decisivos: gerou retrocessos programáticos, ao pensar o país no sentido de um desenvolvimentismo quando vivemos um capitalismo predatório de desemprego estrutural, e ainda se transformou numa máquina eleitoral distante das massas. Essa decisão do partido em sacrificar seu programa repercute desde a aliança eleitoral até a atuação das diferentes áreas durante os mandatos de Lula gerando ações e políticas que seriam impensáveis na década de 80, como é caso da contra-reforma da previdência social, a expansão da mercantilização da educação (superior, sobretudo), a submissão da política de meio ambiente aos interesses privados, entre outros. A inexistência de política de reforma agrária, bandeira histórica do partido e das classes populares brasileiras é, sem dúvida, um fato que ilustra esse processo.

Tudo indica que o que agoniza com o PT é a formação do trabalhador coletivo no Brasil. Este acontecimento abre espaço para uma esquerda social que saiba enxergar longe, apesar da noite densa, e seja capaz de aglutinar diferentes pólos de uma sociedade que desmorona e se mantém dispostos a lutar pela sua superação,

⁷⁸ Trecho da Fala de Abertura do 5º Congresso do MST, lido pela coordenadora nacional Marina dos Santos.

mesmo que não seja por outra razão além da que eles nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Uma esquerda social somente tem sentido histórico se souber interpretar este quadro e arriscar inovar a partir das indicações objetivas das transformações por que o capitalismo passa, em especial a sua crise estrutural, que tem reflexos deletérios sobre a vida social (MENEGAT, 2008:160-161).

Definitivamente “perdida a ilusão” o caminho é aglutinar e construir a unidade das forças de esquerda socialista presentes no país e na América Latina, pois o caminho para a transformação social ainda está aberto.

3.1 A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA SOB ÉGIDE DA PROPOSTA NEOLIBERAL

No percurso que fazemos pela discussão e luta em torno da reforma agrária no Brasil ao longo do século XX podemos identificar momentos em que ela esteve latente na sociedade como no período pré-64 onde as lutas sociais de maneira geral encontravam-se numa situação organizativa importante. Porém estas condições “favoráveis” a reforma são revertidas com o golpe militar e instalação da autocracia burguesa (como denomina NETTO, 1991) e o principal movimento que propunha uma reforma agrária (radical) as Ligas Camponesas é duramente reprimido, até se desmobilizar.

Outro momento marcante de reivindicação da reforma agrária e de possibilidade de sua efetivação ocorre por meio dos movimentos sociais durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira na década de 80. No processo de elaboração da Constituinte a demanda por reforma agrária é uma das principais bandeiras populares. Todavia, novamente a reação burguesa interrompe este processo. A Constituição de 1988 apesar de reconhecer a realização de desapropriação das terras que não cumpram sua função social, deixa a sua regulamentação para uma lei complementar, a qual só é promulgada em 1993. A mesma não altera os índices vigentes desde a década de 70 que definem se uma área

é produtiva ou improdutiva e se realiza já no período de efetivação da proposta neoliberal no Brasil.

A partir deste período os governos constituídos mesmo reconhecendo a reforma agrária como uma política pública e conservando um Ministério responsável pela área, não avançam no sentido de sua concretização, ao contrário, realizam assentamentos de famílias em áreas ocupadas pelos movimentos sociais como uma forma de responder a estes, e minimizar os conflitos no campo.

Os anos 90 marcam um período de retomada da ofensiva burguesa no Brasil, demandada pelo capitalismo internacional, mais intensamente delineada a partir de 1994 com a criação do Plano Real e a preparação política para a entrada do governo FHC. O objetivo dessa reação é retomar a hegemonia burguesa que fora “arranhada” pelo movimento de redemocratização⁷⁹.

Desta forma o país é colocado a disposição dos grupos internacionais que operam a implantação do neoliberalismo nos países periféricos, como o caso dos latino-americanos. Behring (2003) referenciada em Tavares (1999) analisa que o que ocorre no Brasil é a ilusão da globalização e a inserção subordinada do governo brasileiro neste processo, para tal realiza uma abertura comercial irresponsável que provoca queda nas exportações e elevação das importações, sobretudo no setor de bens de capital. A valorização do câmbio alardeada como méritos desta política, se deu mais pelo desemprego e terceirização do que pelo aumento da produtividade.

A política macroeconômica – neoliberal - implantada a partir de 1994 é denominada por Tavares como “*a marcha da insensatez*”. As privatizações, a permanência da dívida interna e externa, o discurso sobre a dívida pública e o déficit fiscal representam uma política econômica destruidora, que desmantelou o setor produtivo estatal, e colocou uma

⁷⁹ NETTO identifica neste momento uma herança do Pós-64 na medida em que naquele período se realizou uma “contra-revolução preventiva” para evitar as tendências socialistas no terceiro mundo (1991).

agenda negativa de reformas que tem provocado o sucateamento do setor público minimização da responsabilidade do Estado na realização dos serviços previstos na Constituição à Seguridade Social (apud BEHRING, 2003:119-21).

A desregulamentação da seguridade social e a mercantilização da política social passou a ser o mote da orientação econômica, para tanto se propagou ao longo dos anos 90 uma campanha em torno das reformas. Durante o governo FHC essa campanha se concretiza através do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE/MARE, 1995) criado pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado de responsabilidade do ministro Bresser Pereira. Sinteticamente, se tratava de um plano de reformas na área social, com destaque a previdência, direcionadas ao fortalecimento da atuação do mercado neste setor. Todavia, o termo “reforma” tem neste período uma apropriação indevida, já que historicamente foi uma construção do movimento operário socialista dentro de um processo de melhoria de condições de vida e trabalho dos trabalhadores (BEHRING & BOSCHETTI, 2007:148-49).

O que ocorre a partir de então é uma contra-reforma do Estado que implica num profundo retrocesso social em benefício de poucos. Neste contexto de contra-reforma “o Estado passa a cuidar prioritariamente das condições gerais de reprodução do capital e dos excessos cometidos, no cenário da barbárie que se instaura com o comando do mercado livre” (BEHRING, 2003:23).

O cenário e as políticas para o campo não são diferentes, ao contrário, estão no mesmo “pacote da contra-reforma”. A partir dos anos 90 o organismo internacional responsável pela “monitoria” sobre os países da América Latina é o Banco Mundial (BIRD). Por meio de empréstimos, doações e auxílios técnicos na forma de estudos, avaliações e formulação de programas “inovadores”, o BIRD desenhou uma agenda de políticas fundiárias ajustadas à política neoliberal.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO se encarregou de estimular e monitorar o desenvolvimento dessa política entre os países. Esta orientação da política neoliberal teve por finalidade consolidar a expansão do capitalismo financeiro no campo brasileiro e latino-americano e obteve apoio dos governos e garantiu seus negócios no aspecto econômico.

Estes elementos somados ao “problema agrário” histórico - a concentração de terras e expulsão de populações - no campo brasileiro compõem um bloco de problemas importantes a serem enfrentados pelas organizações sociais e políticas que se inserem no contexto de luta pela reforma agrária.

Seguindo orientações dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI – e do Banco Mundial, muitos dos países latino-americanos fizeram uma sucessão de contra-reformas na área social como previdência, saúde, educação, trabalhista, entre outras, voltadas para o favorecimento do mercado por meio de privatizações e terceirizações, controle de juros, construção de superávit fiscal, tudo para não “intimidar os investidores internacionais”.

O Brasil aplicando desde então estas orientações tem se firmado como local predileto de transnacionais que compram ações das empresas nacionais mais lucrativas, que passam a ser controladas por estes conglomerados financeiros, bem como compra de terras no país.

Outra questão colocada pelo capitalismo contemporâneo e que tem impactado fortemente sobre as condições de trabalho no campo é a produção agrícola voltada para a produção dos Bio/agrocombustíveis. O tema dos agrocombustíveis ganhou notoriedade nos últimos anos devido à crescente demanda por produtos que gerem energia renovável no mundo. A preocupação com o esgotamento da matriz energética e a busca por alternativas aos

combustíveis fósseis virou um negócio, como tudo na ordem do capital, e diante disso ganhou peso na agenda de governos.

No Brasil, o governo Lula assumiu a questão da agroenergia como uma das principais bandeiras de seu mandato. A febre mundial do etanol tem trazido ao Brasil investidores estrangeiros em número crescente, e as perspectivas de aumento do mercado interno e internacional do álcool combustível estão levando a uma expansão exponencial da área plantada de cana, assim como da construção de usinas.

3.1.1 Monocultivo, transgenia e monopólio no campo

O monocultivo não é uma característica nova do campo nos países latino-americanos. No Brasil, já se viveu ciclos de domínio de diferentes produções: cana, café, borracha, erva-mate, algodão, mais recentemente soja, eucalipto. O fator recente é a liberação da comercialização e cultivo de sementes geneticamente modificadas – apesar dos prováveis riscos a saúde humana – e comprovadamente favorecedora do monopólio das sementes e conseqüentemente dos lucros destas empresas transnacionais que têm a propriedade intelectual das inovações científicas.

Alguns dados demonstram a força do monopólio no campo: as 10 maiores companhias de sementes do mundo faturaram no ano de 2006, U\$ 13,014 bilhões. Isso corresponde a 57% do mercado mundial de sementes; só as 03 maiores arrecadaram 39% desse lucro; a maior delas a Monsanto possui 20% do mercado. Os números utilizados⁸⁰

⁸⁰ Dados pertencentes a El Grupo ETC. (Tiene estatus de consultor en el Consejo Económico y Social de Naciones Unidas (ECOSOC), en la Organización para la Agricultura y la Alimentación (FAO), en la Conferencia de Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD) y en el Convenio de Diversidad Biológica (CDB); y también tiene una larga historia con el Grupo Consultivo de Investigación Agrícola Internacional, (CGIAR). El Grupo ETC es una organización de la sociedad civil registrada en Canadá y en Los Países Bajos). (Fonte: www.etcgroup.org).

revelam apenas dados referentes ao monopólio das sementes; situação similar se dá em relação aos fertilizantes, insumos, máquinas e na comercialização dos produtos.

Envolvida nisso está a dependência econômica dos trabalhadores do campo. O agricultor já explorado na compra de insumos e equipamentos agrícolas, agora passa a ter mais este agravante à sua situação com a patente sobre as sementes. A estratégia das transnacionais está centrada na retirada da autonomia do camponês sobre a sua produção desde as sementes, seus insumos orgânicos, até a comercialização da sua agroindústria.

Uma das culturas que mais se expandiu dentro dessa lógica foi a Soja. Estimativas do setor agrícola apontam que a partir da safra 2007/2008, o Brasil ultrapassará os Estados Unidos (EUA) e assumirá definitivamente a liderança do ranking dos maiores exportadores do grão e dentro de alguns anos continuando neste ritmo, também o maior produtor.

Desde que a moderna produção da soja, associada ao agronegócio, foi introduzida no Rio Grande do Sul nos anos 80, a área plantada da cultura vem se expandindo rapidamente; no último ano ocupou 45% de toda a área plantada no país e cada vez mais se aproxima das terras da floresta Amazônica⁸¹.

O avanço do grão desenvolveu uma complexa rede de negócios que envolve transnacionais de agroquímicos, pesquisa genética, empresas agrícolas, bancos, tecnologia e máquinas para o trabalho na lavoura da soja, até indústrias de setores tão diversos como vernizes e alimentos. A última novidade é a indústria de biodiesel, que, para garantir a mistura obrigatória ao diesel de petróleo, produz o combustível a partir do óleo de soja, base de pelo menos 80% do biodiesel fabricado no Brasil.

Está situação foi bem analisada por Mandel (1985). Para ele a evolução geral da agricultura sob o capitalismo faz parte do processo de amadurecimento do desenvolvimento capitalista no conjunto da economia nacional.

⁸¹ REPÓRTER BRASIL. O Brasil dos Agrocombustíveis: os impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade. ONG - Repórter Brasil, 2008.

A escala mundial, esto culmina en un resultado final trágico. La internacionalización de la renta absoluta de la tierra significa una grieta creciente entre la productividad media del trabajo consagrado a la producción de alimentos en los países imperialistas, por un lado, y en los países semicoloniales por el otro. Tanto la penetración cada vez mayor del capitalismo en la agricultura (con el acompañamiento del fenómeno del aumento de los cultivos comerciales en detrimento de los alimentarios) como los intentos de gobiernos burgueses de “estabilizar” la agricultura de subsistencia en pequeñas parcelas, tienden a ensanchar más esa grieta (MANDEL, 1985:222).

Isto vai gerar, segundo o autor, duas consequências principais: a concentração cada vez maior de excedentes alimentares em menos países, principalmente imperialistas, e ainda, a apropriação da renda diferencial da terra por um número cada vez menor de agricultores capitalistas/agroindustriais. Para ressaltar essa situação aponta números referentes ao comércio agrícola no final dos anos 70: apenas cinco países (estados Unidos, Canadá, Austrália, França e Argentina) eram responsáveis por 90% do trigo exportado no mundo; especificamente nos EUA menos de 150 000 unidades agrícolas (de um total de 1,7 milhão) eram responsáveis por mais de 50% do valor total dos cereais vendidos (MANDEL, 1985: 222).

A soja já é considerada o “novo trigo” por repetir os números de produção, exportação e também de concentração semelhantes aos apresentados por Mandel. Este adjetivo serve de título para o Caderno Mais do Jornal Folha de São Paulo em 17 de maio de 2009: segundo a matéria a soja é a lavoura mais comercializada internacionalmente; além de ser usada na alimentação humana é também utilizada para fabricação de rações destinada a animais, tintas, biodiesel, entre outros. O grão também teve um papel muito importante na modernização da agricultura e no mercado de *commodities* na indústria.

Da mesma forma que o trigo, sua produção está concentrada em alguns poucos países: EUA, Brasil, Argentina e China. Este último, porém produz para abastecer seu próprio mercado; já os outros três, sozinhos, são responsáveis por 81% da produção mundial, conforme informou a publicação.

O chamado “complexo soja” tem criado uma situação onde ao lado da mais moderna lavoura convivem a degradação do meio ambiente e a intensificação da pobreza. Esta situação não afeta apenas os trabalhadores do campo, mas toda a sociedade. Além da perda da soberania alimentar do país na definição da qualidade e quantidade dos alimentos produzidos em seu território, há um risco evidente na saúde da alimentação disponível.

Para denunciar os impactos causados pela soja no Brasil, movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONGs) têm aprofundado as articulações entre si e a produção de análises e estudos, e mobiliza instituições preocupadas com a preservação de biomas brasileiros, como a floresta Amazônica.

3.1.2 A disputa pelos recursos naturais e a crise no abastecimento de alimentos

O tema dos recursos naturais tem estado muito em voga. Do ponto de vista político é um assunto estratégico e lucrativo no aspecto econômico. O aquecimento contínuo do planeta e seus impactos para a humanidade, tem gerado diferentes repercussões: reforça ainda mais a disputa pelo domínio dos meios naturais entre potências mundiais e grupos transnacionais, por um lado e em outro, passa a ser uma preocupação de movimentos ambientalistas, movimentos sociais e organizações políticas que defendem a preservação desses recursos, mas com respeito a soberania nacional.

No caso de ex-colônias como o Brasil, estes recursos que já foram objetivo de extração por parte dos colonizadores, agora passam a ser novamente “alvo”, agora sob a justificativa de preservação da saúde e do bem estar do planeta, quando se trata de uma estratégia para legitimar a continuidade do domínio do capitalismo central sobre a América Latina.

Dentro do “leque” de investimentos que se desenvolvem usando o discurso ambiental está a produção dos chamados “biocombustíveis”. Com o pretexto de preservação e diminuição da poluição por ser uma forma renovável de energia, o que vem ocorrendo é uma verdadeira “invasão” no campo de empresas e investidores, interessados no plantio de grandes áreas com cultivo de vegetação que possa ser transformada em combustível. Resultado: aumento das áreas de monocultivo, bons rendimentos ao agro-exportador, ameaça a diversidade da agricultura brasileira, crise no abastecimento de alimentos para o consumo humano e super-exploração dos trabalhadores no campo, sobretudo nas lavouras de cana-de-açúcar. Enquanto isso agravam-se as desigualdades no campo elevando o grau da miséria dos trabalhadores rurais e urbanos.

Os movimentos sociais têm se recusado a chamar essa estratégia do mercado agro-exportador de biocombustíveis. Isto porque o termo “bio” não é apropriado a produção de um combustível só porque este é decorrente de vegetais, se para isso é necessário utilizar da monocultura, agrotóxicos, fertilizantes, etc, além do desemprego e do êxodo rural que geram. Mesmo sendo uma energia renovável sua forma de produção é injusta do ponto de vista social, deixando clara a apropriação que o capitalismo tem feito sobre o tema da preservação ambiental.

3.2 REFORMA AGRÁRIA, PODER POPULAR E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO.

Ao longo da história do Brasil não realizou-se uma política de reforma agrária, como já constamos. O que ocorreu - e ocorre - são desapropriações e compra de terras para serem destinadas a famílias sem-terras após um processo de conflito sobre uma determinada

área. Mas não se desenvolveu uma ação massiva que visasse contemplar o conjunto de trabalhadores rurais sem-terra ou agricultores proprietários de minifúndios.

Estes atos, embora restritos, só ocorreram mediante a pressão de grupos camponeses organizados, e não, por uma política pública planejada por quaisquer dos governos em que foram concretizados.

A terra no Brasil desde sua colonização por Portugal se encontra concentrada, a república também não alterou este quadro, nem ao menos estimulou a formação da pequena propriedade, a qual chega a progredir no século 20, porém, está muito longe de significar uma ameaça à concentração fundiária no país. A sua expansão, de qualquer forma, suscitou mudanças importantes na produção de gêneros alimentícios a serem consumidos nos centros urbanos do país, diferente da grande propriedade determinada a abastecer o mercado externo.

Para além do desenvolvimento da pequena propriedade não ter sido entusiasmado, sua constituição enfrentou resistências, seja de ordem econômica e política, por parte das forças conservadoras do país, ou por meio da precarização da política destinada a pequena propriedade: regiões de solos inferiores abandonados pela grande lavoura ou por ela já dilapidados. Outras dificuldades foram a falta de recursos para o trabalho e uma população sem tradição camponesa (com exceção de grande parte dos imigrantes) sem apoio e assistência técnica. Caio Prado Junior na década de 40 via permeada por muitos obstáculos a formação da pequena propriedade no Brasil.

É assim desamparada de qualquer apoio eficaz que a nossa nova economia camponesa, em sua maior parte, tem de estruturar e viver. [...] Toda a estrutura do país, toda sua organização se constituiu no passado e ainda se orienta sobretudo no sentido de satisfazer às exigências da grande lavoura monocultural de tipo colonial, na base de que se formou e evoluiu a economia brasileira (PRADO JUNIOR, 1970: 255).

Prova disso são os números de 1950. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE (com pouco mais de uma década de criação) apresentava dados referentes

à estrutura dos estabelecimentos rurais brasileiros os quais demonstram o alto grau de concentração da terra. Do total de proprietários, 51% possuíam cerca de 3 % da terra; 97% das terras pertenciam aos outros 49% dos proprietários. Mas o número mais significativo é que apenas 1,6% dos donos detinham 51% das terras (FRANK, 2005: 68). Estes números demonstram uma concentração alarmante, mas é bem mais grave se levada em consideração a população sem-terra, que, portanto não aparece na pesquisa, aplicada aos proprietários somente.

Frank, em artigo escrito na década de 60 reuniu os dados do censo agrícola e do censo demográfico ambos do IBGE para exatamente incluir nas porcentagens acima a população que não possuía terra. Segundo ele a população da época que dependia da agricultura, mas que não tinha terra chegava a 62% dos trabalhadores do campo.

Agora não 1,6, mas apenas 0,6% que possui 51% da terra cultivável. E não é a metade, e sim 81%, pouco mais de quatro quintos da população dependente da agricultura, que possui apenas 3% da terra cultivável. [...] Dito de outro modo, no Brasil, em 1950, de uma força de trabalho agrícola de quase 10 milhões, mais de 8 milhões, com seus 16 milhões de dependentes, tinham de viver do trabalho que lhes proporcionava um milhão de latifundiários, dos quais cerca de 33 000 e seus familiares, cerca de metade do 1%, possuíam mais de 5% da terra (FRANK, 2005: 70).

Somado a isso, acrescenta-se que um mesmo proprietário possui vários estabelecimentos rurais em seu nome ou de familiares e ainda, as grandes propriedades estão geralmente localizadas nas terras mais férteis.

O Anuário Estatístico do Brasil de 1960 não demonstra mudanças na estrutura fundiária brasileira: apenas 33 mil proprietários possuíam 126 milhões de hectares de terra enquanto 10 milhões de trabalhadores não tinham nenhum pedaço de terra e outros 1,5 milhão tinham até 10 hectares cada, chegando a um total de 06 milhões de hectares de terra (VINHAS, 2005: 136).

Nas décadas seguintes o cenário do campo brasileiro não muda. A modernização proposta pelo governo militar não acabou com o latifúndio improdutivo, apesar do incentivo para o campo adotar a perspectiva empresarial de negócios. No recadastramento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 1972⁸², esta é a situação da propriedade da terra no Brasil:

Censo 1972

	Estabelecimento		Área	
	Número de imóveis	%	Hectares	%
Minifúndio	2.437.001	72	46.276.871	12,4
Latifúndio	787.370	23	288.030.851	78,0
Empresa Rural	162.802	05	35.867.465	9,6

Dados do Atlas Fundiário Brasileiro, lançado pelo INCRA em 1996 confirmam o contraste entre as maiores e menores propriedades de terras. O documento apresenta resultados obtidos nos Censos Agropecuários de 1985 e de 1995-96⁸³ pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE).

Censo de 1985

	N de estabel.	%	Área (ha)	%
Menos de 10 há	3.064.822	53	9.986.636	03
10 a menos de 100 ha	2.159.890	37	69.565.160	18
100 a menos de 500 ha	457.762	8	90.474.373	24
500 a menos de 1 000 ha	59.669	01	40.958.296	11
Mais de 1 000 ha	50.411	01	163.940.461	44

⁸² Publicado no Jornal Movimento em 08/08/1977. Disponível em: ALENCAR, 1985: 322.

⁸³ Encontrados em: MORISSAWA, 2001: 115-116.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Brasil é o segundo país com maior grau de concentração de terras do mundo. Fica atrás somente do seu vizinho Paraguai.

Censo de 1995-96

Modalidade	N de estabel.	%	Área (ha)	%
Menos de 10 ha	2.402.374	50	7.882.194	02
10 a menos de 100 ha	1.916.487	40	62.693.586	18
100 a menos de 500 ha	411.557	8	83.355.220	24
500 a menos de 1 000 ha	58.407	1	40.186.297	11
Mais de 1 000 ha	49.358	1	159.493.949	45

No quadro acima com as informações referentes a década de 90, podemos perceber que o número de pequenas propriedades (menos de 10 ha) diminuiu a porcentagem de área de seu alcance em relação a 1985 (de 3% para 2%) enquanto as grandes propriedades (mais de 1.000 hectares) que abrangiam 44% da área total passara para 45% no mesmo período; demonstrando que o Brasil aumentou a concentração de terras.

A classe dominante, contando com a importante colaboração do Estado, mantém uma estrutura fundiária atrasada e concentrada no Brasil.

Situação fundiária 2003

Hectares	Nº de estabel.	%	Área (ha)	%
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6

Fonte: Cadastro do Incra – situação em agosto de 2003

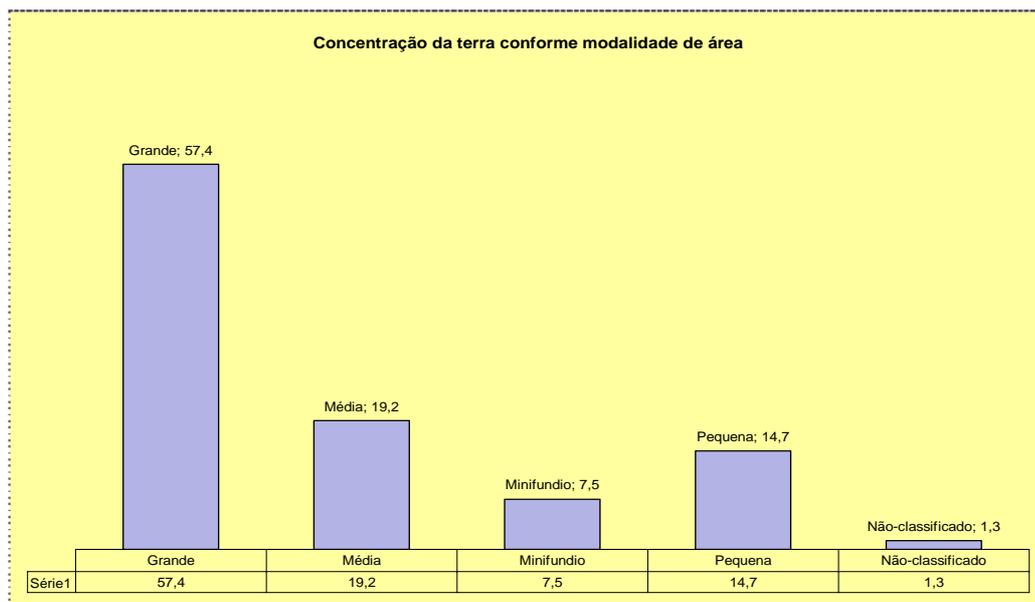
No último quadro referente à década atual, apesar da organização das propriedades segundo sua área ter sido ainda mais fracionada pelo INCRA, não é difícil observar que a soma das três últimas linhas da tabela apontam para um número de acordo com o qual 3,5 dos estabelecimentos rurais concentram 56,1 % do total de terras cadastradas pelo órgão. Exatamente o mesmo número do período de 1995, e 1% a mais do que em 1985 para propriedades superiores a 500 hectares de terra. Ou seja, a concentração de terras manteve-se e inclusive teve leve alta nos últimos vinte anos no Brasil.

Se compararmos com os números de 1950 veremos que o total de proprietários que mais concentra a terra mudou de 1,6% para 3,5, ou seja, uma alteração pouco significativa e a quantidade de terras por eles apropriadas subiu de 51% do total para 56%.

Para fechar essa argumentação no que tange a concentração da terra no Brasil, vamos utilizar estudo do DIEESE⁸⁴ divulgado recentemente contendo estatísticas do meio rural que também envolve este assunto. O referido estudo classificou as propriedades nas seguintes modalidades: grande, média, pequena, minifúndio e não classificado, e a respectiva área que cada modalidade abrange conforme as regiões e na totalidade do país.

As regiões centro-oeste e norte são as que possuem a estrutura fundiária mais desigual: a grande propriedade possui 73 e 70,3% das terras, respectivamente. Seguidas por nordeste (41,9%), sudeste (39,7%) e sul com 37,3%. A média nacional fica na seguinte situação:

⁸⁴ DIEESE & NEAD/MDA. Estatísticas do Meio Rural. São Paulo, 2008.



Esses números demonstram nitidamente a necessidade de uma democratização da terra no Brasil. A grande propriedade possui na média 57,4% das terras, e ainda revela a enorme concentração em determinadas regiões, situações que podemos classificar como absurda! Especialmente citamos o centro-oeste e norte do país.

Diante disso poderíamos re-fazer duas inocentes perguntas: Qual o mecanismo, ou política pública pode reverter tais fatos? E se respondida com “a reforma agrária”, a segunda questão: por que não se faz?

Mas, se tratando de *reforma* no Brasil, especialmente reforma agrária, o que é sensato não se aplica. A resposta mais viável em relação a esta política pública não é tão lógica quanto poderia parecer. Historicamente pudemos compreender que a resposta a essas envolve mais do que questões econômicas, sociais e culturais, etc. Está sobretudo, atravessada pelas relações políticas e de poder.

Na conjuntura atual a não realização da reforma agrária parece estar consolidada para o estado e governo brasileiro. Após a eleição do presidente Lula e da permanência da inércia na política de reforma agrária, fica nítido aos movimentos sociais a irrelevância que essa questão está tendo mesmo para este governo, dito de esquerda, e que historicamente

assumiu junto com seu partido, o compromisso de uma atitude diferenciada em relação ao tema quando da chegada ao executivo do país⁸⁵.

Para Stédile (2002:321) diante da situação de consolidação completa do capitalismo na agricultura, a luta pela reforma agrária não mais se “encaixa” como uma reivindicação na esfera do Estado burguês⁸⁶. Ela necessariamente tem um caráter socialista: isto porque, a sua realização vai afetar a burguesia como um todo e não apenas o proprietário rural latifundiária. Por isso precisará reorganizar os fins da produção agrícola a partir de então voltada para os interesses da classe trabalhadora.

Por isso, a reforma agrária interessa a toda a classe trabalhadora e deixou de ser apenas uma questão econômica para resolver o problema dos sem-terra que estão passando fome. Ela passou a adquirir um caráter revolucionário – se é que se pode dizer assim – porque ela, de um lado interessa a toda a classe trabalhadora, e por outro lado, ela atinge a toda a classe que está no poder. Então, nós imaginamos que vai ser impossível implantar o socialismo no Brasil se não fizer a reforma agrária, ao mesmo tempo que não se consegue a reforma agrária sem implantar o socialismo (STÉDILE, 2002:321).

A análise de Stédile deve-se ao fato de que o Brasil “resolveu” o seu problema de expansão do capitalismo no país, e conseqüentemente na agricultura, sem dividir a terra. Na idéia sustentada pelo autor a reforma agrária socialista tem três características fundamentais: descentralização da propriedade, organização coletiva dos meios de produção e a garantia da cidadania aos trabalhadores. Para com isso construir as bases de uma outra ordem social e política. Porém, para mobilizar essa proposta de novo caráter é preciso pensar estratégias de luta política por sua efetivação, já que a reforma burguesa parece estar superada.

Esta constatação está presente na avaliação do MST, e, alternativas para concretização desta reforma agrária sob novo “sentido”, são objeto do debate interno do

⁸⁵ Aqui nos parece que não necessita entrar nos detalhes de como se deram as alianças para a chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores ao Palácio do Planalto. Cabe apenas destacar que esse movimento que leva o PT a vitória nas urnas e a política que vem desenvolvendo no governo não são decorrentes apenas das articulações do pleito eleitoral de 2002, mas de um processo em “direção à direita” promovido pelo partido ao longo dos anos 90, isto é, de suavização na radicalidade de suas posições políticas e seus princípios ideológicos.

⁸⁶ Palestra realizada durante seminário sobre Socialismo ocorrido em São Paulo/SP no ano de 1991, com título: A Questão Agrária e o Socialismo. Publicada posteriormente. Disponível em: STÉDILE, 2002.

movimento, bem como, dele com demais setores da esquerda, partidos, organizações sindicais ou movimentos sociais.

Então, essa é a realidade: a luta pela terra hoje passa a enfrentar o grande capital. Se há algum tempo atrás ainda se tinha o latifúndio improdutivo como o principal inimigo, hoje, o principal inimigo é o grande capital financeiro. [...] Mas concomitantemente a isso, e daí a impressão de que está se desenvolvendo a agricultura, convivemos com um atraso nas relações de produção enorme, como a reinvenção do trabalho escravo na agricultura e uma precarização extremamente grande. Isso cria uma série de problemas à luta pela terra, pela reforma agrária, que entra num patamar diferente⁸⁷.

Diante disso, são inúmeros os desafios postos aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Brasil - especialmente ao MST pela importância política que tem. A tarefa do movimento social, neste sentido vai além da luta reivindicatória imediata, exige formação política e articulação com outros setores de esquerda para superar a ordem social posta.

Ou seja, fazer da luta pela terra um espaço de enfrentamento e de conquista, mas ao mesmo tempo de politização para além da conquista imediata. Porque não basta conquistar a terra, é preciso fazer com que haja o desenvolvimento de uma consciência política para entender que a luta pela terra e pela reforma agrária hoje adquire um caráter de classe muito mais forte, de luta contra o sistema capitalista⁸⁸.

Perante a situação atual do campo, é de suma importância a ampliação das questões trazidas para o debate pelos movimentos sociais. Isto porque,

Uma nova configuração da questão agrária está em curso e novas questões têm se apresentado ao debate, como é o caso dos organismos laboratorialmente modificados. Trata-se de um tema estratégico para todos os envolvidos nas lutas emancipatórias, sobretudo no campo (Porto-gonsálves, 2005:04).

⁸⁷ Entrevista com o dirigente nacional do MST, Gilmar Mauro. Concedida à Revista “Debate Socialista”. Disponível em: www.debatesocialista.com.br (julho de 2008).

⁸⁸ Idem.

Porto-Gonsálves observa dois elementos novos na questão agrária atual: a ampliação das questões trazidas para o debate pelos movimentos sociais - que vão para além de sua proposição histórica, a reforma agrária - e a articulação de diversos movimentos entre si. Segundo ele, este “bloco” é composto por organizações sem-terras, pequenos proprietários, indígenas, comunidades quilombolas, entre outros, articulados majoritariamente por intermédio da ação política da Via Campesina.

O envolvimento do MST e da Via Campesina nesse tema torna-os estratégico, e não só para si mesmos, mas para toda a humanidade. A natureza volta a adquirir centralidade no debate do devir histórico e, com isso, traz para o centro da cena uma série de sujeitos sociais que acreditávamos estarem fadados à extinção e que emergem dos campos, dos cerrados, das florestas, dos mangues e dos povos que teceram suas matrizes de racionalidade com esses ambientes. Aliás, essas populações são hoje detentoras de um acervo de conhecimento diversificado, um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e habitam os maiores acervos de biodiversidade, posto que são áreas que ficaram a salvo das monoculturas e sua pobre diversidade genética típicas da agricultura capitalista.

Neste sentido nos parece salutar destacar o protagonismo das organizações camponesas no conjunto das lutas populares no Brasil e na América Latina. Todavia, sem reconhecer a necessidade, e mais que isto, o desafio colocado aos movimentos sociais do campo de articulação com as demais organizações dos trabalhadores, as quais vivem de diferentes formas o enfrentamento ao capital. “[...] A questão agrária não só se urbaniza como se mundializa e, assim, faz sentido uma internacional camponesa, como a Via Campesina, da qual o MST é um dos principais protagonistas” (PORTO-GONSÁLVES, 2005:04).

A ampliação dos temas que envolvem a questão agrária, entre eles, a questão ecológica, alimentar e energética podem se constituir em linhas de convergência com outros movimentos sociais e organizações da classe.

De acordo com Menegat (2007) avançar no processo de realização da reforma agrária põe um desafio aos movimentos sociais, qual seja: reconstruir um consenso na sociedade para a necessidade da reforma, diante da ideologia corrente que diz não mais precisar dessa política. Para enfrentar esse desafio, a concepção de reforma agrária precisa ir além de seu sentido clássico, sustentada principalmente na democratização da terra e inserção dos camponeses pobres ao mercado consumidor.

Para tanto precisa questionar a propriedade da terra, o sentido do uso da tecnologia, a que fim tem se destinado a produção da monocultura – aquela essencialmente voltada a exportação e não para combater a fome reinante no país –, a injeção de capital internacional para os grandes produtores do campo e deste modo contemplar assuntos de interesse das classes populares do campo e da cidade: a sustentabilidade da vida humana no planeta, a segurança alimentar, entre outros (MENEGAT, 2007).

Segundo o autor, a organização social que objetive pensar um projeto que ponha em questão a ordem burguesa precisa transcender a idéia do movimento em si. No caso dos movimentos camponeses, o MST tem vislumbrado este caminho, por meio da experiência prática das “comunhas de terras” e no âmbito ideológico, na tentativa de levar a frente bandeiras unificadas com os setores progressistas presentes nas lutas sociais, objetivando desta forma atacar a raiz do capital.

Para Netto nas condições contemporâneas se tornam cada vez mais problemáticas as possibilidades de reformas no interior do regime do capital (2001:48). Por outro lado, não há garantia abstrata de que o comunismo venha a substituir a ordem posta. “Mas com tudo o que conhecemos acerca da sociedade dos homens nos garante a inviabilidade da perenização da ordem do capital. [...] Não há garantias prévias da derrota da barbárie – e, por isto mesmo, o futuro permanece aberto” (NETTO, 2001:49).

Considerando a afirmação do autor, sobre as “condições problemáticas” a realização de reformas na sociedade contemporânea, como então se pode (ou deve-se) pensar o processo de transformação da ordem do capital? Como pensar a superação da democracia burguesa e a constituição do socialismo?

A tarefa de responder estas questões não cabe apenas a um indivíduo ou a uma pesquisa, mas certamente ao conjunto dos sujeitos sociais que com elas se preocupam, e envolvem temas como o papel do Estado, da organização política, e as formas de desencadear esse processo de transformação social, mundialmente. É bem verdade que há algum tempo, baseando-se em elaborações teóricas e construções históricas, elas pareciam menos complexas; o comunismo tido praticamente como um momento inevitável da história humana, e a estratégia para sua realização estabelecida. As reformas tinham extrema relevância nessa direção.

Conforme sustentou Moynot (1979:129) “as reformas fazem parte de uma etapa fundamental de modificação da correlação de forças no âmbito nacional, promovem uma democracia de massas e dissolvem a democracia tradicional”; sendo assim, a reforma possibilitaria o processo revolucionário de transformação global da sociedade. (1979:129).

Entretanto, como se conforma essa situação no tempo presente? Durante seu V Congresso Nacional realizado em 2007, em Brasília, o MST discutiu propostas para a realização da reforma agrária. Com o tema “Por justiça social e soberania popular” o Movimento sistematizou um texto básico com o Programa de Reforma Agrária Popular e também publicou uma Carta do V Congresso. Segundo o texto a reforma agrária faz parte de um processo de construção de uma nova sociedade: “igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (MST, 2007:03).

Para o MST a reforma agrária tem por objetivos: eliminar a pobreza do campo; combater a desigualdade social e todas as formas de exploração dos camponeses e também

desconcentrar a terra e produção do campo que são as raízes da degradação da natureza; preservar a biodiversidade, garantir trabalho e educação para as pessoas que vivem no campo; soberania alimentar de toda a população, a participação igualitária das mulheres em todas as atividades do campo; enfim, garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo em especial da juventude.

A reforma agrária popular precisa contemplar mudanças nas relações com a terra (forma de uso e posse), a água, produção, a tecnologia, política agrícola pública, educação, a industrialização (agroindústrias), a infra-estrutura social e ainda modificar a intervenção do estado nesta questão.

A reflexão do último congresso nacional se pautou na discussão dos desafios colocados para a compreensão do momento histórico e político da sociedade contemporânea, e, diante disso, elaboração de propostas em relação a natureza da reforma agrária, considerando que a conquista da terra não é ponto mais importante desta, mas a reconstrução da sua dignidade (BARBIERI, 2007). Neste sentido o MST reconhece duas condições essenciais: a inviabilidade de realização da reforma agrária sob o atual estágio do domínio burguês no Brasil e se coloca no centro do debate sobre os projetos políticos colocados à sociedade brasileira.

O debate nas bases aponta para a existência de dois projetos que estão em disputa no campo: o projeto do agronegócio, com a interferência das transnacionais que traz uma perda de soberania enquanto nação e, por outro lado, da necessidade da realização da Reforma Agrária como forma de se fazer justiça social neste país⁸⁹.

Este posicionamento reflete a postura assumida nos últimos anos pelo MST de protagonismo na aglutinação de diversos setores da esquerda brasileira, dos trabalhadores do campo e da cidade, mais ou menos organizados, para enfrentar o capitalismo agora sob sua

⁸⁹ Declaração da coordenadora nacional do MST, Marina dos Santos (FILHO, 2007).

roupagem neoliberal. A reforma agrária neste sentido não será exclusivamente objetivada pela democratização da propriedade da terra, mas irá contribuir com o processo de democratização da sociedade. Por meio da alteração de relações econômicas, sociais, políticas autoritárias até então estabelecidas.

Carlos Nelson Coutinho, responsável por contribuições fundamentais ao pensamento social brasileiro na contemporaneidade, demonstra uma preocupação fundamental em relação a luta social brasileira: o desafio de dialogar, articular e conseguir a adesão dos milhares de trabalhadores “excluídos” e que se encontram sem vínculo organizativo e sem condições para tal. Quando pensou sobre este desafio⁹⁰, estava referindo-se ao sindicalismo e neste sentido atribuiu a tarefa de buscar esta interlocução à CUT:

De que maneira, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores pode colocar na sua pauta de reivindicações não só os interesses dos trabalhadores empregados, mas também os dos desempregados, dos trabalhadores marginalizados? De que maneira “politizar” - no bom sentido da palavra – o sindicalismo e fazer com que ele seja não um sindicalismo de “resultados”, que responda apenas aos interesses imediatos das corporações sindicais organizadas, mas um sindicalismo também voltado para os setores que ainda não têm voz porque não tem organização própria para se expressarem? (COUTINHO, 2008:150).

Preocupação semelhante à de Coutinho é expressa nas perguntas de Menegat (2008). Como, e o que pode unir essas massas? Segundo o autor este “é um desafio teórico e uma equação prática da maior importância para o futuro do país. Enquanto não se forma este sujeito político de novo tipo, essas massas vão vivendo a experiência de uma sociedade que desmorona sobre seus ombros” (MENEGAT, 2008:162). Para pensar sobre problemas como este propõe um conceito de formação de massas na sociedade contemporânea.

Este é o objetivo com o uso deste conceito de formação de massas em tempo de barbárie: o de pretender indicar as bases sociais para a constituição de um possível

⁹⁰ A idéia expressa pelo autor faz parte de entrevista concedida a Pedro Cláudio Cunha Bocayuva e Sandra Mayrink Veiga. Publicada em P. C. C Bocayuva e S. M. Veiga (orgs). *Afinal, que país é este?*. Rio de Janeiro, DP&A, 1999, p. 59-86. Com trechos disponíveis em: COUTINHO, C, N. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 2008. 2ª edição revista e atualizada.

sujeito de um processo revolucionário no momento em que o capitalismo começa a desmoronar e a se tornar uma ameaça iminente para a existência da humanidade e do planeta, e em que uma parcela cada vez mais significativa da população seguirá existindo na condição de exército industrial de reserva (isto é, excedente, sobra), portanto, à margem do mundo do trabalho; e os coveiros naturais da sociedade burguesa encontram-se integrados e impotentes (MENEGAT, 2008:163).

Essa tarefa vem sendo seguidamente desempenhada pelo MST. Mesmo sem assumi-la definitivamente ou, sem se autodefinir como a organização “congregadora”, isso tem se demonstrado nas ações praticadas pelo movimento nos últimos tempos⁹¹: “A reforma agrária passa a ser uma luta do conjunto da classe trabalhadora, assim como a luta pelos direitos dos trabalhadores. O MST se inclui na luta pelos direitos trabalhistas, contra a reforma da Previdência e contra a proibição de greve” (NADER, 2007). A isto podemos acrescentar lutas contra a corrupção, pela reestatização de empresas que foram estatais, entre outras.

Mauro (2007) reconhece que as mudanças por que passa o mundo do trabalho no século XX desafia-nos a identificarmos novos sujeitos sociais na luta anticapitalista e destaca que a América Latina tem sido expressão disso: os indígenas e camponeses, por exemplo, tem sido protagonistas de lutas importantes. Para tanto, o fundamental é a disposição em fazer as lutas, já que o processo revolucionário não conta com um sujeito pré-determinado. Isso não significa negar a importância social e histórica do operariado e das construções teóricas existentes.

Assim sendo, se quisermos fazer a revolução brasileira, precisamos interpretar a realidade brasileira, identificando as contradições postas pelo sistema do capital, na ordem objetiva da produção e subjetiva das relações, bem como a real composição das classes sociais. A partir da interpretação do concreto real é que definiremos as

⁹¹ Menegat (2006) destaca o MST no processo de construção de uma nova formação de massa no Brasil. José de Souza Martins, professor e importante estudioso da questão agrária brasileira, já afirmou em entrevista ao *Jornal Sem Terra* que o MST é o maior partido camponês da América Latina. Para João Pedro Stédile, dirigente nacional do movimento, entende a afirmação do professor pela forma com que o MST se organiza, mas mesmo assim considera exagerada. “Queremos ser organização com características populares, sindicais e políticas de outro tipo. Não somos uma organização partidária, nem queremos ser, nem devemos ser. [...] Não estamos inventando o fogo. Desde as primeiras lutas, sempre houve essa vocação de querer saber onde os outros erraram, onde acertaram. Com o objetivo de aprender” (STÉDILE & FERNANDES, 2005:38).

estratégias, as táticas, os instrumentos políticos e organizativos adequados (MAURO, 2007:110).

Retomando o pensamento de Coutinho, o caminho para a construção da soberania popular no Brasil passa pela construção e apropriação dos socialistas da democracia, já que atualmente nenhuma força política postula seu fim, porém é preciso discutir qual democracia interessa aos trabalhadores? E, rever o conceito de setores da esquerda que entendem a democracia como uma etapa anterior ao socialismo: “uma verdadeira democracia é um processo que implica não só modificações políticas, mas também modificações econômicas e sociais” (COUTINHO, 2008). Ou seja, precisa incorporar determinadas conquistas liberais, os direitos civis, mas, fortalecer o direito à participação.

Para tanto devemos imaginar formas institucionais que combinem a democracia representativa tradicional com a democracia participativa, de base, mas que incorpore também os chamados direitos sociais, que são direitos indiscutíveis da cidadania moderna: o direito à previdência, à educação, à saúde e, no limite, o direito social à propriedade, o que implica a socialização dos meios de produção (COUTINHO, 2006:152).

É também sobre essa idéia de construção da democratização que se assentam os estudos feitos por Hilary Wainwright, publicados em 2005, baseados na pesquisa que desenvolveu junto a diferentes governos os quais exercitaram experiências do que denominou de autogoverno democrático: estão inclusos três exemplos ingleses e um brasileiro, o Orçamento Participativo realizado em Porto Alegre/RS pelas gestões comandadas pelo Partido dos Trabalhadores (2005:165).

A autora sustenta que independente dos diferentes níveis de “sucesso” das experiências analisadas, algumas considerações podem ser feitas no que tange a democracia participativa, uma delas refere-se ao equívoco de que a participação popular é simplesmente uma ação de massa, espontânea e não-estruturada. A constatação é ao contrário: “a eficácia da democracia participativa tanto do ponto de vista da eficácia social (redistribuição, melhoria

dos serviços, etc.) como do poder democrático depende de processos muito estruturados, mas ao mesmo tempo lúcidos e transparentes” (WAINWRIGHT, 2005:166). Com isso, cabe o questionamento sobre como ficam as instituições neste processo.

Para Wainwright qualquer luta por democracia tem vinculação com a questão do Estado, de instituições ligadas a ele, ou ainda, pelo controle de bens e serviços públicos. Isso se faz notar desde as lutas realizadas em todo o mundo contra as privatizações ou então combinações de partido, sindicatos ativos e movimentos que pressionam os aspectos do Estado mais suscetíveis à mudança. Diante disso a autora também reconhece que instituições mais conservadoras pertencentes ao Estado podem criar defesas antidemocráticas; isso faz parte das relações sociais de conflito e luta, movidas no interior da sociedade capitalista, assim como as possibilidades de mudança. Neste sentido dois posicionamentos relacionados ao Estado podem ser problemáticos se tratados de forma unilateral:

De um lado, está a idéia de que nós podemos mudar o mundo sem nos engajarmos no Estado da mesma forma que contra o Estado. De outro, está a idéia de que basta que os políticos eleitos abram generosamente as instituições do Estado para a participação popular, sem mudar significativamente as relações de poder entre o Estado e povo (WAINWRIGHT, 2005:169).

De outra parte, o estudo possibilitou considerações, as quais podem ser enaltecidas no caminho do fortalecimento da democracia participativa: a idéia de *contrapoder democrático* e da formação das *redes de democracia internacional*. A primeira abrange questões como: repensar a representação política e o próprio partido político, no sentido de favorecer o controle popular sobre o Estado e suas instituições no cotidiano, em resposta as falhas da democracia eleitoral. A segunda emerge da teia de relações de contrapoder a nível mundial, mobilizando experiências diversas (WAINWRIGHT, 2005:169).

Segundo Mauro “poder é mais que uma coisa, portanto é mais que ‘a máquina do estado’, que obviamente é grande. Poder é relação social e, como tal, acontece em várias

dimensões” (2007:112). Neste sentido, a atuação dos movimentos sociais pode superar uma idéia corrente de que os mesmos “são responsáveis por fazer a ponte entre as reivindicações econômicas da massa, servindo de apoio para a disputa política”. E alguns movimentos concretamente têm esta posição. Todavia, a luta reivindicatória não pode estar separada da luta política. A condução da luta por mudanças profundas não deve ser delegada, sob pena de impossibilitar a consciência das massas (MAURO, 2007:116).

O capitalismo em seu atual estágio de desenvolvimento desafia organizações e forças políticas que se oponham à sua perenização.

A fase neoliberal do capitalismo coloca para os revolucionários, da atualidade, grandes desafios, principalmente relacionados às complexas mudanças ocorridas nas condições técnicas de produção, internacionalização dos padrões de dominação, alteração nos sistemas de fluxos informacionais e circulação, diferenciações sociais dentro do próprio proletariado, existência de enormes contingentes de pobres concentrados nas periferias dos grandes centros, etc. (MAURO, 2007:116).

Entre estes desafios o autor destaca a necessidade de “entender e estimular as massas” para a participação desde a luta pela sobrevivência até nos processos políticos estratégicos, e para tanto, cabe a tarefa de fazer o contraponto a ideologia predominante e “propagar a possibilidade de uma nova sociabilidade” (MAURO, 2007:121).

Para Coutinho (2008:155) a nossa tarefa é reinventar o socialismo do século XXI. Entendo este como um processo cujo eixo articulador é a democratização da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de pensar o socialismo do século XXI é sem dúvida um desafio às organizações sociais contemporâneas que almejem tal objetivo. Se por um lado, há diversas experiências e processos revolucionários que podem servir de base para estudos e críticas, por outro, a sociedade capitalista se consolidada em todos “nos quatro cantos” do mundo. Parece estar claro que o socialismo não é um destino inevitável da sociedade humana, mas uma possibilidade histórica.

Como já nos alertou Caio Prado Junior, um dos problemas fundamentais do fracasso de uma revolução (quando pensou especialmente sobre a possibilidade brasileira) é a ausência de uma teoria revolucionária. Por isso, num momento de crise generalizada como a que vivemos, é importante que nos dediquemos a pensar juntos sobre isso, em nossos partidos, sindicatos, movimentos, entidades, organizações, espaços de trabalho, entre outros.

Este estudo que ora apresentamos inspirado na experiência vivida pela intervenção profissional se insere (muito modestamente) na perspectiva de contribuir no processo de construção coletiva de valores sociais e condições materiais para essa *possível* transformação. Impulsionada pelo exercício cotidiano do trabalho de assistente social no município de Rio Bonito do Iguaçu no Paraná, que abriga em seu território três assentamentos rurais, nos propusemos a estudar um desses projetos e por meio dele também pensar as condições da luta pela reforma agrária em nosso país. E se não resultar numa contribuição diferenciada a este debate (haja vista nossa recente inserção em sua análise teórica), ao menos participar deste, aproveitando a oportunidade do acesso à pós-graduação para refletir sobre este tema no interior da Universidade e especialmente junto ao segmento profissional do Serviço Social.

Em relação aos objetivos propostos por este trabalhamos destacamos:

a) A experiência de assentamento realizada no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR está inserida no contexto das ações paliativas promovidas pelos diferentes

governos brasileiros no período pós-reabertura democrática. Ou seja, mesmo sendo uma área de grandes proporções geográficas, fruto de uma ocupação massiva promovida pelo MST no latifúndio paranaense, o assentamento não deixa de ser mais um ato do governo para amenizar o conflito agrário, já que não se constitui em uma política pública efetivada maciçamente em âmbito nacional.

Entretanto, essa constatação não “desmerece” a luta efetivada pelos sujeitos que “fizeram essa história” tampouco os resultados socioeconômicos dela derivados - para as famílias assentadas, sobretudo no campo do acesso a direitos sociais como saúde, educação, moradia, trabalho – bem como para o território em que localiza: crescimento do município, habitantes, empregos, atividades econômicas, ampliação de serviços públicos e privados, comércio, etc.

Também não significa que a base material para a realização da reforma agrária – o latifúndio – tenha se esgotado. O que ocorre é que as mudanças incidentes na sociedade capitalista no século XX resolveram o problema do atraso do campo observado até as décadas de 50-60 pela via da “modernização” deslocando a reforma agrária do debate do “desenvolvimento do país” (SILVA, 2001). Com essa “saída” encontrada pela burguesia nacional, apoiada nas orientações internacionais, a reforma agrária se cristalizou no Brasil como uma demanda exclusiva da classe trabalhadora, adquirindo, portanto um sentido político de luta de classe.

b) Apesar das expectativas no período de elaboração da “Constituição cidadã” em 1988, e até mesmo durante o início do governo Lula, a reforma agrária não tem avanços por parte da política do Estado. O que tem confirmado as análises que entendem a reforma agrária no Brasil como uma luta inserida no processo de luta política anti-capitalista, já que não há espaços para reforma no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Para Mauro (2007) o neoliberalismo em seus aspectos políticos e econômicos representa uma nova etapa do capitalismo monopólico para enfrentar a classe trabalhadora.

Podemos afirmar que o neoliberalismo não é uma simples política de governos ou de certos monopólios, mas uma nova realidade estrutural, de longa duração, que não poderá ser revertida sem grandes transformações radicais. É, enfim, um novo ciclo de expansão capitalista com um custo social, ambiental e econômico muito alto para a classe trabalhadora. Esse modelo não permite alternativas, não permite a alteridade, sem uma ruptura profunda com todo o sistema (MAURO, 2007:117-118).

O capitalismo em sua fase neoliberal, mais do que em outros períodos impossibilita a soberania dos países, as burguesias nacionais não estão absorvidas pelos grandes conglomerados dos países centrais. Para Netto (2008) o cenário real de barbárie vivido na sociedade contemporânea não é um “azar da história” ou “desvio de seu itinerário pré-estabelecido” é sim, resultado do modo de produção e distribuição das riquezas sociais.

Esse modo de organização, a prosseguir sem reversão, reproduz uma modalidade de crescimento econômico que não é apenas destrutiva no que toca às relações sociais: é destrutiva até mesmo do ponto de vista dos ecossistemas, conduzindo a humanidade à beira do colapso, com a possibilidade da catástrofe ecológica colocando em risco a sobrevivência da vida no planeta (NETTO, 2008:05).

Diante dessa conjuntura como governar um país periférico? Como a esquerda pode encontrar alternativas de mudança estando ou não no governo dos Estados nacionais? Questões como estas ainda estão por ser respondidas no Brasil. Ou, se respondidas resultam num saldo negativo para a classe trabalhadora, tanto do ponto de vista da satisfação de condições materiais de condições de vida, quanto da organização política.

A experiência brasileira, por exemplo, baseada no governo Lula cria ou aperfeiçoa uma diversidade de ações e “políticas” compensatórias destinadas às camadas populares enquanto aprofunda a política econômica de ajuste fiscal e submissão ao capitalismo financeiro herdada de seus antecessores. Especificamente para a reforma agrária a situação é

péssima: não cumprimento de metas de assentamentos, nenhuma mudança nos índices de produtividade, regularização de terras públicas beneficiando grandes posseiros na Amazônia e, inclusive, a inexistência de um plano de reforma no segundo mandato.

c) Analisar a conjuntura do campo brasileiro neste sentido exige pensar sobre a prática política da esquerda e as alternativas de aglutinação de forças para enfrentar esta situação de degradação de suas condições de vida, materiais e espirituais, a que estão submetidos trabalhadores do campo e da cidade. Também neste ponto nos referenciamos em Mauro (2007) quando diz que as forças sociais que fazem a luta contra a ordem do capital podem e devem adotar ações reivindicativas por políticas públicas que busquem melhorar a vida das pessoas. Sendo assim, inclusive, os acampamentos e assentamentos não devem ser vistos isoladamente, mas inseridos na sociedade nas relações sociais presentes no território que os abriga.

Ao redor dos assentamentos existem outros setores do campo, como pequenos agricultores, pescadores, quilombolas, etc., bem como trabalhadores urbanos. Todos esses atores da classe trabalhadora estão interessados em políticas públicas e, se motivados, poderão lutar e se organizar, muito mais que hoje [...]. Poderá se afirmar que a disputa por políticas públicas é uma luta economicista e imediata, o que pode ser verdadeiro, se ficar restrita a isso. Mas será na disputa por melhorias das condições de vida, por políticas públicas progressistas, que poderemos mobilizar, elevar o nível de consciência do povo e ajudar a organizar o poder popular no município. Nessa interação das lutas, na organização interna da nossa base e da sociedade local, é que formaremos militantes e quadros com capacidade política (MAURO, 2007: 129-130)

Para o autor, na sociedade atual podemos fazer esse exercício por meio da “democracia popular”, solidária, participativa buscando a construção da consciência de classe, pois o “poder popular” é um aprendizado que deve se manifestar cotidianamente nas escolas, famílias, relações entre militantes, nas estruturas organizativas. Em todos os espaços devemos forjar esses valores e essa cultura (MAURO, 2007:131).

É importante destacarmos a particularidade entre participação política na sociedade burguesa, seja expressa pelo exercício dos direitos políticos ou também a

participação popular no âmbito da fiscalização e controle social das políticas públicas, manifestada pelas conferências e conselhos de direitos, os projetos de orçamento participativo praticados por algumas gestões públicas, e a radicalidade do conceito de poder popular. Estes espaços de participação e controle em relação ao Estado mesmo se dando na esfera do estado burguês podem também propiciar elementos para que os sujeitos envolvidos possam “forjar os valores e a cultura do poder popular” como definiu Mauro, representar modalidades desse exercício.

Nesta direção podemos pensar também sobre o exercício de um corpo profissional. Tendo em vista as recomendações de Netto (2008) sobre os limites da prática profissional e sobretudo, que não cabe a este segmento assumir a tarefa da transformação macroscópica da sociedade, podemos sim nos remeter ao compromisso ético-político desse agente em aderir, enquanto técnico e também como trabalhador, a articulação junto a organizações e movimentos sociais que tenham a mudança social como horizonte.

Na medida em que a demanda da concretização de direitos é posta na nossa agenda profissional, estamos na contingência de compreender o significado social da nossa intervenção profissional. [...] Ela depende da construção de um projeto profissional que refrate, reflita e recrie os interesses sociais que, colidentes na sociedade, passam a dinamizar as nossas concepções e as nossas práticas. E só o debate coletivo, a troca de conhecimentos e o embate de idéias pode viabilizar um tal projeto. Projeto que, escusa dizê-lo, deve ser fundado teoricamente e respaldado na força de movimentos sociais (mais exatamente: de movimentos das classes sociais). (NETTO, 2008:10).

Portanto, a “defesa dos direitos humanos”, a “ampliação e consolidação da cidadania”, a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”, a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária”⁹² não são declarações abstratas à nossa prática profissional, mas princípios políticos fundamentais para nossa intervenção de assistentes sociais. Que devem se revelar no compromisso com o fortalecimento de espaços que tenham em vista a democratização da vida social.

⁹² Código de Ética Profissional (princípios fundamentais), Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Senadores discutem projeto que define competência para fixação de índices de produtividade nas áreas rurais.** Brasília, 03/12/2007. Disponível em: www.senado.gov.br

ALENCAR, C & CARPI, L & RIBEIRO, M, V. **A história da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, 3ª ed.

ANDRIOLI, Antonio, Inácio. **A reforma agrária e o governo Lula: entre expectativa e a possibilidade.** Revista Espaço Acadêmico, nº 31, dezembro de 2003.

ATHAYDE, P, de & MARTINS, R. Entraves: como a postura do Judiciário e a defasagem dos índices de produtividade agrícola dificultam a reforma agrária. **Revista Carta Capital, Edição 480, 2008.**

BARBIERI, G. **MST lança oficialmente o seu quinto Congresso Nacional.** Radio Agência - NP. 14/05/2007. Disponível em: www.mst.org. <acesso em 18-11-2008>.

BEHRING, Elaine, Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de Direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____ & BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Reforma Agrária: Compromisso de Todos.** Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM> acesso em 17 de julho de 2008.

_____. Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Brasília: Divisão de Reproduç

CAMARGO, J, O. **Raízes da nossa terra: a história épica e contemporânea.** Laranjeiras do Sul, Pr: NERJE, 1999, 1ª ed.

CARONE, E. **Classes Sociais e Movimento Operário.** São Paulo, Ática, 1989.

COUTINHO, C, N. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo, Cortez, 2008. 2ª edição revista e atualizada.

DATASUS. **Informações de saúde/censos**. www.datasus.gov.br. Acesso <dezembro2008>.

DIEESE & NEAD/MDA. **Estatísticas do Meio Rural**. São Paulo, 2008.

DIAS, D. **Reforma Agrária, só com a derrubada do Estado burguês**. Brasília, 13/06/2007. Disponível em: www.mst.org. <acesso em 18-11-2008>.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo, Global, 1986, 3ª ed.

FABRINI, J, E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/Pr enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2002. Dissertação de Mestrado.

FERNANDES, B, M. **Modelo de desenvolvimento em conflito: Agronegócio e a Via Camponesa**. São Paulo, 2007. In: NERA/UNESP (meio digital).
_____ & STÉDILE, J, P. **Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, 3ª reimpressão.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, J. **O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964**. In: O Brasil Republicano: v.3. O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. / Org. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, J, P. **Além da terra, construir a justiça social**. Brasília/DF. 12/06/2007. Disponível em: www.mst.org. <acesso em 18-11-2008>.

FOLHA. **O novo trigo**. São Paulo: Folha de São Paulo, [Caderno] + . 17 de maio de 2009.

FRANK, A, G. **A Agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo – 1964**. In: STÉDILE, J, P. A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: -1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FREITAS, E, O. **A cerca jurídica da terra**. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito no Brasil – CONPEDI. Anais do XIV Congresso Nacional CONPEDI. Manaus, 2005. <http://conpedi.org/manaus///arquivos/Anais/>. <Acesso em 20 de julho de 2008>.

GOMES, O. **Lenin e a Revolução Russa**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 2ª ed.

GOMEZ, I, Z. **1957: A Revolta dos Possesiros**. Curitiba, 1986, Criar edições, Ltda.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: STÉDILE, J, P (org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2002. 3ª ed.

HAMMEL, A, C; SILVA, N, J; ANDREATTA, R. **Colégio Estadual Iraci Salette Strozak: Escola em movimento**. Rio Bonito do Iguaçu/Pr, INCRA, 2007.

HOBSBAWN, J, E. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 6ªed. (Traduzido por Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel).

IBGE - **Censo Agropecuário 1996**. Disponível em: www.ibge.gov.br.

INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Governo Federal - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/INCRA. Brasília, novembro de 2003.

_____. **Plano de Consolidação e emancipação dos assentamentos resultantes da reforma agrária**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília/DF, 2004.

_____. **Territórios da Cidadania**. Governo Federal, MDA/INCRA. Brasília, 2008. (Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br).

_____. **Números da Reforma Agrária**. Governo Federal, MDA/INCRA. Brasília, 2008. (Disponível em: www.incra.gov.br/servicos).

_____. **Legislação Federal**. Governo Federal, MDA/INCRA. Brasília, 2008. (Disponível em: www.incra.gov.br/legislacao/legislacaofederal).

_____. **Incra amplia para 15.000 o valor do crédito para aquisição de material de construção**. www.incra.gov.br/portal/noticias. <acesso em 31 de julho de 2009>.

IPARDES. **Caderno Estatístico de Rio Bonito do Iguaçu**. Curitiba, setembro de 2008. Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br.

_____. **Diagnóstico sócio-econômico do território Cantuquiriguaçu** – Estado do Paraná. Curitiba, Pr, 2007.

KONDER, L. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LEITE, S, et al. (Orgs). **Reforma agrária: produção, emprego e renda. O Relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

_____. PALMEIRA, Moacir. **Debates econômicos e sociais, processos sociais e luta política**. In: SANTOS, Raimundo. Política e reforma agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LEHER, R. **Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula Silva e no PT e as lutas sociais**. OSAL, ano VI, nº 17, agosto de 2005.

LERRER, D. **Reforma Agrária: Os Caminhos do Impasse**. São Paulo: Garçon, 2003.

LINHARES, M, Y & SILVA, F, C, T. **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOWY, M. **Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2000. 12ª ed.

MADER, O. **A Rebelião Agrária do Sudoeste do Paraná em 1957**. Departamento de Imprensa Nacional – Rio de Janeiro – 1958. (Publicação da separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957 pelo senador Othon Mader).

MANDEL, E. **“El Capital”**: Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. México, Siglo XXI editores, 1985.

MARTINS, J, de S. **A Sociedade vista do abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 2ª ed.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAURO, G. **A dialética das lutas socialistas: o MST e as novas formas de construção do poder popular na América Latina**. Em Pauta, Rio de Janeiro: 2007. Vol. 19 (págs. 107-133).

_____. **A luta pela terra é contra o capital**. Rio de Janeiro: Revista Debate Socialista, 2008. Disponível em: www.debatesocialista.com.br. Acesso em <julho de 2008>.

MEDEIROS, L, S, de & LEITE, S (org.). **A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Poá/Rio de Janeiro: Editora UFRGS/CPDA, 1999.

MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

_____. **"Sem lenço nem aceno de adeus". Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar essa questão?** In: Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSS, vol. 18/1º semestre 2008 (págs. 146-173).

_____. **Movimentos sociais: atualização do debate**. Rio de Janeiro: LOCUSS/ESS/UFRJ, 17 de abril de 2007 (informação verbal).

MINAYO, M, C, de S. **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 12ª ed.

MOYNOT, J-L. **Base social e papel revolucionário de uma democracia de massa**. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. N. 22, (págs. 121-146).

MONIZ, B. L. A. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORO, M. **Reforma Agrária e a luta do MST: Uma alternativa de inclusão?** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. **Três anos fazendo história**. Rio Bonito do Iguçu/Pr, 1999. *mimeo*.

_____. **Carta do V Congresso Nacional do MST**. MST, Brasília, 2007.

_____. **Linhas políticas para enfrentar a conjuntura**. MST, Brasília, 2007.

_____. **Programa de reforma agrária popular**. MST, Brasília, 2007.

_____. **Fatura para o agronegócio e migalhas para agricultura familiar**. Agosto de 2008. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em <01-10-08>.

NADER, V. **A reforma agrária é demanda atual e exige massificação da luta popular.** Correio da Cidadania, 30 de maio de 2007. Entrevista com José Batista. Disponível em: www.correiodacidade.org.br.

NETTO, J. P. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.** Brasília, ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **O Desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual.** XIX Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais. Salvador/Bahia, agosto de 2008. Disponível em: www.cfess.org.br

NIEMCZEWSKI, G. T. **A Luta de Classes no Brasil: O Latifúndio e o Papel do Campesinato na Transformação da Realidade Social.** Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/sociologia>. <Acesso em: 17 de julho de 2008>

NÓRCIO, L. **Índice de produtividade está defasado e dificulta reforma agrária, afirma superintendente do Incra.** Agência Brasil: Curitiba, 13-05-2005.

PICCIN, M. B. & MOREIRA, R. J. **A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores-
assentados na Granja menina dos olhos dos sem-terra: o caso do assentamento
Ceres/RS.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: outubro de 2006, vol. 14, nº. 2,
(p 254-311).

PNUD/IPEA/FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: www.pnud.org.br/atlas.

PORTO-GONSÁLVES, C. W. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST.** In: Reforma agraria y lucha por la tierra en América Latina. OSAL, Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, CLACSO. Ano VI, n. 16, abril de 2005.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970. 12ª ed.
_____. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense: 1978. 6ª ed.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU. **Constituinte Escolar: Buscando Desenvolvimento e Educação do Campo.** Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 2005.

OLIVEIRA, A. U. de. **O governo dá adeus à reforma agrária.** Controvérsia, 2009.

_____. **Os números da Reforma Agrária no Governo Lula.** Correio da Cidadania, 2007.

OLIVEIRA, F, de. **Crítica à razão dualista - o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

REPÓRTER BRASIL. **O Brasil dos Agrocombustíveis:** os impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade. Repórter Brasil, 2008. Disponível em: www.reporterbrasil.org.br [acesso em 02/2009].

RIBEIRO, I. **A agricultura e o capitalismo no Brasil.** In: SANTOS, R. Agraristas Políticos Brasileiros. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

SABOURIN, E; NASCIMENTO, M, de O; XAVIER, J, H, V. **Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária:** o caso do município de Unaí, MG. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: abril de 2007, vol. 15, nº. 01 (Pág. 23-61).

SANTOS, R. **Agraristas Políticos Brasileiros.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

SAUER, S & PEREIRA, J, M, M. **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SCHWARZ, R. **Cultura e Política.** São Paulo: Paz e Terra, 2005. 2ª ed.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, J. G. **A Reforma Agrária Brasileira na virada do milênio.** Campinas: ABRA, 1996.

_____. **Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República.** São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2001. 4ª reimpressão.

SILVA, L, I. “Carta ao Povo Brasileiro”. Disponível em sitio da Fundação Perseu Abramo: www2.fpa.org.br.

STECA, L, C & FLORES, M, D. **História do Paraná: Do século XXI à década de 1950.** Londrina, Editora UEL, 2002.

STÉDILE, J, P. **A Questão Agrária e o Socialismo**. In: STÉDILE, J, P. A questão agrária hoje. Porto alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002, 3ª ed.
_____. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária de 1946 a 2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
_____. & FREI SÉRGIO. **A Luta Pela Terra no Brasil**. São Paulo: Scrita, 1996, 3ª ed.

STRAZACAPPA, C & MONTANARI, V. **A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST**. São Paulo: Moderna, 1999.

TRONCA, I. **Revolução de 1930: A Dominação Oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VEIGA, E, J. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1986, 10ª ed.

VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968**. In: STÉDILE, J, P. A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ANEXO A – Instrumentais.

APÊNDICE A – Famílias Assentadas 1995-2006.

APÊNDICE B – Congresso poderá ajudar definir critério para reforma agrária.

APÊNDICE C – Territórios da Cidadania.

ENTREVISTA

Nome: _____

Setor do movimento em que atua: _____

- 1) Qual é análise da organização, depois de passados cerca de 20 anos de história, sobre o desenvolvimento dos assentamentos?

- 2) Como o MST analisa a organização e mobilização política nos assentamentos, já que estes apesar de serem resultado de uma ocupação do movimento depois são instituídos pelo Estado?

- 3) Em que perspectiva se encaminha o debate do movimento em relação ao sentido de lutar pela reforma agrária na atualidade?

- 4) Quais os desafios a serem enfrentados pelos movimentos sociais e em específico pelo MST?

ENTREVISTA

N do lote _____ Grupo/comunidade _____

1. Número de pessoas que vivem no lote: _____

2. Qual a origem? Onde e como viviam antes do assentamento?

3. Habitação

() madeira () alvenaria () mista

4. Produção:

a) Lavouras para consumo:

b) Produtos para venda:

5. Utiliza-se de máquinas e insumos agrícolas?

() sim () não

Obs: _____

6. Quantas pessoas da família trabalham no lote?

7. Como vê a atuação do MST? Tem participação?

8. É filiado ao sindicato dos trabalhadores rurais? () sim () não

8.1. Está contribuindo com a mensalidade? _____

8.2 Como vê a atuação do

STR? _____

9. Participação em outras organizações:

() Associação () Cooperativa () Igreja

() Partido () grupos de mulheres

() Grupo de jovens () outros: _____

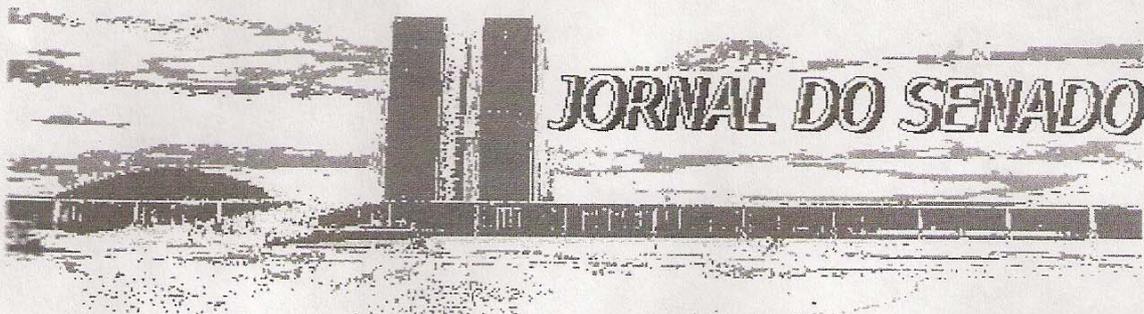
OBS:

ASSENTAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS - NÚMEROS OFICIAIS

RBs Homologadas 1995 a 2006

S R	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL GERAL 1995 a 2006	% REGIÃO
SR-04/GO	1.026	2.097	2.128	2.303	2.115	1.766	943	657	421	377	2.490	3.036	19.359	12,36
SR-13/MT	9.098	7.093	10.214	9.222	8.494	8.226	10.013	6.131	3.130	10.215	10.288	7.971	100.095	63,90
SR-16/MS	280	1.625	2.564	2.381	660	2.142	1.976	2.412	380	3.512	6.031	2.627	26.590	16,98
SR-28/EN	0	0	0	2.027	1.483	1.809	1.616	807	508	757	1.071	519	10.595	6,76
CENTRO-OESTE	10.404	10.815	14.906	15.933	12.752	13.943	14.548	10.007	4.437	14.861	19.880	14.153	156.639	100,00
SR-01/PA	2.241	10.193	9.682	7.027	4.321	1.911	2.800	2.410	3.848	7.421	14.838	20.072	86.762	23,40
SR-14/AC	1.259	2.497	2.675	2.780	1.178	1.723	2.121	741	1.314	4.201	4.026	4.595	29.110	7,85
SR-15/AM	2.089	3.278	2.616	2.500	1.271	1.556	1.519	659	1.404	3.172	5.169	8.931	34.164	9,22
SR-17/RO	2.721	2.973	1.342	4.176	3.711	2.809	2.517	2.263	2.150	2.053	1.741	1.007	29.463	7,95
SR-21/AP	103	665	1.092	2.434	1.021	619	530	548	493	1.221	1.860	2.068	12.654	3,41
SR-25/RR	506	3.005	2.509	2.512	1.498	81	1.896	1.145	1.356	2.835	1.432	1.829	20.604	5,56
SR-26/TO	1.552	2.071	754	5.829	2.598	2.370	3.322	2.299	1.573	1.786	3.112	2.605	29.771	8,03
SR-27/MB	0	0	11.375	14.580	9.587	5.421	5.161	2.373	3.868	9.085	8.195	6.866	76.511	20,84
SR-30/STM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.000	33.700	51.700	13,95
NORTE	10.471	24.682	32.045	41.838	25.185	16.490	19.866	12.438	16.004	31.774	58.373	81.573	370.739	100,00
SR-02/CE	2.891	3.297	3.027	5.387	3.027	742	1.463	882	1.013	1.159	1.429	947	25.264	8,14
SR-03/PE	743	1.567	1.955	3.155	3.705	1.332	1.250	1.800	955	736	3.724	5.608	26.530	8,54
SR-05/BA	3.049	1.906	5.419	6.850	6.157	4.006	3.018	1.069	2.584	5.185	5.120	4.689	49.052	15,80
SR-12/MA	7.181	7.720	9.172	9.778	10.203	8.261	7.397	8.276	4.866	11.473	16.437	13.080	113.844	36,66
SR-18/PB	1.202	2.145	1.155	1.926	1.950	1.682	1.614	565	435	1.748	1.375	700	16.497	5,31
SR-19/RN	1.246	1.558	2.410	2.755	2.429	1.885	2.312	589	1.026	2.481	1.901	1.016	21.608	6,96
SR-22/AL	640	900	1.568	1.113	737	989	359	292	246	828	1.300	306	9.278	2,99
SR-23/SE	399	606	454	914	857	1.173	463	688	63	521	1.400	456	7.994	2,57
SR-24/PI	1.200	1.573	1.939	2.554	1.925	3.388	2.257	1.673	1.399	2.266	4.982	6.054	31.210	10,05
SR-29/MSF	0	0	0	0	0	537	627	748	669	2.125	2.058	2.457	9.221	2,97
NORDESTE	18.551	21.272	27.099	34.432	30.990	23.995	20.760	16.582	13.256	28.522	39.726	35.313	310.498	100,00
SR-09/PR	1.374	294	2.389	2.961	6.458	2.388	2.100	984	317	2.720	1.937	921	24.843	60,03
SR-10/SC	385	673	596	248	873	258	500	166	322	389	402	280	5.090	12,30
SR-11/RS	419	1.040	1.205	927	1.967	745	1.826	891	399	529	648	858	11.454	27,88
SUL	2.178	2.007	4.190	4.134	9.298	3.391	4.426	2.041	1.038	3.638	2.987	2.059	41.387	100,00
SR-06/MG	414	1.277	1.949	2.491	2.599	1.522	2.226	968	458	1.169	3.368	1.528	19.969	48,59
SR-07/RJ	341	499	922	49	591	370	340	414	230	161	657	338	4.912	11,46
SR-08/SP	503	1.086	658	1.452	3.138	625	1.073	655	606	726	2.007	1.018	13.547	31,81
SR-20/ES	50	406	175	765	673	185	238	381	272	403	508	376	4.432	10,34
SUDESTE	1.308	3.268	3.704	4.757	7.001	2.702	3.877	2.418	1.566	2.459	6.540	3.260	42.860	100,00
(*) OBTENÇÃO TERRAS	-	-	-	-	-	32.465	18.972	-	-	-	-	-	51.437	-
TOTAL	42.912	62.044	81.944	101.094	85.226	92.986	82.449	43.486	36.301	81.254	127.506	136.358	973.560	

(*) Nos anos de 2000 e 2001, foram incluídos no comput, 32.465 e 18.972 famílias, respectivamente, referentes a processos em fase de obtenção, sem Relação Beneficiários (RBs) homologadas à época.



Brasília, 15 de fevereiro de 2007

CONGRESSO PODERÁ AJUDAR A DEFINIR CRITÉRIO PARA REFORMA AGRÁRIA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) adiou a votação do projeto de lei de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que propõe mudanças nos parâmetros, índices e indicadores de produtividade das propriedades rurais.

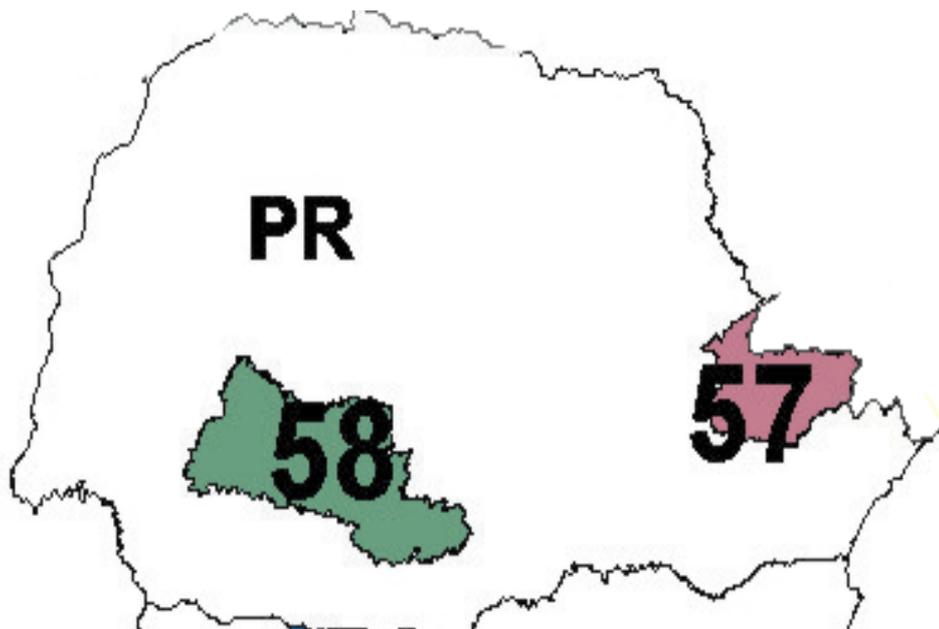
O relator, Osmar Dias (PDT - PR), solicitou o adiamento para que possa incluir no seu relatório proposta de emenda da Senadora Kátia Abreu (PFL - TO) que permite ao Congresso participar da definição desses índices de produtividade, usados para estabelecer quais propriedades estão disponíveis para a reforma agrária.

Esses parâmetros são definidos, de acordo com a lei, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Senador Jonas Pinheiro (PFL - MT) disse ter sido informado pelo Ministério da Agricultura que a Presidência da República vai editar normas para aferição da produtividade agrícola e pecuária. Osmar Dias afirmou que os novos critérios criarão muitos problemas para os proprietários e empresários rurais.



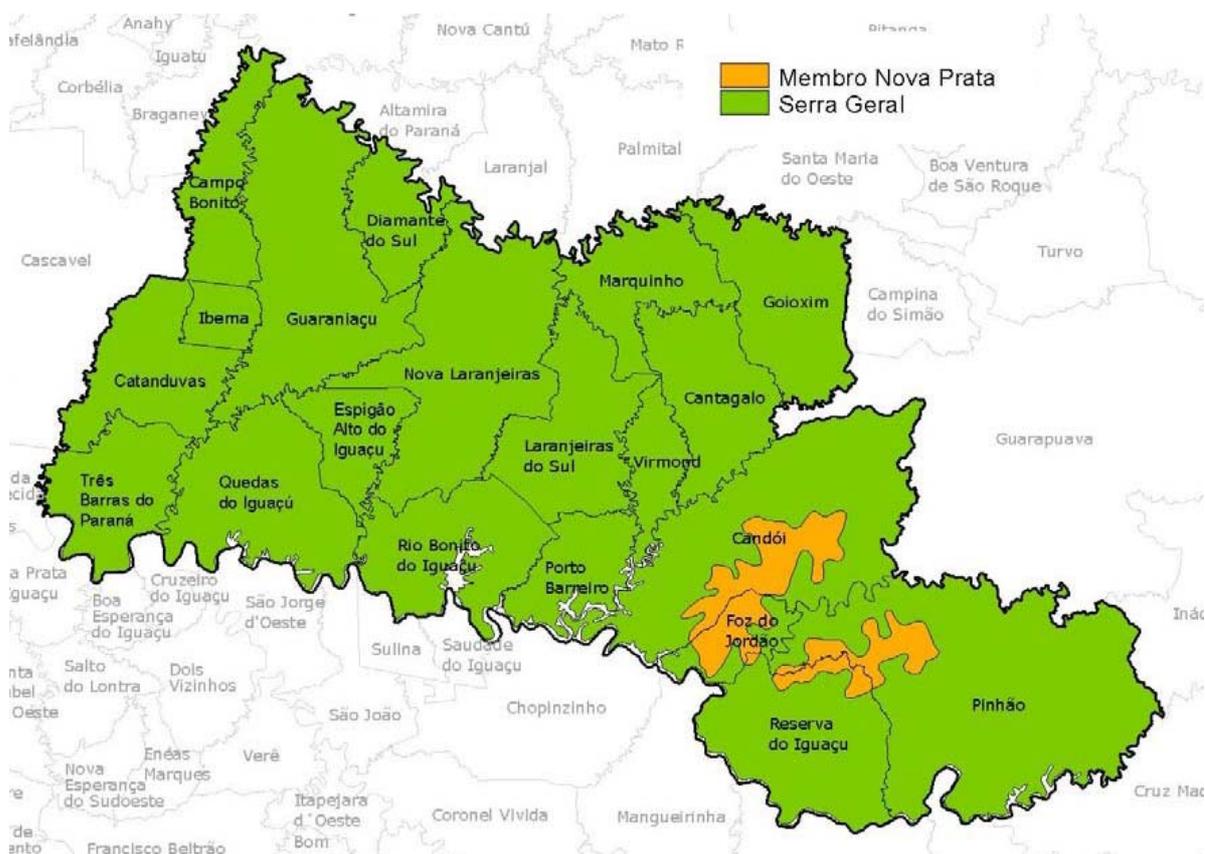
Osmar Dias solicita adiamento da votação de seu relatório para incluir emenda

Senador OSMAR DIAS
Brasília - DF



58 Cantuquiriguaçu PR

Marquinho, Ibema, Diamante do Sul, Foz do Jordão, Virmond, Catanduvas, Rio Bonito do Iguaçu, Campo Bonito, Espigão Alto do Iguaçu, Cândói, Cantagalo, Goioxim, Guaraniáçu, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Porto Barreiro



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)